



Universidade Federal do Ceará

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas

ANGELA MARIA FERREIRA MOREIRA

**PROJETO ABC PIRAMBU EM FOCO: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE
COGESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

Fortaleza

Março - 2010

ANGELA MARIA FERREIRA MOREIRA

**PROJETO ABC PIRAMBU EM FOCO: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE
COGESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ.**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues

FORTALEZA – CE

Março-2010

**PROJETO ABC PIRAMBU EM FOCO: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE
COGESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ.**

ANGELA MARIA FERREIRA MOREIRA

Aluna do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas UFC/CE

Aprovada em 26 de março de 2010

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Lea Carvalho Rodrigues - UFC
Orientadora

Professor
Professor Dr. Paulo Cesar de Almeida – UFC

Professor Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior – UECE

Professora Dra. Elza Franco Braga - UFC
Membro Suplente

M836p MOREIRA, Angela Maria Ferreira

Projeto ABC Pirambu em foco: Avaliação da Política de Cogestão do Governo do Estado do Ceará / por Angela Maria Ferreira Moreira - 2010

151 f.: Il.;31 cm.

Cópia de computador (printout(s))

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza(Ce), 26/03/2010.

Orientadora: Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues.

1 - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2-COGESTÃO. 3-PIRAMBU. 4-GESTÃO. 5- POLÍTICA GOVERNAMENTAL CEARÁ. 6- ADOLESCENTES. 7-ADMINISTRAÇÃO. 8-PROJETO APRENDER, BRINCAR E CRESCER (ABC) PIRAMBU. I- Rodrigues, Lea Carvalho, orientador. II- Universidade Federal do Ceará.). Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza(Ce), III-Título.

CDD(22ª Ed.) 361,25098131

Dedico esta Dissertação:
à minha querida família:
aos meus pais Caetano Ferreira e
Belinha Portela (*In memoriam*).
Aos meus irmãos Edgar Pascoal,
Helena Ferreira, Luzia Hilda (*In
memoriam*),
Edna Ferreira, Maria Linhares
(Santa), Verônica Corralo, Alberto
Cunha, Rita Brasil, Lúcia Ferreira.
Ao meu marido, José Moreira.
Aos meus filhos, João Caetano e
Maria Cléa, enfim, a todos pelo
amor, carinho, amizade, força e
apoio em todos os momentos da
minha vida.

AGRADECIMENTOS

Concluir o mestrado, que é um sonho realizado, agradeço, sobretudo, a Deus, que nos criou para vivermos no paraíso, e nos deixou a grande missão: Amar;

Agradeço a todos que fizeram parte deste trajeto, como jóias raras e talentosos na arte da solidariedade, à equipe do Centro Comunitário Luiza Távora-Pirambu, à equipe do ADOC, à equipe do Abrigo Tia Júlia, equipe da Casa Abrigo e a equipe do CC' Goiabeiras;

Ao querido Padre Hélio Campos (*In memoriam*), um guerreiro na arte de conquistar direitos. Ao amigo Padre Caetano Minette de Tillesse (*In memoriam*), que nos apresentou o céu com sua própria vida, à Irmã Lindalva e Irmã Francisca, que tanto contribuíram para formação de minha personalidade;

À amiga, Socorro Salgueiro, que foi uma das pioneiras em estudar o tema: Gestão Compartilhada no projeto ABC João XXIII em 1999, ao Paulo Pimenta, que em 2007 por ocasião do curso de especialização, debruçou-se sobre o FECOP no âmbito da Assistência Social. Manifesto ainda o meu reconhecimento, pela solidariedade, à Mestra Margarida Heloisa;

À equipe do Projeto ABC Pirambu, nas pessoas da Solange Andrade, do Sr João Francisco e Adrízio Santiago, que acreditam no homem e creem que, se bem orientado, dará bons frutos;

Meu agradecimento especial à equipe que aplicou os questionários, que muito contribuiu com seu tempo, seu saber e sua solidariedade no levantamento dos dados cujos nomes cito: Maria das Graças de Oliveira, Luís Ferreira, Maria Cléa Ferreira Monteiro. A Ana Paula Fidelis, pela sua contribuição na organização dos gráficos e tabelas; a Nilda Mendes e Ruth Gomes, pela leitura incessante, discussões, e recomendações e à Sra. Ivanice Montezuma, por seu trabalho, técnico, realizado com boa vontade e competência; à Aline Brasil, Neiva Pinto Ferreira, Fabíola Ferreira Felix e Rebeca Ferreira Brasil, por todas as discussões e contribuições;

Apresento meu agradecimento a Fernanda Maria de Carvalho Colares, pelo e-mail informando o último dia de inscrição no mestrado. Sem essa informação teria sido impossível a minha participação no mestrado. À Dra Antonia Lima Sousa, pelo companheirismo e apoio;

À coordenadora do curso, professora e orientadora Dra. Lea Carvalho Rodrigues, que tanto contribuiu e tão bem soube conduzir, com sabedoria e suavidade, o processo de orientação, sempre apresentando fochos de luz sobre os teóricos e clássicos consultados, com compreensão, carinho e perseverança;

Aos professores do Mestrado, pelo empenho intenso em propiciar aos alunos do mestrado um curso de qualidade superior e pelo incentivo à produção científica, e aos amigos participantes do Mestrado, pela troca de conhecimento, apoio, amizade e companheirismo.

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade de uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Carta da Terra

RESUMO

Este trabalho é um relato dos resultados da avaliação da política de cogestão do governo do Estado do Ceará, tendo como objeto de estudo as ações desenvolvidas pelo Projeto ABC - Pirambu, no ano de 2009. Os efeitos da pobreza nos bairros periféricos de Fortaleza levaram o Poder Público a ampliar as suas ações no sentido de minimizar os resultados negativos dessa problemática, adotando uma política de parceria com a sociedade civil. O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), associando-se a organizações da sociedade civil, representativas das comunidades e bairros periféricos de Fortaleza, em sistema de cogestão, buscou a participação e divisão da responsabilidade, na solução dos problemas vivenciados pela população, implementando o Projeto ABC em 18 pontos cruciais da periferia da capital fortalezense, em busca de atender a crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos, que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Para a presente pesquisa foi escolhido o projeto localizado no bairro Pirambu. O objetivo do Projeto ABC é contribuir com ações sociais por meio do esporte, arte, lazer e cultura. Busca retirar crianças e adolescentes da rua, proporcionando-lhes, educação e desenvolvimento de habilidades, para que possam se preparar para a inserção no mercado de trabalho e conviver, harmoniosamente em sociedade. A opção por este estudo se deveu ao envolvimento da pesquisadora, como servidora pública estadual, no trabalho de assessoramento do movimento popular no bairro do Pirambu, por doze (12) anos, quando no exercício da gerência do Centro Comunitário Luiza Távora-Pirambu, vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), do Estado do Ceará. Os resultados da pesquisa apresentam que 88% dos participantes do Projeto ABC reconhecem que o mesmo foi propulsor de suas existências, entretanto detectou-se falha no assessoramento comprometendo uma comunicação eficaz entre representantes do CCCR e técnicos da STDS. Foi constatado um alto índice de pobreza, contudo não existe um trabalho consistente junto às famílias por falta de profissionais. Existe uma baixíssima participação em grupos ou formas associativas, e sobre o conhecimento do sistema de gestão somente 2% dos alunos, oito monitores e 7,3% dos representantes das famílias conhecem que o sistema de gestão é a cogestão. Apresenta-se aqui, portanto, uma reflexão sobre os alcances e limites da política da cogestão, a partir dos resultados dos estudos que analisam a gestão como um todo, fazendo-o pela voz dos atores implicados, e pelo significado das percepções dos participantes.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas. Cogestão. Participação. Responsabilidade Social. Projeto ABC.

ABSTRACT

This work is a report of the evaluation results of the co-management politic of the Ceará state government, having as end of the study, the actions developed by the ABC Project – Pirambu, on 2009. The poverty effects in the suburbs of Fortaleza took the Public Power to have wider actions in order to minimize the negatives results of that problematic situation, adopting a partnership with the civil society. Ceará state government, through the Secretary of Work and Social Development (STDS), in association with civil society organizations, representatives of the communities and Fortaleza suburbs, in a co-management system, went after the participation and the shared responsibility, for the solution of the problems lived by the community, implementing the ABC Project in 18 crucial points of the Fortaleza suburbs, looking for serving children and youth, ranging from 6 to 17 years old, that were on a risk situation and social vulnerability. For the present research was chosen the project located on the Pirambu suburb. The objective of the ABC Project is to contribute with social actions through sports, art, leisure and culture. It looks forward to take off the children out of the streets, providing education and abilities development, so they can prepare themselves to get into the labor market and coexist harmoniously in the society. The choose of this research was due to the involvement of the researcher, as a state social servant in the work of counseling of the popular movement on the Pirambu suburb, for twelve (12) years, while in the management of the Communitarian Center Luiza Távora-Pirambu, linked to the Secretary of Work and Social Development (STDS), of Ceará state. The survey results show that 88% of the Project ABC participants recognize that it was driver of their stocks, however it was detected fault in advising compromising effective communication between representatives of the CCCR and technicians STDS. It was found a high rate of poverty, yet there is a consistent work with families for lack of professionals. There is a very low participation in groups or forms of association, and the knowledge management system, only 2% of students, eight monitors and 7.3% of the representatives of the families know that the management system is the co-management. It's presented, hence, a reflexion about the scope and boundaries of the co-management politic, starting from the research result that analyzed the management as a whole, making it by the voice of the involved actors, and by of the meaning of the participants perceptions.

Keys-Word: Evaluation of Public Politics; Co-Management; Participation; Responsibility Social. ABC Project.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC – Aprender, Brincar e Crescer
CCCR – Centro Comunitário Cristo Redentor
CCs – Centros Comunitários
CIPs - Centros Integrados de Promoção Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
FAS- Fundação da Ação Social
FCOSC - Fichário Central de Obras Sociais do Estado do Ceará
FEBEMCE - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará
FECOP - Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FUNSESCE - Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará
HDR - Relatório do Desenvolvimento Humano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NIS –Número de Identificação Social no Cadastro Único.
OG - Organizações Governamentais
ONGs – Organizações Não-Governamentais.
OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PROAFA- Fundação de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza
RMF- Região Metropolitana de Fortaleza
SAS - Secretaria da Ação Social do Governo do Estado do Ceará
SETAS - Secretaria do Trabalho e Ação Social do Governo do Estado do Ceará
SSA - Subvenção Social e Auxílios da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará.
STDS - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
UNDP - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual das entidades de Assistência social Privada sem fins lucrativos, segundo Grandes Regiões – IBGE-2006.....	52
Gráfico 2 - Número de entidades de assistência social privada sem fins lucrativos, inscrição no Conselho de Assistência Social a nível: Município, Estadual, Regional e Federal. IBGE – 2006.....	53
Gráfico 3 – Crescimento das ONGs no Brasil nos anos de 1996 a 2008.....	54
Gráfico 4 – Distribuição do número de alunos segundo chefe de família, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	73
Gráfico 5 – Distribuição do número de alunos segundo a opção de lazer, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	74
Gráfico 6 – Distribuição do número de alunos segundo mudanças na vida após participação no Projeto ABC, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	78
Gráfico 7 – Distribuição do número de alunos segundo assiduidade, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	79
Gráfico 8 - Distribuição do número de alunos segundo motivos que levam os participantes a faltarem, Pirambu – Fortaleza – CE julho/outubro/2009.....	79
Gráfico 9 - Distribuição do número de monitores segundo nível de satisfação com o trabalho, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	87
Gráfico 10 – Distribuição do número de monitores segundo nível de satisfação quanto ao salário, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009....	87
Gráfico 11 - Distribuição do número de monitores segundo nível de satisfação quanto aos recursos, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	88
Gráfico 12 – Distribuição do número de familiares segundo sexo, Pirambu – Fortaleza – Ce, julho/outubro/2009.....	90
Gráfico 13 – Distribuição do número de familiares segundo faixa etária, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	90
Gráfico 14 - Distribuição do número de familiares segundo naturalidade faixa etária, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	91
Gráfico 15 - Distribuição do número de familiares segundo cadastro NIS, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	92
Gráfico 16 – Distribuição do número de familiares segundo motivos do não cadastramento único, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	93
Gráfico 17 – Distribuição do número de familiares segundo renda familiar, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	94
Gráfico 18 - Distribuição do número de familiares segundo o número de pessoas que residem por domicílio, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	97
Gráfico 19 - Distribuição do número de familiares segundo o sistema de gestão do Projeto ABC, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	101
Gráfico 20 – Distribuição do número de familiares segundo conhecimento do papel da associação, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do número de alunos segundo a idade, sexo, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	69
Tabela 2 – Distribuição do número de alunos segundo a idade e trabalho, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	70
Tabela 3 – Distribuição do número de alunos segundo autotclassificação quanto a cor, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	70
Tabela 4 – Distribuição do número de alunos segundo pessoa com deficiência, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	71
Tabela 5 – Distribuição do número de alunos segundo documentação, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.	72
Tabela 6 – Distribuição do número de alunos segundo chefe de família, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.	73
Tabela 7 – Distribuição do número de alunos segundo a religião, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	74
Tabela 8 – Distribuição do número de alunos segundo meios informação, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	75
Tabela 9 – Distribuição do número de alunos segundo atividades socioeducativas, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	75
Tabela 10 – Distribuição do número de alunos segundo atividades mais apreciadas, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	76
Tabela 11 – Distribuição do número de alunos segundo atividades menos apreciadas, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	77
Tabela 12 – Distribuição do número de alunos segundo conhecimento de algum colega usuário de droga dentro do Projeto ABC, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	80
Tabela 13 – Distribuição do número de alunos segundo a suficiência dos recursos do Projeto ABC, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	80
Tabela 14 – Distribuição do número de alunos segundo o conhecimento do sistema de gestão do Projeto ABC, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	81
Tabela 15 – Distribuição do número de monitores segundo sexo, atividade, faixa etária e lugar de origem, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	82
Tabela 16 – Distribuição do número de monitores segundo estado civil, bairro e nível de instrução, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009. Motivos que levam os participantes a faltarem as atividades.....	83
Tabela 17 – Distribuição do número de monitores segundo capacitação e tempo no cargo, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	84
Tabela 18 – Distribuição do número de monitores segundo experiências anteriores, jornada de trabalho e orientações recebidas, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	84
Tabela 19 – Distribuição do número de monitores segundo tipo de orientação e quem realiza as orientações, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	85

Tabela 20 – Distribuição do número de monitores segundo nível de satisfação com o trabalho e com os recursos, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	86 91
Tabela 21 – Distribuição do número de familiares segundo escolaridade, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	92
Tabela 22 – Distribuição do número de familiares segundo profissão, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	93
Tabela 23 – Distribuição do número de familiares segundo bairro, cor e estado civil, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	94
Tabela 24 - Distribuição do número de familiares segundo renda familiar, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	96
Tabela 25 – Distribuição do número de famílias que recebem o benefício bolsa família, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	97
Tabela 26 – Distribuição do número de familiares segundo o número de filhos, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	98
Tabela 27 – Distribuição do número de familiares segundo fatores de vulnerabilidade, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	98
Tabela 28 – Distribuição do número de familiares segundo a religião, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	99
Tabela 29 – Distribuição do número de familiares segundo o tipo de residência, condição de moradia, origem da água, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	100
Tabela 30 – Distribuição do número de famílias segundo a quantidade de filhos participantes do Projeto ABC, Pirambu – Fortaleza – CE.....	100
Tabela 31 – Distribuição do número de familiares segundo os pontos negativos do Projeto ABC, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	101
Tabela 32 – Distribuição do número de familiares segundo tipos de contato com o Projeto ABC, Pirambu – Fortaleza – CE, julho/outubro/2009.....	102

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Bairro Pirambu – Fortaleza.....	61
Foto 1 – Fachada Projeto ABC.....	64
Foto 2 – Fachada Projeto ABC.....	64
Foto 3 - Educador em roda de conversa	65
Foto 4 - Roda de conversa com os participantes de Esportes.....	65
Foto 5 – Aula de capoeira	65
Foto 6 – Participação dos alunos em festividades.....	65
Foto 7 – Aula de <i>Ballet</i>	65
Foto 8 – Desfile de 7 de Setembro.....	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	26
1.1 Porque Avaliar ?.....	26
1.2 Estado e Políticas Públicas.....	34
1.3 Pobreza.....	37
1.4 Política Nacional de Assistência Social no contexto Brasileiro.....	39
1.4.1 Histórico da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.....	46
2 GESTÃO COMPARTILHADA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL.....	48
2.1 Responsabilidade Social.....	48
2.1.1 Participação.....	49
2.1.2 Cidadania.....	51
2.2 Terceiro Setor.....	52
2.3 Cogestão.....	55
2.4 Legislação Normatizadora da Transferência de Recursos para o Terceiro Setor no Ceará.....	58
3 DESENHO DA PESQUISA E SEUS RESULTADOS	60
3.1 O bairro Pirambu: Localização e história.....	60
3.2 Pesquisa ABC Pirambu.....	63
3.3 Universo e Amostra.....	66
3.4 Organização e Análise dos Dados.....	66
3.5 Pesquisa com usuários do Projeto ABC/Famílias/Representantes do CCCR e STDS	67
3.5.1 Pesquisa com Crianças e Adolescentes e Jovens.....	68
3.5.2 Pesquisa com Monitores	82
3.5.3 Pesquisa com a Família	89
3.5.4 Pesquisa com Representantes do Centro Comunitário Cristo Redentor.....	103
3.5.5 Pesquisa com Representantes da STDS.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
APÊNDICES.....	120
ANEXOS.....	136

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa de avaliação da política de cogestão do governo do Estado do Ceará, tendo como objeto de estudo as ações desenvolvidas pelo Projeto ABC¹, localizado no bairro Pirambu, em Fortaleza, no ano de 2009.

Os moradores do Bairro Pirambu enfrentam grandes dificuldades socioeconômicas e culturais, nas parcerias entre diversos segmentos da sociedade, procuram oferecer oportunidades de lazer, educação e de profissionalização, oportunizando a população local a conquista de meios pelos quais possam melhorar a sua qualidade de vida.

Entretanto, os efeitos da pobreza se fazem sentir quando se visualiza o precário acesso, principalmente, das crianças e adolescentes, aos serviços de saúde, à educação, ao lazer e outras necessidades básicas, além da sua inserção precoce no mundo do trabalho.²

É preocupante a dimensão e a gravidade da problemática de pobreza da população, em especial das crianças e adolescentes em condições de pobreza, pois, apesar dos grandes avanços constatados a partir da década de 1990, ainda são constatados altos índices de baixa escolaridade, baixo rendimento escolar, defasagem idade-escola e outros indicadores sociais que demonstram a exclusão desse segmento populacional. Segundo o IPECE-2006 o Estado do Ceará ainda conta com 54,34% de pobres e 25,21% de pessoas em situação de extrema pobreza

¹ Projeto ABC – Aprender, Brincar e Crescer: nomenclatura usada tanto para designar o equipamento quanto o próprio projeto, atende crianças de 07(sete) á 17 (dezessete) anos e integra o programa Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Foi ampliada a faixa etária de atendimento, ficando o atendimento a partir de seis anos de idade e 10% para participantes maiores de 18 anos.

² O Pirambu tem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,391 considerado baixo. Para composição do IDH foi levado em consideração os seguintes aspectos: a taxa de escolaridade do chefe de família (0,293); a taxa de analfabetismo(0,816); e o valor da renda (0,062) (Fortaleza-2004). Como em todo o Ceará o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos anos de 1991 a 1999, era de 0,531. No ano de 2000 houve crescimento no IDH que foi para 0,700. Para a composição do IDH do Ceará foram levados em conta a saúde, a educação e a longevidade, segundo dados do IBGE-2000.

(Indigentes), sendo um dos estados mais pobres do Brasil.

O Brasil é um dos países com maiores índices de desigualdade do mundo, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Em 2002, os 50% mais pobres detinham 14,4% do rendimento bruto do país e 1% dos mais ricos, 13,5% do rendimento. Esses dados colocam o Brasil na 69ª colocação no *ranking* mundial. O país ficou em 68ª na colocação em 2003, tendo tido, portanto, um aumento no IDH, conforme dados do relatório das Nações Unidas que avalia 177 países.

A profunda concentração de renda no Brasil é um dos maiores problemas enfrentados pelos governos, embora tenham sido implementados programas de transferência de renda e grande quantidade e variedade de programas sociais, segundo os autores Draibe (1995) e Silva (2007). Será a partir da transferência de recursos financeiros para as organizações sem fins lucrativos, que as políticas públicas serão capazes de promover a educação e a assistência social, capacitando a população para o mercado de trabalho e, assim sendo, de poder provê-las, por meio do trabalho, de renda suficiente para a sua manutenção, entre outras ações.

Diante dessa realidade, a partir da pressão dos movimentos sociais o poder público tem procurado ampliar as suas ações, constituindo parcerias com entidades públicas e privadas, de forma a envolver a sociedade civil na busca de estratégias que, pelo menos, possam minimizar esses resultados negativos.

Com essa intenção, o Governo do Estado do Ceará tem procurado, desde o ano de 1988, através do projeto creches comunitárias, desenvolver parcerias com organizações da sociedade civil, representativas das comunidades e de bairros periféricos de Fortaleza, em sistema de cogestão, incentivando a participação e divisão da responsabilidade na solução dos problemas vivenciados pela população nos ABCs, Circos e Centros Integrados de Promoção Social (CIPs).

Esse trabalho está sob a orientação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), com as organizações da sociedade civil, representativas das comunidades e bairros periféricos de Fortaleza. Dentre essas ações, o Projeto ABC vem sendo desenvolvido em diversos bairros periféricos de

Fortaleza, na tentativa de atender a crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos, oriundas de famílias que se encontram em situação de pobreza e indigência. Assim, os usuários do projeto participam de ações complementares à escola, nos turnos contrários àqueles em que estão matriculados nas instituições educativas públicas, para que possam desenvolver suas competências cognitivas, artísticas e esportivas, integrando, também, as suas famílias na construção de projetos pessoais e coletivos, na perspectiva de melhor qualificá-las para as exigências do mercado de trabalho.

O principal objetivo do Projeto ABC é contribuir com ações sociais por meio do esporte, arte, lazer e cultura, possibilitando a retirada de crianças e adolescentes da rua, proporcionando-lhes educação e desenvolvimento de habilidades para que possam se preparar para o mercado de trabalho e inseri-las socialmente.

Quanto à educação, um dos objetivos do Projeto ABC é preparar os alunos para serem cidadãos ativos e críticos, membros solidários e democráticos para a sociedade. Quanto ao campo do trabalho, busca a capacitação desse público, tanto para o mercado formal como informal. Em relação à família das crianças participantes, o Projeto ABC tem como propósito provocar mudança de comportamento e percepções, que produzam efeitos positivos na dinâmica das relações do grupo familiar e comunitário. Segundo o conteúdo do projeto, entregue a STDS por ocasião do lançamento do edital de seleção, cultura, lazer e esporte são outros campos de intervenção trabalhados, tendo em vista a ocupação do tempo livre e o desenvolvimento saudável dos participantes, por meio da oferta de atividades capazes de proporcionar a formação de um cidadão feliz.

Segundo o documento 'Estudo de Avaliação do Programa ABC' (2002), existiam 42 unidades do programa ABC no Estado do Ceará; sendo 19 na Região metropolitana de Fortaleza. Permaneceram, nos anos de 2005 e 2009, 18 unidades que atendem crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 17 anos, podendo participar, em três turnos diários, de uma ou mais atividades: educativas, esportivas, culturais, capacitação profissional, nutricionais e trabalho com as famílias.

Assim, optou-se por fazer uma avaliação da política de cogestão estabelecida entre a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) do Governo do

Estado do Ceará, com a Organização Privada Sem Fins Lucrativos (OPSFL), Centro Comunitário Cristo Redentor, na execução do Projeto Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação. Tal Projeto ABC está situado no bairro Pirambu, na cidade de Fortaleza-CE.

A análise da atual política de descentralização do financiamento das políticas públicas permitirá uma melhor compreensão de como está a execução do projeto em sistema de cogestão, tendo sido avaliada, ainda, a relação Custo/Benefício, sob a égide da Política de Assistência Social no Estado do Ceará.

A perspectiva adotada foi a de se compreender como a organização sem fins lucrativos, Centro Comunitário Cristo Redentor, vem respondendo às demandas da população do Pirambu e bairros adjacentes, não só reivindicando, mas fazendo valer direitos constitucionais e desenvolvendo programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida da população. Permitiu, ainda, à pesquisadora conhecer as possibilidades e os limites da atuação da entidade privada sem fins lucrativos, como forma de contribuição ao desenvolvimento da democracia e da cidadania.

A questão que motivou a pesquisa ora apresentada diz respeito a compreender se a política de cogestão está potencializando uma política de qualidade na realização do projeto ou se, ao contrário, está perpetuando a desigualdade de recursos e capacidades. Buscou-se saber, também, se os recursos são suficientes para o desenvolvimento do programa, uma vez que este se propõe a incluir socialmente seus participantes e suas respectivas famílias

Os documentos que balizam a transferência de recursos financeiros da Política da Assistência Social do Estado do Ceará para o setor privado sem fins lucrativos, que foram analisados por ocasião da pesquisa, são: Decreto Nº 27.953 de 13 de outubro de 2005, do Governo do Estado do Ceará; Lei n.º 13.553, de 29 de dezembro de 2004, Artigo 27 da Lei complementar n.º 101³, de 4 de maio de 2000 e Edital lançado para seleção pública da prestação de serviços essenciais de

³ Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

assistência social com recursos financeiros transferidos a título de Contribuição Corrente⁴, Subvenção Social e Auxílios. Nesta dissertação, foi contemplada a pesquisa da Contribuição Corrente, por focar a transferência de recursos para a ONG que gerencia o Projeto ABC do Pirambu, em atendimento ao que preconiza o Plano Plurianual.⁵

A inquietação da pesquisadora, em abordar o tema, provém da percepção do crescimento do Terceiro Setor (ONGs⁶ e OSCIPs⁷) e de sua participação na execução das políticas públicas. Segundo os dados do IBGE/2006, o Terceiro Setor, pela primeira vez na história nacional, participou com destaque na composição do Produto Interno Bruto (PIB), sendo sua participação oficial de 1,4%. Isso significa que movimenta cerca de 32 bilhões de reais, sabendo-se que as organizações que compõem o Terceiro Setor receberam um tratamento específico apenas no Código Civil de 2002.

Portanto, um dos objetivos da pesquisa foi aprofundar a reflexão em torno das dimensões da participação e das possibilidades de ampliação da cidadania. O tema refere-se a um contexto onde ainda convivem as formas tradicionais de gestão, as experiências inovadoras e as transformações qualitativas na relação Estado/Sociedade Civil (DEMO, 2005; SPOSATI, 2007), como referência a um ponto de inflexão e reforço das políticas públicas centradas na ampliação da cidadania ativa. Essa escolha decorre da necessidade sentida de aprofundar a reflexão em torno de um tema que, dada a sua atualidade, exige análises sobre os seus alcances e limites, mas, principalmente, sobre a potencialidade implícita na constituição de uma esfera pública não estatal, como menciona Demo (2005, p. 469 apud Souza Santos (2002), "é mister descobrir uma economia que **'produz para viver'**, não para explorar a mão-de-obra e tratar a sociedade como mercadoria."

A transferência de recursos financeiros está intimamente associada à reforma gerencial do Estado. Esta segundo Bresser-Pereira (1995), começou, no ano de 1995, com o estabelecimento de novas formas de relação entre Estado e Sociedade

⁴ Contribuição Corrente: transferência de recursos públicos visando à execução, em parceria com a Administração Pública Estadual, de programas e ações de atuação do Governo, que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

⁵ Plano Plurianual do Governo do Estado do Ceará 2008-2011: Cumpre ao que dispõe o parágrafo do Artigo 165 da CF e o Artigo 203, Inciso I da Constituição Federal.

⁶ ONGs – Organizações Não-Governamentais.

⁷ OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Civil. Essa realidade privilegia a autonomia das organizações locais, proporcionando o crescimento do controle da coletividade local, e o crescimento desta nas várias instâncias de poder, ensejando a possibilidade de construção de uma 'Rede de Proteção Social' (SILVA 2007).

O Terceiro Setor se desenvolveu em um momento em que o Estado perdia poder, em nome da regulação do mercado apoiada pelo liberalismo. Lester Salamon (2008) revela que o Terceiro Setor movimentou no ano de 2007, a nível mundial, o equivalente a US\$ 1,9 trilhão por ano (R\$ 3,1 trilhão), sendo maior que o PIB do Brasil de US\$ 1,3 trilhão. Segundo o autor citado, se o Terceiro Setor fosse um país independente, teria sido, em 2007, a oitava maior economia do planeta. Ainda segundo Salomon (*op. cit.*), o Brasil segue uma tendência global, sendo que o Terceiro Setor já representa 5% do PIB, tendo um contingente de funcionários trabalhando com carteira assinada de 1,8 milhões, mais que o triplo de funcionários públicos federais, Funcs (2008).

Vale ressaltar que o tema foi objeto de escolha, em razão do crescimento do Terceiro Setor, tanto na operacionalização dos programas e projetos, quanto na administração de recursos financeiros e humanos. Acredita-se que o trabalho apresentado poderá contribuir para dar subsídios a uma maior efetividade da política de cogestão.

O Pirambu foi o bairro escolhido pela pesquisadora, que mora, há mais de quatro décadas, no local e tem sentido a necessidade de preservar a história do bairro, por todos os seus contrastes, que salta aos olhos, e pela imensa distância, que não é somente a geográfica, entre esse bairro e a Aldeota, onde moram pessoas de classe média alta. Refere-se aqui à distância política, econômica e social, sendo que, enquanto uns lutam pelo bairro, outros fazem do local, apenas, um espaço de conquista de sua sobrevivência, permanecendo alheios à sua história.

Ressalta-se que o Projeto ABC Pirambu foi escolhido por ser a pesquisadora servidora pública que assessorou o movimento popular no bairro do Pirambu por 12 anos, enquanto esteve na gerência do Centro Comunitário Luiza Távora-Pirambu, vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), do Estado do Ceará. Começou a se envolver com o trabalho comunitário aos nove (9) anos, como

auxiliar de catequista, participando, ainda, do grupo Pequeno Príncipe (grupo de universitários). Secretariou, ainda, o Centro Comunitário Cristo Redentor, atuou como coordenadora da creche comunitária/ Projeto Casulo. Por fim, participou da equipe que escreveu o livro *Historiando o Pirambu* (MONTEIRO, 1999).

Segundo Cordeiro (2008, p. 178), a gestão pública implica a articulação dos três grandes modelos de coordenação dos indivíduos e suas ações na sociedade moderna: Estado, Mercado e Sociedade Civil, e deve ser reservado a cada um deles um papel importante num arranjo institucional complexo e composto, a conjugar criativamente os chamados primeiro, segundo e terceiro setores, em modelagens adequadas a cada questão social a ser enfrentada.

A Pesquisa pretendeu, ainda, oferecer uma reflexão sobre os alcances e limites da política de cogestão, a partir dos resultados dos estudos que analisam a gestão como um todo. Privilegiou dar voz aos atores implicados, buscando a apreensão dos significados e percepções dos participantes do referido Projeto.

O objetivo geral do trabalho foi, portanto, avaliar a política de cogestão estabelecida entre a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), do Governo do Estado do Ceará e a Organização Privada Sem Fins Lucrativos Centro Comunitário Cristo Redentor, na execução do projeto: Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação, junto ao Projeto ABC, situado no bairro Pirambu, na cidade de Fortaleza-CE.

Nesse sentido, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- 01 - Reconstruir em texto a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil;
- 02 - Investigar se o processo de cogestão STDS/ONGs está observando as prerrogativas (Pertinência; Coerência Política/Técnica/Financeiro; Legitimidade Social) de uma Política Pública;
- 03 - Analisar como o Centro Comunitário Cristo Redentor, responsável pela gestão do ABC Pirambu, vem se estruturando para responder a parceria na execução da política de assistência social do governo do Estado do Ceará.

O trabalho foi desenvolvido com fundamentação teórica em fontes bibliográficas e da realização de uma pesquisa de campo realizada no Projeto ABC Pirambu, nos meses de julho, agosto e setembro de 2009, na cidade de Fortaleza, Ceará.

A coleta de dados foi realizada por uma equipe composta de quatro pessoas com nível superior (dado o tamanho da amostra da pesquisa) com o objetivo de aplicar os questionários, sendo: 34% do total da meta do Projeto ABC, 170 questionários aplicados aos alunos, 50 questionários aplicados a suas respectivas famílias, 10 questionários aplicados aos monitores, além de cinco entrevistas com técnicos da STDS e com quatro participantes do Centro Comunitário Cristo Redentor.

Por ocasião da coleta dos dados, organizou-se uma reunião com a coordenação do Projeto ABC, tendo sido convidadas a participar 100 famílias selecionadas de forma aleatória. Ofereceu-se uma cesta básica como atrativo. A reunião ocorreu em uma 5ª feira do mês de setembro do ano de 2009, às 16 horas, quando se contou com a presença de, apenas, 20 representantes. Assim sendo, foi marcada outra reunião para a sexta-feira seguinte às 17 horas, tendo sido convidadas 50 famílias. Prevendo-se que viriam as 30 famílias que faltavam para compor a amostra. Porém, naquela ocasião compareceram apenas seis representantes, concluindo-se que a melhor estratégia, naquele momento, para a conclusão da coleta dos dados seria realizar visitas domiciliares. Foram, então, realizadas 24 visitas em três domingos consecutivos, no horário da manhã e três dias à noite.

Nas visitas domiciliares percebeu-se uma riqueza de informações quanto ao padrão e estilo das residências, a organização financeira, os sonhos familiares e mesmo o distanciamento dos homens no que se refere ao acompanhamento da educação dos filhos. Isso ocorreu porque, quando eram eles que recebiam a pesquisadora, não se mostravam à vontade para responder ou explicar situações sobre o tema e logo chamavam suas respectivas esposas ou companheiras.

Buscou-se, no referencial teórico, algumas considerações gerais sobre Estado e a concepção de *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social), bem como

sua crise nos anos de 1930, 1970, 1980, pelo desejo de compreender a dinâmica na transferência da execução de serviços públicos para organizações da sociedade civil pela celebração de parcerias. No Brasil, tais parcerias foram incentivadas a partir da reforma administrativa que aconteceu em meados da década de 1990, com base na legislação da Constituição de 1988, que se mostra propícia à descentralização e terceirização de serviços.

O conceito de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos está intimamente ligado à idéia de terceiro setor e ao modelo de instituições brasileiras sem fins lucrativos. Segundo Salamon (2008), o elevado ritmo de crescimento dos indicadores nacionais e mundiais do setor mostra, atualmente, a relevância do tema para a sociedade em geral. Dessa maneira, procura-se realizar uma análise sobre os elementos do desenho da parceria entre organizações do terceiro setor e o poder público no estado do Ceará.

Cumprе salientar que a transferência de recursos financeiros está associada à reforma do Estado e, ao estabelecimento de novas formas de relação Estado e Sociedade Civil, uma vez que privilegiam a autonomia das organizações locais, proporcionam o crescimento do controle das coletividades locais e a possibilidade de influir nas várias instâncias de poder. Ressalta-se que o projeto é executado pelos próprios moradores do bairro, cujos coordenadores compreendem as necessidades dos participantes do projeto.

As discussões teóricas com autores se deram de forma privilegiada com: Sposati, Faoro, Moreira, Lakatos, Bobbio, Coelho, Silva, Demo, Arretche, Faleiro, Holanda, Garcia, Cohen, Boulmetis, Aguilar, entre outros, com o objetivo de obter um embasamento teórico que possa possibilitar uma maior compreensão da avaliação da política de cogestão.

A classificação de técnicas a serem utilizadas na metodologia é uma classificação sugerida por Gil (2002), Marconi e Lakatos (1999) e Selltiz *et al* (1987):

A pesquisa foi classificada como: exploratória, descritiva e explicativa e se valeu dos seguintes instrumentos: levantamento de dados secundários, entrevistas semiestruturadas, questionários com questões fechadas e questões abertas e

pesquisa bibliográfica, além de pesquisa documental. Mais à frente serão especificadas: área em que é executado o projeto, população e amostra.

O método qualitativo também foi utilizado no estudo ora apresentado e tem sido utilizado nos programas sociais por se considerar que abarca uma relação inseparável entre o pensamento e a base material, entre a ação de homens como sujeitos históricos e as determinações que os condicionam, entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos. Essa abordagem tem sido valorizada, pois trabalha com o universo de significados, representações, crenças, valores, atitudes, aprofundando um lado não perceptível das relações sociais e permitindo a compreensão da realidade humana vivida socialmente (RICO, 1999).

A pesquisa é do tipo estudo de caso e oportunizou um maior aprofundamento sobre o sistema de cogestão no Projeto ABC no qual foram coletados os dados dos questionários e entrevistas. Houve uma observação sobre o funcionamento da entidade, do projeto em si, do corpo docente e discente, famílias, monitores e equipe técnica da STDS, pois, segundo André (2008, p. 22), “O estudo de caso-ação busca contribuir para o desenvolvimento do caso ou dos casos em estudo, por meio de *feedback* ou informação que possa guiar a revisão ou o aperfeiçoamento da ação”.

Para Aguilar (1994), atualmente, a maioria dos pesquisadores opta por formas mistas de análise, combinando diferentes procedimentos e técnicas dos métodos quantitativos e qualitativos, conforme a natureza da investigação a fazer. Na citação de Aguilar fica muito claro que um programa pode passar por algumas formas de abordagens para que atinja seu objetivo, tendo em vista a realidade posta e os sujeitos interessados na avaliação.

Existe um interesse, cada vez maior, na utilização de métodos que combinem abordagens quantitativas e qualitativas na avaliação de políticas públicas (política, programa, projeto e outros). Essa opção significa realizar uma avaliação mais abrangente, que possa se espelhar na realidade, para refletir resultados capazes de possibilitar uma tomada de decisão que contemple a necessidade da maioria dos beneficiados.

O projeto de pesquisa foi examinado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da

Universidade Federal do Ceará (COMPEPE), e aprovado em 16 de junho de 2009, recebendo comprovação de que se encontra dentro das normas que regulamentam a pesquisa com seres humanos. Assim sendo, cada participante da pesquisa assinou um termo de autorização e, após a realização da pesquisa, foi encaminhado o resultado ao Comitê de Ética.

Quanto à estrutura da dissertação, o trabalho está organizado em Introdução e três capítulos, como expostos a seguir:

O primeiro capítulo conceitua a avaliação de políticas públicas, fazendo-se, a seguir, uma análise da relação entre Estado e Políticas Públicas e define-se a Política Nacional de Assistência Social no contexto brasileiro.

No segundo capítulo, define-se a gestão compartilhada, analisando a importância do processo de gestão. Aborda-se, ainda, a importância do Terceiro Setor e a legislação que normatiza a transferência de recursos.

O terceiro capítulo apresenta os dados da pesquisa de campo realizada no bairro Pirambu Projeto ABC-Pirambu, gerenciado pela entidade privada sem fins lucrativos Centro Comunitário Cristo Redentor, descrevendo-se as categorias referentes ao perfil dos entrevistados.

Por fim, nas considerações finais, foram apresentados os resultados da pesquisa realizada junto aos participantes do Projeto ABC, as respectivas famílias, os monitores e representantes da STDS e CCCR.

CAPITULO 1: REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Avaliar as políticas públicas,⁸ será sempre um desafio, pois são muitas as variáveis que interferem na sua execução, tais como a decisão política, o volume dos recursos e a dimensão cultural. Necessita, ainda, que seja levado em conta o processo de capacitação das pessoas envolvidas e o grau de responsabilidade com o compromisso ético. Nesse sentido, Boulemits (1998), observa que toda avaliação tem um cunho político, que deve contemplar o bem comum e jamais atender às necessidades pessoais ou servir de manobra política, favorecendo aos interesses do avaliador ou da instituição.

1.1 Por que avaliar?

De acordo com Neto e Brennand (2004), a gestão passou a fazer parte dos negócios das organizações sem fins lucrativos, tornando mais efetivas as ações voltadas para garantir sua sustentabilidade, necessitando assim da realização de avaliações como parte do processo político de gestão. Isso porque não se trata de uma atividade isolada uma vez que possibilita a retroalimentação dos programas e projetos para a melhor tomada de decisão. No presente trabalho, apresenta-se uma discussão com os autores, sobre o tema avaliação, porém necessário se faz realizar uma reflexão, mesmo que diminuta, sobre o tema referente ao planejamento. Na definição de Huertas (1995):

O planejamento não é mais que a tentativa de viabilizar a intenção que o homem tem de governar o próprio futuro; de impor às circunstâncias a força da razão humana. Não há mecanismo automático e determinista que resolva os problemas do destino do homem. Se o que digo é correto, o planejamento é válido em qualquer sistema social democrático (HUERTAS, 1995, p.14).

O Planejamento é primordial na elaboração de qualquer ação que prevê benefícios otimizados para a população alvo, uma vez que tem um compromisso

⁸ As políticas públicas têm, em cada Estado, o respaldo legal da Constituição Federal, da Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município. Podem ser definidas como o conjunto de programas de ação governamental voltados à concretização de direitos sociais. Caracterizam-se como um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular (CUNHA, 2005, p.01).

com o futuro. É um instrumento de força, ou pelo menos os estimula aos que fazem parte da ação a pensar em termos do que é importante ou relativamente importante, e também a se concentrar sobre assuntos de relevância, contribuindo, assim, de forma mais eficaz com a gestão na obtenção dos resultados.

Para Matus⁹ (1991) existem três modos de planejamento, embora o mesmo diga confiar mais nos dois primeiros tipos:

- 1- planejar a realidade centrada no desenho das regras do jogo social, com vistas a afinar essas regras para que o sistema ganhe maior eficiência e maior eficácia;
- 2- planejar a estratégia do próprio jogo, para antecipar ou prever grandes jogadas, importantes para os resultados futuros; e
- 3- planejar em detalhe, com o propósito de dar maior precisão quantitativa a cada jogada, invadindo o campo da criatividade de cada jogador.

Ainda, na perspectiva de Mattus (1991), planejar é a palavra apropriada para se projetar um conjunto de ações para atingir um resultado claramente definido, quando se tem plena certeza dos resultados que se espera alcançar.

Para toda ação, necessário se faz elaborar um plano. Para se construir uma casa, transplantar um rio, construir uma avenida, ou realizar a transferência de renda do Estado para uma família, conforme a qualidade do planejamento, os resultados serão melhores, piores ou até catastróficos.

O controle dos programas e projetos será implementado a partir da participação da sociedade civil e da realização de avaliações dos mesmos conforme as considerações do autor Boulmetis (1998),¹⁰ autor este escolhido para fins deste trabalho, no tema avaliação:

⁹ Carlos Matus, chileno, economista da Universidade do Chile, pós graduado em Harvard, ex-ministro, ex-presidente do Banco Central, atual presidente da Fundação Altadir.

¹⁰ BOULMETIS, John e Phyllis Dutwin. **The ABCs of evaluation:** timeless techniques for program and project managers. 1998. Tradução de responsabilidade da autora da dissertação ora apresentada.

Avaliações formais ajudam-nos a selecionar e estabelecer padrões apropriados, indicadores, evidências e recursos. Isto requer algum nível de segurança do programa. [...] A avaliação pode também ajudar os membros da organização a construir uma importante defesa de suas posições particulares. Precisa-se ter cuidado aqui, entretanto, para que a avaliação não sirva aos próprios interesses, uma pintura que disfarce que apresente apenas os aspectos positivos. A avaliação deverá também apontar as fraquezas e imperfeições que tenham sido encontradas (BOULMETIS, 1998, p. 24-25).

Alguns fatores que se encontram na maioria das avaliações são: método científico, um julgamento, processo sistemático, impacto social, produção de informações, objetivo, problematização e diagnóstico. Como afirma Holanda (2006), quando se refere à avaliação:

Entre outras tendências que confirmam o amadurecimento das atividades de avaliação, Wholey ressalta: a criação de programas formais de educação para o treinamento de avaliadores; a institucionalização da função avaliação nas organizações; a estruturação de organizações profissionais; a publicação de revistas especializadas sobre o assunto e a explicitação de normas técnicas e padrões éticos para orientar o trabalho do avaliador (HOLANDA, 2006, p.148).

O avaliador necessita de uma capacitação que o fundamente como um pesquisador e que tenha uma visão sistêmica de futuro e a sensibilidade para adequar as ferramentas da avaliação a necessidade da população atendida pela política pública, pois segundo Holanda (2006):

[...] O reconhecimento de que a avaliação exerce uma função política, além daquela de representar os interesses dos *stakeholders*, levará a novas conceituações de como a avaliação poderá lidar com a sua natureza política, sem ser reduzida a simplesmente a outra atividade política (e, como tal, sem credibilidade). Isso exigirá que os avaliadores sejam mais preparados e mais hábeis para trabalhar dentro de sistemas políticos, sem prejuízo de suas qualificações técnicas essenciais (HOLANDA, 2006, p. 148).

Diz, ainda, o autor citado, que a avaliação é contemplada como um instrumental que recebe todas as interferências do meio, como a interferência política. Daí a necessidade de os avaliadores estarem sempre em um processo de capacitação e munidos de valores embutidos em uma ética politicamente correta.

A esse respeito, Holanda (2006) aponta a falta de sincronização entre os processos de planejamento, orçamento e avaliação, além da falta de integração entre os órgãos, departamentos e secretarias de estado, como um todo, visto que cada um vislumbra, apenas, parte do todo sem a preocupação com a população atendida, oferecendo apenas parte da solução. Neste caso, os serviços prestados

sofrem com a descontinuidade dos programas.

Ainda citando Holanda (2006), a intersectorialidade é o processo de construção compartilhada, em que os diversos setores envolvidos são tocados por saberes, linguagens e modos de fazer que não lhes são usuais, pois pertencem, ou se localizam no núcleo da atividade de seus parceiros. A intersectorialidade implica a existência de um grau de abertura em cada setor envolvido, para dialogar, estabelecendo vínculos de corresponsabilidade e cogestão pela melhoria da qualidade de vida da população.

Holanda (2006, p. 152-153) faz uma reflexão sobre a descontinuidade da avaliação nos programas de governo:

Nas áreas de planejamento, acompanhamento e avaliação o Brasil dispõe de uma experiência ampla e diversificada, embora ainda não consolidada. Observa-se uma grande variedade de conceitos e abordagens e também muita dispersão e descontinuidade nas tentativas de avaliar programas de governo. Por outro lado, as evidências e resultados dessa experiência raramente documentados e sistematizados.

Grande quantidade de programas, projetos e ações é planejada e, muito destes, são executados, porém, ainda não existe uma cultura de avaliação, não atendendo ao que diz Boulmetis (1998, p.24): “onde existe um programa deverá haver uma avaliação”.

Faz-se necessário realizar avaliações *ex-ante* e *ex-post*, para que seja elaborado um projeto capaz de mobilizar recursos financeiros a fim de programar as ações junto ao público alvo, e que o mesmo melhore sua qualidade de vida.

Segundo Holanda (2006, p. 160):

Uma política social deve ser sempre avaliada por sua capacidade de reduzir pobreza, e não pelo volume de recurso que consome ou mesmo pelo volume de benefícios que distribui. A efetividade de uma política social é dada pela sua capacidade de transformar o quadro de pobreza de um país. Essa efetividade depende de três fatores, quais sejam, seus graus de (i) eficiência, (ii) eficácia e (iii) focalização [...] para que uma política social seja efetiva em reduzir a pobreza, é necessário (i) que os recursos disponíveis sejam eficientemente trazidos em bens e serviços; (ii) que estes bens e serviços sejam eficazes em transformar as condições de vida das famílias mais pobres; e (iii) que os segmentos pobres da população tenham total prioridade no atendimento (boa focalização) .

Existem maneiras corretas de buscar soluções para certas problemáticas, como a pobreza, porém, necessário se faz começar por reconhecer sua existência, e

tratá-la como real. No mundo das políticas públicas, esses problemas devem ser, necessariamente, reconhecidos e administrados reconhecendo a complexidade das questões, contudo, o reconhecimento dos problemas tende a desaparecer, sob as luzes dos comícios e da grande mídia. Não é de estranhar, portanto, que governos busquem, muitas vezes, devolver para a arena política dilemas e questões de política pública, que não conseguem resolver na ação administrativa.

Rico (1999) se reporta a Figueiredo & Figueiredo para desenvolver os conceitos de eficácia, eficiência e efetividade:

Por avaliação de *eficácia*, entende-se a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos (Figueiredo & Figueiredo, 1986). [...] Por avaliação de *eficiência*, entende-se a avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançado (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986). [...] Por avaliação de *efetividade*, entende-se o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso e fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação (Figueiredo & Figueiredo, 1986) (RICO, 1999, p. 31 a 34).

Buscar uma melhor qualidade de vida é o maior desafio das políticas públicas e dos estudiosos do assunto. Estar com o olhar atento para a correta aplicação dos recursos, prevendo atingir os objetivos propostos e os resultados coerentes com o planejamento, é tornar uma avaliação atenta à eficiência, eficácia e a efetividade.

A literatura especializada de avaliação de desempenho de organizações e programas incorpora as exigências da eficiência, eficácia e a efetividade dos programas de governo. Efetividade diz respeito à capacidade quanto à promoção dos resultados esperados, o impacto gerado; a eficiência é relativa à competência para se produzir resultados com o dispêndio mínimo de recursos e esforços; e a eficácia é referente à qualidade dos resultados e aos objetivos planejados. Rico (1999), Cohen (1998).

Ala-Harja (2000, p. 26) traduz a complexidade da realização de avaliação:

Uma vez que a avaliação é praticada é um contexto político, o problema da determinação do uso jamais será completamente resolvido. A avaliação é apenas uma fonte de informação e compete com diversos outros fatores que tem influência sobre a tomada de decisão. ...Por trás da relutância em solicitar avaliações e em discutir seus resultados pode estar o receio de que algumas deficiências venham a ser expostas.

Fazer avaliação também é um ato de coragem, pois cria a possibilidade de

encontrar resultados positivos, como também pode desvendar resultados deficitários. Porém, é necessário proceder à avaliação, para que sejam encontradas respostas que possam amadurecer os programas e contribuir para que as políticas públicas sejam implantadas com qualidade necessária, para cumprir com seus objetivos, apresentado resultados apropriados ao tamanho das necessidades da população.

Retomando Boulmetis (1998), apresenta-se a sua reflexão sobre uma questão tão complexa, que consiste em sintonizar o conhecimento teórico com o conhecimento prático. Essa citação é uma reflexão posta para que os técnicos façam e procurem conciliar o saber e a prática:

O impacto é especialmente um fator importante quando a ação está tentando mudar comportamentos ou atitudes. Os indivíduos estão frequentemente aptos a dizer-lhe que eles sabem algo (cognitivo), mas se eles realmente incorporam esse novo conhecimento para pensar e agir torna-se uma outra questão (BOULMETIS, 1998, p. 26).

Mudar o comportamento é uma questão muito complexa: prevê uma capacitação aprofundada, e extremamente necessária, mas, nem sempre as pessoas têm essa disponibilidade. Diante disso, os trabalhadores da área de políticas sociais necessitam de capacitação e formação cidadã e humanitária, para que possam ter atitudes que beneficiem a população como um todo. “A avaliação de sucesso depende da capacidade e disposição dos usuários da avaliação de utilizar e aceitar suas conclusões” (BOULMETIS, 1998, p. 24).

A avaliação contribui com a informação dos resultados de um programa, projeto ou ação. Por isso se faz necessário democratizar o resultado, pois, muitas vezes, a população passa ao largo das decisões políticas por não conhecer os resultados das avaliações, da política, dos programas, projetos e ações ou, ainda, pela falta de informação, ou mesmo pela baixa escolaridade.

Para Boulmetis (1998, p. 29):

Avaliações são conduzidas para decidir a expansão ou encurtamento de programas, produtos ou atividades. Utilizando-se os resultados da avaliação, a gerência pode decidir defender em nome dos programas de melhor resultados, ou livrar-se dos programas ineficientes.

Os programas devem ser avaliados, segundo elucidação de Boulmetis (*op. cit.*), durante todo o acompanhamento do programa, no decorrer de sua realização,

para que se possam adequar os recursos humanos e materiais, a fim de que o resultado esteja em conformidade com o previsto no planejamento. Isso se justifica, pois a avaliação é uma ferramenta fundamental para acompanhar, monitorar, controlar os programas, projetos e ações. Nesse sentido, deve-se buscar sempre a tomada de decisão capaz de beneficiar a população.

Segundo Holanda (2006, p. 4):

[...] o programa pode estar sendo constantemente avaliado pelos próprios envolvidos, de maneira informal, o que o avaliador profissional trás de contribuição é um olhar novo e algumas habilidades técnicas.

Holanda (2006) dá a conhecer que usuários e profissionais envolvidos nos programas, projetos e ações podem realizar avaliações informais são os avaliadores profissionais que possibilitam um novo olhar e são detentores de habilidades técnicas para desenvolver as avaliações formais; assim, necessário se faz divulgar o resultado entre os entes interessados.

Assim, acredita-se que o Projeto ABC necessita realizar avaliações formativas para que possa acompanhar *pari passu* as ações e, quando necessário, adequar a execução do programa, tendo em vista que os resultados sejam exitosos para a população assistida.

Nessa perspectiva, Paula (2001) faz uma reflexão sobre a necessidade de realizar conexões entre monitoramento e avaliação, quando se busca verificar se o programa está atingindo a população alvo; se a entrega dos serviços e as funções de apoio contemplam o desenho do programa ou outros padrões; e se existem mudanças positivas na população alvo e nas condições sociais que o mesmo focaliza, porém, recomenda a seguinte distinção:

Monitoramento é o acompanhamento do programa para saber até que ponto ele está se desenvolvendo de acordo com o seu desenho ou seu plano de ação e se está sendo dirigido para população-alvo. Avaliação, por sua vez, é o processo sistemático de coleta e análise de dados para determinar se os objetivos têm sido ou estão sendo alcançados, e em que grau, e para auxiliar na tomada de decisões (PAULA, 2001, p.1).

Na avaliação, procura-se conhecer o grau de satisfação da população atendida, o custo-benefício, os impactos, as transformações ocorridas nos indivíduos e na organização, além das dificuldades e incoerências do programa para as devidas tomadas de decisões e se o programa deve continuar, parar, ou multiplicar-

se a experiência.

Holanda (2006, p. 135) faz referência a Sismondi (1773-1842)¹¹, afirmando que ele:

[...] foi um dos primeiros críticos do materialismo da Escola Clássica e da pouca atenção atribuída ao bem estar humano. Responsabilizou o '*laissez faire*' pelo aumento das desigualdades na distribuição de renda, com os ricos se tornando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, e defendeu uma forte intervenção governamental, como instrumento para a correção dessas desigualdades.

Existem formas corretas para encontrar soluções para uma melhor distribuição de renda. Começa-se por reconhecer a existência da acumulação, e tratar o problema como real, implantando políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento da população de baixa renda, como também, programas compatíveis com a real necessidade da população, o que depende de vontade política.

Segundo Chelimsky (1997) *apud* Holanda (2006, p. 4),

O avaliador pode não focalizar exclusivamente no melhoramento do programa que está sendo avaliado, mas também no melhoramento da capacidade organizacional de definir a política e de desenhar, administrar e avaliar programas em geral.

Mark, Henry & Julnes (2000) *apud* Holanda (2006, p. 4) veem isso como similar ao melhoramento de programa, ao afirmar que:

A diferença é que o objetivo do melhoramento é endereçado a uma perspectiva mais ampla referindo-se ao sistema. Isto também inclui preocupações sobre sustentabilidade, uma questão que surge com certa frequência em países em desenvolvimento, onde o que se questiona é se as organizações de entrega de serviço têm a infraestrutura para fazer a entrega na ausência de suporte externo.

Segundo Holanda (2006), o estudo de uma política pública favorece a sua seriedade, sua organização, sua legalização e legitimidade, quando se constata a necessidade de avaliação dos programas, projetos e ações, a fim de que seja garantida a sua sustentabilidade, e não haja descontinuidade das ações.

¹¹ Jean Charles Sismonde de Sismondi(1773-1842), francês, começou como clássico ortodoxo, mas em 1819 ao escrever *Nouveau Princespes de Economie Politique*, abriu uma vertente crítica que seria palmilhada por muitos outros autores até os dias de hoje.

1.2 Estado e Políticas Públicas

De acordo com Dagnino (2004), dentro desse universo de inquietações depreende-se como um tema instigante, a relação entre Estado e Políticas Públicas, daí porque a referida autora foi escolhida para nortear essa discussão teórica. A esse respeito, ela afirma que:

[...] como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington (DAGNINO, 2004, p.197).

Analisando Dagnino (2004), vê-se o quanto é preocupante o modelo neoliberal, pois o Estado tem como papel norteador, garantir os direitos e responsabilidades sociais. A preocupação se dá, quase que exclusivamente, com as relações do mercado, adequando o social, nessa dinâmica de relações de dominação e poder. Entretanto, o mercado é uma realidade posta, exigindo a alocação de recursos e benefícios sob o imperativo da eficiência capitalista, racionalizadora na técnica organizacional, produtiva e acumuladora de riquezas.

A autorregulação do mercado, no modelo neoliberal, não é suficiente para amenizar os problemas sociais de um país. Segundo Moreira (2002), o papel da ação pública ainda se faz necessário para a redistribuição de rendas ou bem-estar social, fator essencial para equilíbrio e coesão social, pois:

[...] em um regime de acumulação sob dominância financeira. Essa nova configuração possui impactos sobre o potencial e o modo de desenvolvimento desses países em uma lógica que privilegia o financeiro e o comercial frente ao produtivo e ao social (MOREIRA, 2002, p.49).

O autor aqui citado, ao se referir aos países da América Latina, referencia o modelo econômico que prevalece e a quem realmente o capitalismo privilegia, tornando assim uma convivência praticamente intolerável entre o mercado e a 'sociedade civil', pois o Estado nasce a partir da necessidade de equilibrar o capital e a sociedade, tendo ao longo da história privilegiado o capital, sendo, ainda, que o Estado de Direito e o Estado Social não foram, até hoje, totalmente implantados no Brasil.

A construção de uma ordem democrática não se restringe ao

enfraquecimento da desigualdade econômica, mas é fundamental, também, a socialização do poder. Isso significa que a consolidação de uma ordem justa e igualitária requer a ampliação da responsabilidade e da participação de seus cidadãos. Assim, assumir responsabilidades é compartilhar do poder de decidir os rumos da sociedade.

Sobre a questão do poder é importante atentar para as considerações de Faoro (2000, p. 240):

As inquietações urbanas, as angústias européias da elite, a sede de mando de civis e militares, a demagogia inquieta e impaciente – tudo se amortece e paralisa diante de uma muralha apagada e inerte. O Senhor da soberania, o povo que vota e decide, cala e obedece, permanece mudo ao apelo da palavra.

A herança do processo democrático brasileiro é que ao povo foi dado o ensinamento de obedecer, calar, ter um sentimento de cordialidade e uma postura de agradecimento, como cita Faoro (2000). O processo de construção da democracia, que é muito bem descrito pelo autor aqui referido, ao que tudo indica, vai demandar um longo tempo. O autor referido menciona, nesse sentido, a situação de indignação do silenciar e dos desmandos dos que estão no poder para a construção da democracia. Percebe-se, portanto, da parte da sociedade civil, a necessidade de um maior conhecimento do sistema político-histórico e que essa se fortaleça no tocante a se mobilizar e assim assumir uma postura reivindicatória dos direitos garantidos na Constituição Federal.

A lógica democrática, a partir da nova Constituição Federativa do Brasil, prevê um projeto ético-político que se comprometa com a perspectiva do homem integral, senhor de sua história.

Aplicar corretamente os recursos é uma questão de coerência, pois são muitos os problemas a serem contemplados para o volume dos recursos. Assim sendo, o planejamento dos programas, projetos e ações são de grande importância.

Tendo em vista a problemática aqui relatada, é fundamental pensar um melhor modo de capacitar os profissionais envolvidos nas políticas públicas, para uma maior compreensão da necessidade de trabalhar em harmonia o planejamento, o monitoramento e as avaliações dos programas.

Para Holanda (2006) o monitoramento e a avaliação são imprescindíveis para o desenvolvimento de uma política social, como instrumento de gestão:

Nos países emergentes ainda é preciso avançar muito para incorporar à administração pública os elementos culturais e institucionais favoráveis à transparência, à *accountability*, à ética do serviço público e, por consequência, ao monitoramento e avaliação como instrumentos de gestão. (HOLANDA, 2006, p. 149).

Como ocorreu em outros países, observou-se que a reforma do estado seguiu estratégias diversas e até contraditórias: numa primeira direção, com a reforma dos sistemas orçamentários e o claro propósito de controle de gastos e redução do tamanho do estado; numa segunda orientação, com o esforço da capacidade institucional do estado para melhor cumprir suas funções (HOLANDA, 2006. p. 151).

Diz ainda o autor citado:

O total dos gastos sociais representa 16% do PIB (só a previdência representa 10% desse agregado), um percentual não desprezível. Observa-se, no entanto, que tem sido praticamente nulo o impacto desses gastos para a redução da pobreza no Brasil (HOLANDA, 2006, p. 160).

Primeiro, não há dinheiro suficiente para fazer tudo o que é necessário e, segundo, ainda que o dinheiro fosse suficiente, é preciso mais do que dinheiro para resolver os complexos problemas sociais e humanos (HOLANDA, 2006, p.143).

Mesmo reconhecendo a importância do que trata Holanda (2006), é preocupante a afirmação aqui apresentada, pois parece prevalecer mais a lógica do mercado, uma vez que o Estado deve ter responsabilidade em oferecer serviços de qualidade para a população que se encontra na pobreza ou na indigência e prestar um atendimento capaz de superar o estágio de exclusão social. A lógica do Estado mínimo é fazer mais com o mínimo de recurso, sendo, entretanto, necessário um volume de recursos compatível com o tamanho do problema a ser enfrentado que é a exclusão social, embora necessite, também, de recursos humanos capacitados e políticas públicas coerentes.

Tendo em vista essa problemática, no que se refere à distribuição e/ou escassez de recursos para desenvolver políticas públicas que sejam capazes de apresentar resultados de inclusão social da população de baixa renda, o Estado busca, assim, contemplar a relação custo-benefício dos programas e projetos realizados. A esse respeito, Holanda (2006) questiona o efeito do impacto, no que se refere à aplicação dos recursos em programas, projetos e ações que sejam de relevância no que se refere a minimizar a pobreza.

Portanto, a elaboração e operacionalização de Políticas públicas deve integrar: planejamento, monitoramento e a avaliação dentro das instituições, nas diversas esferas dos setores públicos e privados, pois assim sendo haverá um maior impacto no que se refere à inclusão social. A lei nº. 14.053, de 07 de janeiro de 2008 instituiu o Plano Plurianual do Estado do Ceará, 2008-2011.

A participação dos cidadãos na definição de prioridades e controle público da gestão governamental é essencial e indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade democrática.

1.3 Pobreza

A questão das desigualdades sociais, da segregação social e da pobreza urbana foi discutida, assim, como resultante dos efeitos da exclusão social na formação do indivíduo, inserida na realidade das periferias empobrecidas. Acredita-se que sem amparo de políticas públicas específicas, a população pobre será reprodutora dessa mesma condição e que este fato já não é mais suportado pelas cidades, pois não permite seu desenvolvimento econômico e social, tampouco o compromisso de fornecer uma qualidade de vida mínima para sua população. Assim sendo, se tornam crescentes os conflitos sociais e, principalmente, a violência urbana uma vez que a reprodução da pobreza e da desigualdade social, afeta a sociedade como um todo.

A seguir, os autores Yazbeck (1993), Demo (2006) e Vasconcelos (2003) embasam a discussão teórica sobre pobreza.

Sobre a condição de pobreza optou-se por Yazbeck (1993) que identifica:

[...] são pobres aqueles que, temporária ou permanentemente estejam impedidos do acesso a um mínimo de recursos e, portanto, excluídos, em níveis diferenciados, da riqueza social. Entre eles estariam: os privados de meios de prover a própria subsistência e que sobrevivem com ajuda dos outros, os trabalhadores assalariados ou por conta própria situados nas mais baixas faixas de renda; os desempregados ou subempregados com possibilidade remota ou nenhuma possibilidade de absorção pelo mercado. (YAZBECK, 1993, p.62).

Compreendida pelos autores Yazbeck (1993) e Demo (2006), nesses termos, a pobreza se configura como manifestação direta das relações socioeconômicas que se travam em uma dada sociedade e, certamente, não se reduz somente à condição

de privações materiais, mas à falta de escolaridade, que tira a oportunidade do indivíduo representar a si próprio; a falta de cultura, a falta de mobilidade e de lazer, deixando um sentimento profundo de paralisação, sem interesse e sem motivação para alargar as oportunidades para uma vida mais digna. Como afirma Demo (2006, p. 25-26):

[...] Estamos habituados a ver a pobreza como carência material, no plano do ter: é pobre quem não tem renda, emprego habitação, alimentos etc. Essa dimensão é crucial e não poderia, em momento algum, ser secundarizada. Mas a dinâmica da pobreza não se restringe à esfera material do ter. Avança na esfera do ser e, possivelmente, alcança aí intensidades ainda mais comprometedoras. Mais drástico do que não ter mínimos materiais para sobreviver é não ser nada na vida. O UNDP (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), desde o HDR (Relatório do Desenvolvimento Humano) de 1997.

Nos mais recentes estudos sobre pobreza, Yazbeck (1993); Jaguaribe (1988); Santos (1979); Pereira (1988) e Demo (2006) são enfáticos em considerar que suas dimensões extrapolam o caráter econômico. Na realidade brasileira, o lado material, obviamente mais visível aos estudiosos do tema, tem merecido maior abundância de formulações, mas entende-se que não é possível tratar um fenômeno dessa natureza isolando os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais.

Hoornaert (1986) reconhece o relevante papel da Igreja Católica nos diferentes contextos históricos e descreve a convivência pacífica ensinada aos cristãos ao longo do tempo e até os dias atuais, da seguinte forma:

Os cristãos viviam como irmãos e irmãs, no dia-a-dia dos pequenos gestos, e assim realizavam a tarefa mais difícil que consiste em fermentar a sociedade de dentro para fora, da comunidade caseira para a grande sociedade. A vida comunitária implicava na comunhão de bens e certamente na comunhão da mesa comum. (HOORNAERT, 1986, p. 168)

No início do século XXI, tem-se outra dimensão da pobreza e da riqueza; porém, face à pluralidade de situações que a condição de pobreza comporta, sua noção, via de regra, é mediada por indicadores de renda, emprego e, também, de acesso a recursos sociais significativos para a garantia da qualidade de vida, a exemplo de programas de saúde, habitação, educação, qualificação profissional, trabalho, transporte, segurança e previdência social, dentre outros.

A educação é um fator essencial para o desenvolvimento de uma nação. Camargo (2004) faz uma análise sobre os gastos com a educação no país e, a partir dos poucos recursos empregados na educação, conclui que o sistema reproduz a

pobreza ao longo da história, uma vez que:

O Estado brasileiro gasta pouco com educação e uma parte substancial desta despesa é apropriada pelos 40% mais ricos. Concretamente, apenas 3,6% do PIB do país, em 2000, eram gastos com educação fundamental, enquanto 29,6% da população brasileira tinha naquele ano entre 0 e 14 anos de idade. O resultado desta estrutura de gastos sociais criou um mecanismo de reprodução da pobreza ao longo do tempo.

Uma parcela substancial das crianças brasileiras vive em famílias pobres (50%). Destas crianças, mais de 80% não completam o ensino fundamental, ou seja, não possuem oito anos de estudos, ou porque não têm condições de fazê-lo por precisar entrar no mercado de trabalho muito cedo, ou porque as escolas públicas a que têm acesso são de tão baixa qualidade que são incapazes de mantê-las. Como consequência, 40% das crianças brasileiras, ao se tornarem adultas, terão menos de oito anos de estudos. Dificilmente conseguirão um trabalho decente. Serão os pobres do futuro (CAMARGO, 2004, p. 68).

Considera-se pertinente discutir o fato de que a pobreza não é fenômeno puramente econômico e não se caracteriza, apenas, pela falta de acesso às riquezas produzidas, mas, também, pela falta de acesso à educação e a condições de vida saudável e, também, à necessidade de conquistar direitos civis, políticos, sociais e humanos, considerando a condição dos sujeitos como cidadãos construtores de sua própria história e participe da história universal.

1.4 Política Pública de Assistência Social

Os governos, nas esferas federal, estadual e municipal desenvolvem suas ações por meio de programas elaborados em suas várias secretarias. As políticas públicas são de suma importância para promover a inclusão social das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade ou mesmo em situação de abandono, sendo que a política pública que atua nessa área é a política de Assistência Social. No que se refere às políticas públicas, Bucci (2002, p.24) define “como sendo programas de ação governamental visando à coordenação dos meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.”

A Assistência Social brasileira faz seu trajeto adaptando-se aos contextos político-ideológicos vivenciados no país. Segundo Vasconcelos (2003), até a década de 1920 prevaleceu a perspectiva de assistência curativa prestada por instituições assistenciais, em sua maioria de cunho católico.

Abandonadas em adros, ruas, praças, monturos, terrenos baldios, essas crianças que findavam tornando-se vítimas da fome, do frio, do calor, ou presa e alimento de animais que circulavam nesses locais, poderiam – antes criação da Roda.

A Idade Média marca, sem sombra de dúvida, a instalação de um modelo organizacional de caridade. Com o advento, no século XII, das confrarias – que, em princípio, eram associações não de cunho eclesiástico, mas de leigos, que sob inspiração religiosa, punham-se a práticas caritativas, manifestas através de assistência, em geral, às viúvas, aos órfãos, aos velhos –, também, far-se-ia o registro do surgimento das Rodas dos Expostos ou Enjeitados (VASCONCELOS, 2003, p. 84).

Para Vasconcelos (2003), as primeiras iniciativas de atendimento à criança abandonada, no Brasil, se deram, seguindo a tradição portuguesa, instalando-se a roda dos expostos, nas Santas Casas de Misericórdia. Em princípio, eram três: Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789) e ainda em São Paulo (1825), já no início do império. Outras rodas menores foram surgindo em outras cidades após este período.

Para Escorsim (2008, p. 2):

A ajuda ao outro, enquanto prática social nasceu no interior da sociedade civil (SPOSATI, 2006) e foi historicamente referendada pela Igreja Católica que, durante um longo período histórico, alicerçou as condutas morais de seus seguidores na caridade e amor ao próximo, ainda que num contexto europeu dividido por estamentos sociais rígidos, determinantes da ocupação das classes naquelas sociedades. O atendimento às famílias pobres foi apontado por VIEIRA (1994) no pioneirismo de São Vicente de Paula (1576 – 1660), quando era vigário em Chatillon-les-Dombes, na França do século XVII.

A vida comunitária nos feudos e pequenas propriedades rurais na Europa requereram de seus habitantes, atitudes de ajuda mútua, seja na produção de bens para o atendimento das necessidades materiais de existência, como também nos acontecimentos ligados aos ciclos de vida e defesa desta, contra as intempéries provocadas por catástrofes da natureza, doenças e guerras. A proteção do grupo tinha como locus a família, cujo pressuposto era a proximidade entre seus membros.

Somente a partir da década de 1940, a Assistência Social passou por uma evolução, quando foi assumida como uma modalidade de execução das políticas sociais pelo Estado brasileiro.

A esse respeito, Angelim (2002) explicita que na década de 1950, a política social adquiriu nova amplitude no discurso governamental, abrangendo a prestação de serviços sociais básicos, como por exemplo, os programas de desenvolvimento comunitário, de alfabetização de adultos, formação de mão-de-obra e formação social. As políticas sociais foram ampliadas nas décadas de 1960 e 1970, porém sem grandes significados na melhoria da qualidade de vida da população. Todavia,

as práticas eram setorizadas e fragmentadas e os recursos pulverizados entre a rede filantrópica e a execução governamental.

Na década de 1980, com a promulgação da nova Constituição, denominada de 'Cidadã', a Assistência Social, adquiriu o caráter de política pública, por meio da integração da Saúde e da Previdência ao conjunto da Seguridade Social. A Constituição de 1988 marcou a passagem do modelo político de um 'Estado Assistencial' para um modelo de 'Estado de Direito'. Contudo, há ainda um longo caminho a trilhar, com a alternância de avanços e retrocessos.

Dessa forma, a atual concepção da Assistência Social, enquanto política pública, de direito do cidadão e dever do Estado, é produto das mudanças desencadeadas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei 8.742/1993. O Artigo 1º da LOAS destaca:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas (LOAS,1993, Artigo 1º).

Promover a inclusão social é uma obrigação constitucional, pois o Estado é responsável pelo futuro dos cidadãos, quando assume o compromisso, recebendo os impostos e encargos, se responsabilizando pela formulação e execução das políticas públicas como educação, saúde, assistência social, habitação, segurança, entre outras.

Princípios baseados na LOAS (1993, artigo 4º):

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e o seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- V- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como, dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

A LOAS inaugura um movimento de descentralização da política de assistência social, sendo o município o local onde vive o indivíduo, portanto, o local privilegiado para seu atendimento. A transferência de recursos para a política de

cogestão é um dos instrumentos para combater a miséria e minimizar o dramático quadro de exclusão social.

Diretrizes baseadas na LOAS (1993):

I - Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e comando único das ações em cada esfera de governo.

II - Participação da população, por meio de organizações representativas.

III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Assim, conceber uma cultura de cidadania passa por um aprendizado de direitos e responsabilidades, por todos e individualmente, pela democratização do poder, pela participação dos cidadãos na definição de prioridades e controle público da gestão governamental. Essa cultura de cidadania implica uma perspectiva renovada da democracia, da política, pela ampliação dos espaços de participação na gestão pública, pelo compartilhamento de responsabilidades do Estado com a sociedade, propiciando maior legitimidade, governabilidade e sustentabilidade das ações empreendidas.

A esse respeito, Ugá (2004, p. 91) assim conceitua cidadãos ativos:

Cidadãos ativos são, portanto, personagens vitais da democracia, devendo ser, por isso, constantemente 'criados' e "organizados" (pela educação, pelo debate público, pela deliberação). Donde a política democrática não pode ser concebida sem participação, representação e institucionalização.

Os autores (UGÁ, 2004; ZALUAR, 1992) veem a cidadania como uma qualificação da própria condição humana no gozo dos direitos civis, políticos e sociais, sendo a expressão concreta do exercício dos direitos e deveres para a construção de uma sociedade democrática. Assim sendo, pensam a cidadania como sinônimo de luta por direitos, na medida em que a mesma converge para o fortalecimento da democracia e pelo exercício de sujeitos excluídos na luta cotidiana pela conquista de seus direitos.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em Brasília, em Setembro de 2004, e publicada na Resolução Nº. 145, de 15 de outubro de 2004 é uma construção coletiva e dela participaram: Setores da Assistência Social de todos os Estados da Federação (Secretarias, OGS, ONGs, Conselhos Estaduais e Municipais) com a

iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS). Política Nacional de Assistência Social é a expressão da materialidade do conteúdo da assistência social como pilar do sistema de proteção social brasileiro, que vem ordenar a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como experiência na saúde o Sistema Único de Saúde (SUS).

A PNAS tem o objetivo de assegurar os preceitos preconizados na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº. 8.742/93; assim, ela vem organizar os projetos, programas, serviços e benefícios de assistência social, os quais são necessários para a inclusão dos excluídos; expressa o conteúdo da Assistência social no Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. Suas ações são pressupostas pela: Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica Da Assistência Social (LOAS).

No enfrentamento à garantia dos mínimos sociais e provimento de condições a PNAS atende às contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, tem como objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitar; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos; ampliar o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004. p. 27).

A PNAS renova e afirma o compromisso da efetivação da política pública de assistência social: dever do Estado e direito de cidadania política de alcance socialmente transformador e inclusivo, desafio do processo de inclusão social. A consolidação dessa política descentralizada e participativa depende em grande parte da organização e participação da sociedade civil e, por outro lado, exige empenho das forças democratizantes do país.

A grande dificuldade a ser enfrentada ainda é o financiamento da política da assistência social, para que essa possa dar conta da problemática da exclusão ora posta. A busca por alternativas na situação de um Estado Mínimo provoca, muitas vezes, a descontinuidade dos programas ou uma grande baixa no que se refere a participação. Essa realidade dificulta a possibilidade da efetivação de políticas

sociais na perspectiva de percepção do indivíduo como um ser inteiro que requer atenção nos mais diversos aspectos como saúde, educação, segurança, habitação, trabalho, assistência social, enfim, uma gama de investimentos públicos que, produzidos de forma isolada, não conseguem impactar de modo positivo para a transformação da realidade.

Segundo Demo (2006) as políticas sociais básicas são programas de baixo valor financeiro que pouco contribuem para a inclusão social da população pobre, pois a esfera pública está, cada vez, mais privatizada. Sposati (1988), por sua vez, se vale do conceito de 'naturalidade da pobreza' das sociedades preindustriais e do período mercantilista, mostrando que esta foi desmistificada nos últimos anos quando o desenvolvimento econômico não evitou o aumento da pobreza. Mesmo assim, nos países subdesenvolvidos, a pobreza é vista como decorrente do processo de urbanização e industrialização como custo social inerente ao desenvolvimento.

A política de assistência social está preconizada, apenas, em dois capítulos da Constituição Brasileira: 203 e 204, contudo, é uma lei de grande envergadura, pois a mesma garante os direitos para conquista da cidadania, como diz Sposati (2007, p. 490).

O exame da política de assistência social, como de outras políticas sociais, significa tratar de uma mediação estatal na relação de classes em uma sociedade de mercado que tem por objetivo construir novos parâmetros e alcances na luta pela efetivação de direitos sociais e ampliação do alcance do dever de Estado com o social. Tem-se à frente a possibilidade de fazer avançar, em alguns aspectos, um processo constituinte ainda inconcluso, mesmo que sua completude seja, muitas vezes, mais desejo do que possibilidade. Trata-se do campo da dívida social brasileira, face às exclusões sociais, onde os serviços de assistência social são importantes, quer para suprir demandas de proteção e reprodução social, quer para a desconstrução/reconstrução da sociabilidade cotidiana de várias camadas da população sob uma nova relação de igualdade/equidade de direitos perante a sociedade e o Estado brasileiro e perante a ética sócio-política fundada na dignidade humana.

A política social obedece à lógica da departamentalização estanque, que recorta o social em partes sem comunicação e, articulação; é insuficiente e desarticulada, segundo Silva (2002), tornando assim os problemas sociais ainda mais complexos em relação às causas estruturais que os produzem, segmentando o atendimento das necessidades sociais. Em consequência, traz sérias dificuldades

para que os sujeitos que dela necessitam possam receber atendimento que tenha impacto na qualidade de suas vidas e no alargamento dos direitos de cidadania. Dessa forma, existe a necessidade da construção de uma rede social de atendimento.

A proteção social básica destina-se a prevenir situações de risco e fortalecer os vínculos familiares e comunitários de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação [...] e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (PNAS, 2004, p.27).

Dentre os serviços e benefícios de proteção social básica, destacam-se o Programa de Atenção Integral à Família, que realiza a coordenação da rede de serviços socioassistenciais em nível local, o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e o Benefício de Prestação Continuada, observando-se que a matricialidade familiar constitui-se, assim, um ponto central. Nessa perspectiva são pensadas as ações de proteção social básica e especial, estando o projeto ABC amparado nas ações de proteção social básica.

A Proteção Social Especial destina-se a famílias em situação de risco pessoal e social, isto é, famílias que tiveram seus direitos violados [...], divide-se ainda entre serviços de média complexidade e alta complexidade, sendo que os primeiros são aqueles destinados a famílias e indivíduos que ainda preservam os vínculos familiares e comunitários, ao contrário dos últimos (PAES; SOUSA, 2005, p.3).

Para restabelecer os direitos das famílias em situação de risco pessoal e social, cujos filhos vivenciam situação de exploração no trabalho infantil, exploração e/ou abuso sexual, a Política de Assistência Social sugere a intersetorialidade e a articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público e outras instâncias do Poder Executivo na busca concreta de construção de uma rede social.

Por ocasião do levantamento dos dados preliminares, ainda em fase exploratória da pesquisa, tomou-se conhecimento da existência de dois documentos de acompanhamento e avaliação do programa: o primeiro, inspeção nas Unidades do Projeto Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação: 18 ABCs e 02 Circos Escola, realizado em Março de 2005, de responsabilidade da Secretaria da Ação Social-CE/Controladoria Interna. O segundo documento refere-se a um Estudo de Avaliação do Programa ABC: Relatório Final (FORTALEZA, 2002), também de responsabilidade da Secretaria da Ação Social-CE.

Quando a pesquisadora tomou conhecimento dos documentos aqui citados, já estava com o projeto da dissertação pronto, porém ficou com vontade de fazer um estudo comparativo da qualidade de serviço prestado aos beneficiários do programa com os dados que foram colhidos em 2009, mas este será o tema de outro trabalho dissertativo, pelos limites colocados pela própria proposta da dissertação. Contudo, ao realizar a entrevista, verificou-se que não houve publicização dos documentos, tanto para a equipe técnica, como para entidade executora pelo menos para a equipe entrevistada.

Um ponto a destacar é que a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS é uma secretaria de Estado, e tem sua nomenclatura e missão modificadas a cada governo conforme histórico constante da *home page* da mesma.

1.4.1 Histórico da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) é a instituição do Estado do Ceará que desenvolve a política de assistência social no âmbito estadual. Portanto, foi a partir desta que os convênios e contratos são celebrados como é o caso do projeto Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação. Ante o exposto sentiu-se necessidade de apresentar o histórico da instituição em pauta.

A Secretaria da Ação Social (SAS) foi criada no ano de 1987, por meio da Lei Nº. 11.306, de 01 abril de 1987, com o objetivo de coordenar todas as ações da área social, tendo como vinculadas a Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará (FUNSESCE), a Fundação de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (PROAFA) e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará (FEBEMCE). Em outubro do mesmo ano, a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil passou a integrar a estrutura organizacional da SAS.

No ano de 1991, a Secretaria da Ação Social passou a denominar-se Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), pela Lei Nº. 11.809, de 22 de maio de 1991, adicionando a missão de gerar oportunidades de emprego e renda para todos, bem como vinculadas a Fundação da Ação Social (FAS) (resultado da incorporação da PROAFA pela FUNSESCE, com a mudança da sua denominação para Fundação da Ação Social (FAS), em 1990, e a Fundação Estadual do Bem-

Estar do Menor do Ceará (FEBEMCE).

No ano de 1994, a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), através da Lei 12.961 de 03 de novembro de 1999, do Decreto Nº 25.706, de 15 de dezembro de 1999, foi reestruturada absorvendo toda a estrutura organizacional e o quadro de servidores da Fundação da Ação Social (FAS), extinta mediante o Decreto Nº 25.696, de 29 de novembro de 1999 e da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEMCE), também extinta pelo Decreto Nº 26.697, da mesma data. A partir de então, torna-se órgão de execução e coordenação, da Política do Trabalho e Assistência Social, no âmbito do Estado do Ceará.

Contudo, no ano de 2003 a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), pela Lei Nº 13.297, de março de 2003, passou a ser denominada Secretaria da Ação Social (SAS), com as competências de planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar as Políticas de Assistência Social e da Criança e do Adolescente.

Ao final de 2007 a Secretaria de Ação Social através da Lei Nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, e do Decreto Nº. 28.658, de 28 de fevereiro de 2007, dentro do modelo de gestão do Governo que assumiu, foi reestruturada absorvendo toda a estrutura organizacional de Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, passando a ser denominada Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), tendo por finalidade contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do Estado e promoção da cidadania.

Observa-se que essas transformações trazem descontinuidade da política de assistência social no estado do Ceará no que se refere a programas, projetos e ações, prejudicando o atendimento a população vulnerabilizada.

CAPÍTULO 2 GESTÃO COMPARTILHADA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

O Modelo de cogestão tem como base o mecanismo de co-participação, a ser exercido de maneira complementar, na busca de uma maior efetividade na ação de parceria com o governo e sociedade civil.

Neste capítulo, abordam-se os conceitos: Responsabilidade Social, fazendo uma reflexão sobre participação e cidadania; Terceiro Setor; Cogestão e a Legislação Normatizadora da Transferência de Recursos para o Terceiro Setor no Ceará, dialogando com os autores Bandeira e Silva Neta, Carvalho, Coelho, Freire, Gomes, Magalhães, Maranhão, Mclang e Nel, Oliveira.

2.1 Responsabilidade Social

Conceber uma cultura de cidadania passa por um aprendizado de direitos e responsabilidades, implica uma perspectiva renovada da democracia, da política, pela ampliação dos espaços de participação na gestão pública, pelo compartilhamento de responsabilidades do Estado com a sociedade, propiciando maior legitimidade, governabilidade e sustentabilidade das ações empreendidas.

Freire (2007) argumenta que a cidadania deve ser o principal foco da política:

A política não será entendida tão somente como jogo de forças sociais e interesses, mas também como busca negociada de interesses particulares visando o bem comum, como produto de um consenso possível. O foco principal da política está no exercício da cidadania, podendo ocorrer de forma mais ou menos consciente, o que permite qualificar a ação política como mais ou menos ética. Ao fim, estabelece a política como chamamento para a atividade consciente e ativa, objetivando fazer cidadãos participativos (FREIRE, 2007, p 05).

Mclang e Nel (2000) referem-se aos dias atuais como a nova era da participação com o desafio de emocionar e envolver pessoas, elevando a questão da participação ao nível da opção social e filosófica. Para esses autores:

[...] a era da participação demanda uma mudança no que pensamos ser. Os seres humanos não são completamente racionais: não somos unidades cujo comportamento pode ser previsto por teorias econômicas. Não somos fenômenos de causa e efeitos. A crença de que podemos construir uma mudança na organização do esforço humano, torna-se, em si mesma, uma interferência na condição da participação (McLAGAN e NEL, 2000, p.36).

Já Maximiano (2000) também expressa esse entendimento e sugere que o que muda, essencialmente, na gestão participativa são o envolvimento do grupo nas decisões e o aumento de sua autonomia. Maranhão (2007) analisa a responsabilidade social sob o seguinte aspecto:

Não basta aos cidadãos terem responsabilidade civil. Não basta às empresas terem responsabilidade social. Não basta aos governos terem responsabilidade fiscal. Para o país voltar a crescer, é preciso o compromisso de todos para com a responsabilidade política, expressão de uma verdadeira cultura de cidadania (MARANHÃO, 2007, p. 01).

Em relação à participação popular no domínio das políticas públicas brasileiras, há, desde a década de 1980, no contexto das lutas pela abertura democrática, um clima nacional favorável a participação e, na mesma proporção, contrária ao autoritarismo.

O Governo do Estado do Ceará elaborou o Plano Plurianual do Estado (2008-2011) que traz em seu bojo uma determinante democrática, quando prevê a participação e a inclusão sem descuidar do meio ambiente e da sustentabilidade e a redução extrema das vulnerabilidades

2.1.1 Participação

Em vista do uso e do apelo generalizado à ideia de participação, nos últimos anos, no sentido da participação política, como processo, nos espaços decisórios das políticas públicas, este apelo generalizado à participação parece esconder diferenças cruciais acerca dos sentidos da democracia. À luz do referencial teórico ancorado em autores como Bandeira e Silva Neta (2008) e Magalhães (2002), que vêm se debruçando sobre o tema, apresentam-se aqui alguns problemas, limites e desafios no que se refere à participação. Entre tantos autores que abordam o tema participação, preferiu-se Bandeira e Silva Neta (2008, p.16) que abordam o tema participação como sendo uma ferramenta para uma boa governança:

[...] o desenvolvimento participativo, com seu foco central na melhoria da qualidade da participação pelas sociedades locais, facilitando o atingimento do desenvolvimento sustentável e auto-suficiente e da justiça social, é uma forma importante de desenvolvimento orientado para as pessoas. A boa governança¹² proporciona a base para o desenvolvimento participativo, na

¹² A palavra governança tem origem no grego, no termo KUBERNA, que significa dirigir, conduzir. Governança pode ser definida como um conjunto de processos, políticas, leis e regras que regulam

medida em que propicia ao governo as funções necessárias para promover a participação e criar um ambiente favorável para os processos participativos (BANDEIRA e SILVA NETA, 2008, p. 16).

A conquista por espaços de participação tem crescido, principalmente, a partir da expansão dos movimentos sociais na década de 1980, contudo, ainda existe um longo caminho a ser percorrido, uma vez que a participação possibilita uma maior democratização nas tomadas de decisão e, assim, uma melhor governança no desenvolvimento dos programas, projetos e ações das políticas públicas. Como destaca Bandeira e Silva Neta (2008, p. 22):

Os mecanismos participativos mais adequados para esse objetivo parecem ser aqueles que possibilitam uma interação permanente entre os diferentes segmentos da sociedade civil e entre eles e as várias instâncias da administração pública, facilitando os processos de capacitação e de aprendizado coletivo e constituindo-se em instrumentos potentes para a formação de consensos e para a articulação de atores sociais.

A interação entre os diferentes entes da administração pública e da sociedade civil, no que tange à administração pública, é vista por Bandeira e Silva Neta (*op. cit.*) como uma aprendizagem permanente: trabalhar em grupo, sentar numa mesa de negociação, realizar articulações, contribuir para a formação de consenso, mobilização e participação.

Magalhães (2002, p. 01) faz uma reflexão sobre a consolidação da convivência democrática:

A organização de interesses e a ação coletiva elementos centrais para a consolidação da convivência democrática e para a garantia de soluções perenes para os problemas sociais, não são, muitas vezes, potencialmente capazes de instituir novas arenas de negociação.

Como aponta Pandolfi (1999, p.45), “a despeito da implantação de um Estado de direito, os direitos humanos ainda são violados e as políticas públicas voltadas para o controle social permanecem precárias. ”

Assim, pode-se concluir que refletir sobre a importância das políticas públicas remete a um aprendizado sobre os direitos e os deveres de cada cidadão, para que possam ser implantadas ações capazes de solucionar os problemas referentes a

assistência social, não como paliativos, mas, que possa perceber as causas e atuar sobre as mesmas.

2.1.2 Cidadania

O desafio da pesquisa ora apresentada é, portanto, o de analisar os impactos de prática participativa de cogestão observando se estes apontam para uma qualidade de cidadania, se instituem o cidadão como criador de direitos para abrir novos espaços de participação sócio-política, bem como, perceber os aspectos que se configuram como barreiras que precisam ser superadas.

Para Carvalho (2007), na retórica política do conceito, 'cidadania' já substituiu o próprio termo povo como segue a citação:

A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais 'o povo quer isso ou aquilo', diz-se 'a cidadania quer'. Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã (CARVALHO, 2007, p. 07).

Por toda história de obediência do povo brasileiro, a conquista dos direitos e deveres faz parte da luta cotidiana. Porém, a Constituição de 1988 já é chamada constituição cidadã, pois em seu bojo está elencado 'o dever ser' dos direitos e deveres dos cidadãos.

Carvalho (2007, p.19) aponta, ainda, que "o fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão", uma vez que, a escravidão era a negação de todos os direitos e a falta do reconhecimento de que todos são iguais diante a lei.

[...] Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. De liberdade, ele foi. A manifestação do pensamento é livre, a ação política e sindical é livre. De participação também. O direito do voto nunca foi tão difundido. Mas as coisas não caminharam tão bem em outras áreas. Pelo contrário. Já 15 anos passados desde o fim da ditadura, problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento. Em consequência, os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos (CARVALHO 2007, p. 07).

Vê-se que o caminho é longo para a construção de uma nação democrática,

pois, segundo Carvalho (2007), a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política. Assim sendo, existe uma crise dos valores morais e éticos, para que seja garantida uma melhor qualidade de vida, pois uma sociedade com baixo nível de escolaridade, certamente terá um menor poder de reivindicação e mobilização na conquista dos direitos como cidadãos.

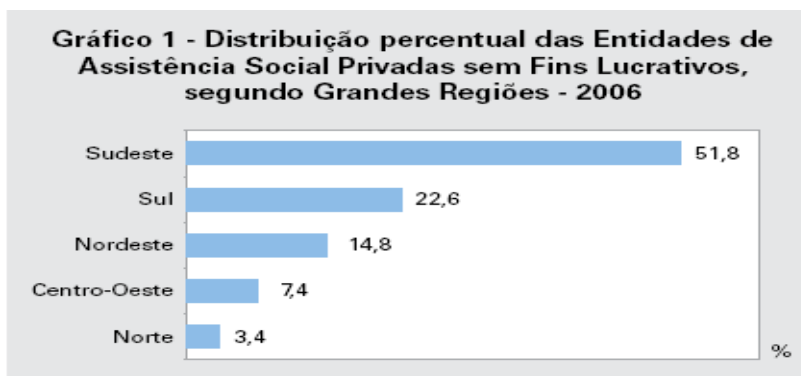
2.2 Terceiro Setor

O terceiro setor vem inaugurar de uma forma legal e legítima a possibilidade de luta por direitos e participação a partir da sociedade civil organizada. Assim sendo, para fins deste trabalho, optou-se por Coelho (2000, p.17), em sua definição que:

O terceiro setor engloba um conjunto de organizações sociais sem fins lucrativos (associações, fundações, institutos, etc.), presentes desde longa data em nossa sociedade, com uma atuação voltada ao atendimento das necessidades de segmento da população, e unidas por uma mesma legislação reguladora. A literatura internacional, no entanto, denomina esse agrupamento de diferentes maneiras: organizações voluntárias, organizações sem fins lucrativos, organizações não-governamentais (ONGs), terceiro setor.

O processo de construção do que se denomina hoje de terceiro setor emerge da própria dialética social das mudanças do final do século passado. As causas de sua evolução, certamente, fazem parte das recentes transformações sociais ocorridas nos campos político, econômico, histórico e cultural.

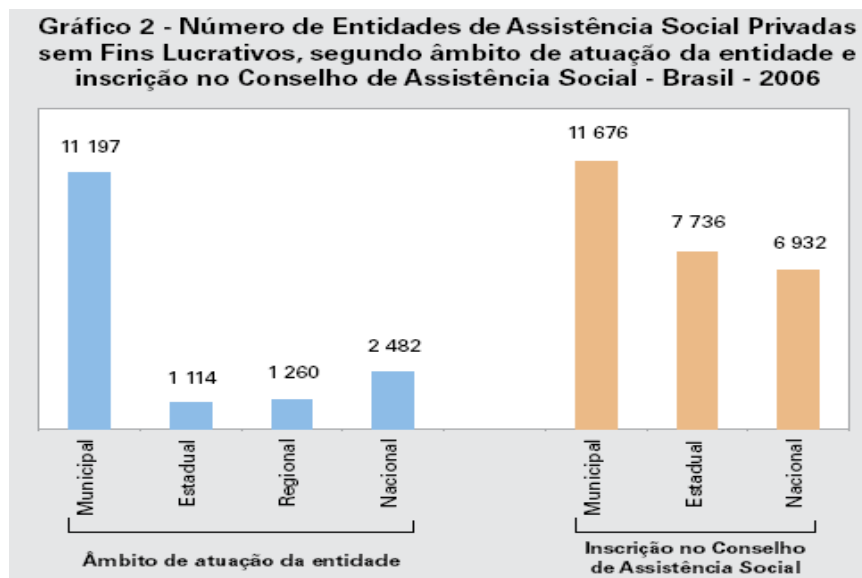
O gráfico 1, elaborado pelo IBGE (2006), mostra o percentual de entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos nas grandes regiões brasileira.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

Como se pode ver, a Região Centro-Oeste tem uma população de cerca de 12 milhões de habitantes e 7,4% das entidades ali se localizam; na Região Nordeste tem uma população superior a 50 milhões de habitantes para apenas 14,8% das entidades do país.; na Região Norte uma população de 14 milhões de habitantes, tendo 3,4% das entidades localizadas nesta região; Já na Região Sudeste sua população é de cerca de 77 milhões de habitantes e estão presentes 51,8 das entidades, enquanto que na Região Sul, sua população é de mais de 26 milhões de habitantes, entretanto, a região sudeste é onde estão 51,8% de entidades de assistência social. Porém, a mesma não é a região com a população mais carente e, portanto, que necessita de maior amparo assistencial.

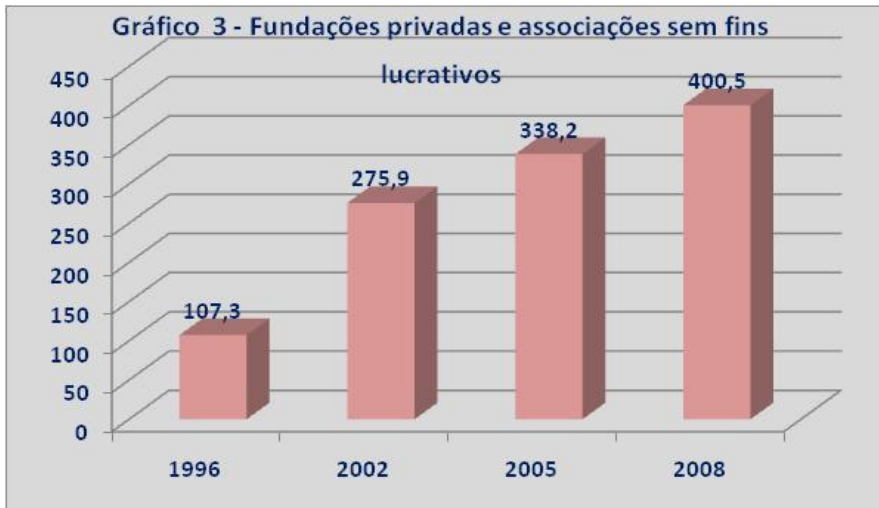
No Brasil, o terceiro setor tem ganhado relevância ao longo do tempo e o impacto de suas ações tem contribuído para melhorias sociais, mesmo sendo um ente novo, composto por um conjunto de atores diversificado: famílias, amigos, igrejas, empresas, entidades em geral, que desenvolvem ações filantrópicas e/ou solidárias que chegam, muitas vezes, a resultados bastante positivos em relação aos entes estaduais, federais e municipais na implementação de políticas públicas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos 2006.

O gráfico 2, do IBGE (2006), mostra que as entidades estão sendo inscritas no Conselho de Assistência Social, tendo uma maior concentração nos municípios e que também o foco de atuação, ainda se concentra no município. O ritmo acelerado do crescimento do número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos,

aumentou três vezes no país, considerando o período de 1996 a 2005. No ano de 2008 deve passar de 400 mil, de acordo com as projeções. Cerca de 85% do total, são associações sem fins lucrativos e 15% fundações privadas. Com base na taxa de crescimento de 2002 a 2005 (IBGE, 2006).



Fonte: IBGE, 2006.

A partir do crescimento do terceiro setor e do seu envolvimento com a execução de políticas sociais, necessário se faz conhecê-lo para, assim sendo, construir instrumentos capazes de acompanhamento no que se refere ao planejamento, à execução, ao controle e à avaliação.

Para Dias (2008), foram realizadas pesquisas quanto à sustentabilidade das ONGs no Ceará, pois as organizações articulam-se de forma incipiente, e não garantem a sustentabilidade, recomendada nas literaturas a nível nacional e internacional. Ante o exposto crê-se que existe uma lacuna quanto à cultura da sistematização das atividades e as tendências de uma gestão eficaz.

Gomes (1999) apresenta as finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), quando nos esclarece que:

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs são a expressão mais atualizada do crescimento e fortalecimento do chamado terceiro setor no Brasil, regulamentadas pela Lei nº 9.790 de 23/03/99, como entidades privadas, sem fins lucrativos, que ocupam o espaço público não – estatal, em conformidade com os princípios de universalização dos serviços, cujas finalidades estejam voltadas para a promoção de assistência social, cultura, educação, saúde gratuita, segurança alimentar e nutricional, defesa dos direitos e do meio ambiente, promoção da ética, da paz, da cidadania e da democracia, do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, produção de estudos e pesquisas (GOMES, 1999. p.104).

Coelho (2000) registra as críticas que o sociólogo Francisco de Oliveira, faz ao sistema brasileiro de *welfare state*. O mesmo afirma, por exemplo, que o que temos é “um Estado de mal-estar social”. Daí registra-se a necessidade do fortalecimento do terceiro setor para ancorar uma política forte de transferência de recursos para a descentralização de programas e projetos para o terceiro setor. Como afirma a autora:

[...] já é hora de retornar às virtudes do autogoverno. Os indivíduos devem adquirir o poder e a responsabilidade de gerenciar sua própria vida, sua família e suas instituições comunitárias sem sentir a mão pesada do governo. Assim propõem a “devolução” do poder (COELHO, 2000, p. 50).

A responsabilidade social do terceiro setor passa por várias formas de associação e organização social. Haguette (2008) faz uma reflexão sobre o mesmo: ressalta que será um veículo para lutar pelos interesses, sobreviver e viver melhor, buscando compreender a cidadania, para que a elaboração de políticas públicas sejam capazes de incluir socialmente aqueles que se encontram à margem dos atendimentos e da participação social.

Após o exposto, considera-se aqui que uma cultura de cidadania implica uma perspectiva renovada da democracia, da política, através da ampliação dos espaços de participação na gestão pública, pelo compartilhamento de responsabilidades do Estado com a sociedade, propiciando maior legitimidade, governabilidade e sustentabilidade das ações empreendidas.

2.3 Cogestão

A política da ação social no Ceará passa a ter como elementos constitutivos; a parceria e a participação, a partir do ano de 1987 acompanhando tendências mundiais.

Sobre a relação sociedade civil e Estado, Dagnino (2000) considera que esta não deve ser entendida a partir de uma visão dicotômica, sendo necessário analisar os conflitos existentes na teia de relações. Nesse sentido, focalizando o objeto de estudo dessa dissertação indagamos: como é constituído o espaço de participação nas políticas de assistência da STDS? Participação e parceria são pensadas na dimensão da cidadania?

A realidade da vida política se desenvolve “através de conflitos jamais resolvidos em definitivo” no Estado contemporâneo. Essa resolução acontece mediante acordos momentâneos, tréguas e tratados de paz (BOBBIO, 1986, p.132). Enfim, a parceria entre Estado e Sociedade Civil é relevante para a obtenção de melhores resultados nos programas de combate à pobreza?

Segundo Oliveira (2005) o estado do Ceará está entre os mais pobres do Brasil. Em 2000 possuía a 23^o renda per capita dos Estados Brasileiros que era de R\$ 156,20, ou seja, um pouco mais da metade da média do Brasil então em R\$ 297,23. De acordo com e Silva Neta (2008) o desenvolvimento do Ceará na ‘Era Tasso’ priorizou:

Com os ajustes da máquina sendo feitos, cabe destacar os projetos de infra-estrutura e industrialização executados durante os governos de Tasso no Ceará: construção do porto do Pecém; ampliação e modernização do Aeroporto Pinto Martins; açude Castanhão e Canal do Trabalhador; perímetros irrigados, como Tabuleiro de Russas; projeto São José; incentivos à agroindústria, em especial de frutas frescas e flores; fortalecimento dos setores Têxtil e Calçadista, tanto na RMF como em certas regiões interioranas, com a atração, via incentivos fiscais, de grandes indústrias nacionais, dentre outros (BANDEIRA e SILVA NETA, 2008, p. 02).

Por ocasião do Governo de Tasso Jereissati, segundo Bandeira e Silva Neta (2008), houve um maior desenvolvimento econômico: a reforma do Aeroporto Pinto Martins, que foi um grande investimento, a construção do Castanhão, grandes obras de infraestrutura, a construção dos Projetos ABCs (Equipamentos que atendem crianças e adolescentes de 07 a 17 anos), o Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola, porém, houve pouco investimento no social, estando, atualmente, as unidades socioeducativas e presídios superlotados, com falta de políticas públicas de inclusão social.

Os documentos que balizam a transferência de recursos do Estado para o terceiro setor: Decreto N^o 27.953 de 13 de outubro de 2005, do Governo do Estado do Ceará, Lei n.º 13.553, de dezembro de 2004, Artigo 27 da Lei complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Edital lançado em 08/12/2005.

A política de Cogestão ora pesquisada focaliza sua ação no Programa: Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação junto ao ABC Pirambu, que atende crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos com o objetivo de proporcionar uma

educação integral, assim sendo a ONG parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) para atendimentos mais ampliados que possam contemplar as necessidades dos participantes e suas famílias.

A Cogestão está intimamente associada à reforma do Estado, ao estabelecimento de novas formas de relação Estado e Sociedade Civil, uma vez que privilegia a autonomia das organizações locais, proporcionam o crescimento do controle das coletividades locais e a possibilidade de influir nas várias instâncias de poder. Quanto a esse aspecto, entretanto, questiona-se: a transferência de recursos financeiros está ligada à participação como forma de consolidação democrática ou apenas de instauração do Estado Mínimo?

Esse modelo de gestão envolve um processo de transição como condição para maior autonomia das Organizações sem fins lucrativos. Não significa uma mera transferência de ações e serviços, por meio de repasse de recursos. Tenciona ser muito mais uma consolidação democrática envolvendo cidadãos organizados e conscientes, ao lado das entidades e instituições que assumem, na qualidade de co-participantes, os serviços em nível local.

Investigar se o processo de cogestão STDS/ONGs está observando as prerrogativas (Pertinência; Coerência Política/Técnica/Financeiro; Legitimidade Social) de uma Política Pública, foi um dos maiores desafios da pesquisa de campo, existe a pertinência uma vez que a população necessita do serviço, a coerência no que se refere ao item política está presente quando a cogestão atende a demanda dentro da necessidade da população alvo, técnica dentro do próprio ABC a equipe é capacitada, porém, é necessária a contratação de técnicos, para desenvolver um trabalho junto as famílias e atendimento individualizado aos alunos. Vale ressaltar, como se verá mais adiante, que falta um assessoramento sistemático dos técnicos da STDS ao Projeto ABC. O processo de cogestão é legítimo quando se efetiva a partir de uma seleção pública e está oficialmente com sua documentação legalizada.

Entretanto, faz-se mister analisar esse processo, conhecer suas possibilidades e os seus limites, ensejando o fortalecimento do poder local, que representa real contribuição para o fortalecimento da democracia e da cidadania no país. Para efetivar-se, o controle social pressupõe, além do envolvimento e

participação popular, o compromisso do Estado com a criação e fortalecimento de mecanismos operacionais e instâncias representativas da territorialidade nacional, capazes de responder aos anseios da sociedade quanto ao acompanhamento e desenvolvimento das ações.¹³

A concepção do controle social formulada pela Constituição Federal de 1988 (art. 5º, inciso III), é compreendida como instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativo e financeira e técnico-operativa com caráter democrático e descentralizado.

O mecanismo de controle exige transparência, pois assim sendo evita possíveis desvios e irregularidades e disponibiliza informações essenciais para o alcance dos objetivos e metas desejadas. Enfim, a palavra controle assume o sentido de função administrativa. É o controle como parte do processo gerencial de planejamento, monitoramento e avaliação processual.

Avaliar a política de cogestão produz um sentimento de que existe um longo caminho a percorrer na questão da conquista dos direitos a participação e cidadania, pois ambos caminham juntos.

2.4 Legislação normalizadora da transferência de recursos para o terceiro setor no Ceará

A transferência de recursos financeiros da Política da Assistência Social do Estado do Ceará para o setor privado sem fins lucrativos se dá através da seleção pública para a execução do programa social, e é realizada em duas etapas: habilitação jurídica e habilitação técnica baseadas nos documentos mencionados: Decreto Nº 27.953 de 13 de outubro de 2005, do Governo do Estado do Ceará, Lei n.º 13.553, de dezembro de 2004, Artigo 27 da Lei complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, edital lançado em 06/06/2009, reza sobre o processo de seleção pública da prestação de serviços essenciais de assistência social com recursos

¹³ O Controle Social é a participação da sociedade civil nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas públicos. Trata-se de uma ação conjunta entre Estado e sociedade em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades com vistas a aumentar o nível da eficácia e efetividade das políticas e programas públicos. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins/2001/cont/cont0.htm>>. Acesso em: 10 abr.2009.

financeiros transferidos a título de Contribuição Corrente, Subvenção Social e Auxílios. Os documentos permitirão mapear a realidade das mudanças sociais no que se refere à execução de projetos e programas da Política de Assistência Social.

O aparato legal do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), está contemplado na Emenda Constitucional nº 31 de 14 de dezembro de 2001, que é introduzido através do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Art.82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à pobreza com recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos serem geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil.

1º Para o financiamento dos fundos Estaduais e Distritais, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços – ICMS ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre os produtos e serviços supérfluos, não se aplicando, sobre este adicional, o disposto no art. 158, inciso IV, da Constituição. Emenda Constitucional Nº 31.

O Poder Executivo do Estado do Ceará instituiu o Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP) de acordo com a Emenda Constitucional Nº 31 através da Lei Complementar de Nº 37 de 26 de novembro de 2003. Art. 1º. É criado para vigorar de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2010, no âmbito de Combate a Pobreza Poder Executivo Estadual. O FECOP, com objetivo de viabilizar para toda população do Ceará acesso a níveis dignos de subsistências, cujos recursos serão aplicados exclusivamente em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros.

Os documentos legais acima mencionados rezam sobre o processo de seleção pública da prestação de serviços essenciais de assistência social com recursos financeiros transferidos a título de Contribuição Corrente, Subvenção Social e Auxílios. Documentos estes como Constituição Federativa do Brasil, PNAS, LOAS, SUAS que preconizam a descentralização dos serviços.

CAPÍTULO 3: DESENHO DA PESQUISA E SEUS RESULTADOS

Como escreve Villaça (1997), o espaço urbano é um produto muito peculiar do trabalho humano. Ele é um produto intencional resultante da produção de milhares de valores, por milhares de trabalhadores e milhares de proprietários de meios de produção: edifícios, ruas, redes, praças. O espaço urbano, entretanto, tem um valor próprio que não se confunde, nem com o valor desses produtos nem com sua soma. É o valor da localização, para parte dos humanos, para outra o espaço urbano tem o valor de sua história, de sua gente. A pesquisa foi realizada no Bairro Pirambu, onde está localizado o Projeto ABC por todo o envolvimento da pesquisadora com o bairro do Pirambu, chegou para morar no bairro aos nove anos de idade e começou sua trajetória comunitária com tão tenra idade, reconhece que o Pirambu é um celeiro de pessoas acordadas para a luta coletiva, com muitas conquistas e desafios e serem enfrentados.

O bairro Pirambu está localizado na periferia de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Local onde antes só existiam casas de veraneio até a década de 1930 e 1940, vale notar que no ano de 1962 a terra foi conquistada para construção de habitações. O trabalho de distribuição de lotes foi organizado pelas comissões de Conciliação das duas paróquias: Cristo Redentor e Bairro Nossa Senhora das Graças. Ante o exposto o bairro se torna uma referência de lutas e conquistas.

3.1 O Bairro Pirambu: Localização e história

A área delimitada para a pesquisa é o bairro Pirambu dada a efervescência do movimento popular naquele bairro a partir dos anos 1960, como relata Cavalcante (2000, p.11):

O Pirambu é uma comunidade urbana, localizada na zona oeste da cidade de Fortaleza-Ceará-Brasil [...] numa antiga área de marinha [...]desapropriada para plano habitacional em favor de seus moradores[...]possui enorme densidade demográfica[...]o chamado 'Grande Pirambu' composto pelos bairros Nossa Senhora das Graças, Cristo Redentor, Colônia, Tyrol e Quatro Varas, entre outros.

O bairro Pirambu foi habitado a partir do êxodo rural. O local onde antes havia apenas casas de veraneio, com a chegada dos pobres do interior, foi se tornando

uma favela de casas de taipas e papelão e formando becos e vielas. Os ricos proprietários das casas de veraneio, sentindo-se incomodados atearam fogo nos barracos, assim explica Cavalcante (2000). Padre Helio Campos, então vigário do Pirambu, organizou a Marcha de 01 de janeiro de 1962 com, aproximadamente, 20.000 moradores em busca das autoridades para solução dos problemas. A manifestação pública culminou com o decreto 1058 de 25 de maio de 1962 que declara de utilidade pública para desapropriação das terras da marinha para o fim de construção de habitação popular, tendo um desfecho exitoso. A partir de então, foram surgindo algumas lideranças e o movimento popular foi tomando maior proporção e se tornando atuante, no que se refere à reivindicação dos direitos; formando grupos organizados e transformando-se em associações, centros comunitários e federações¹⁴ (JORNAL O POVO, 1999, p 03).

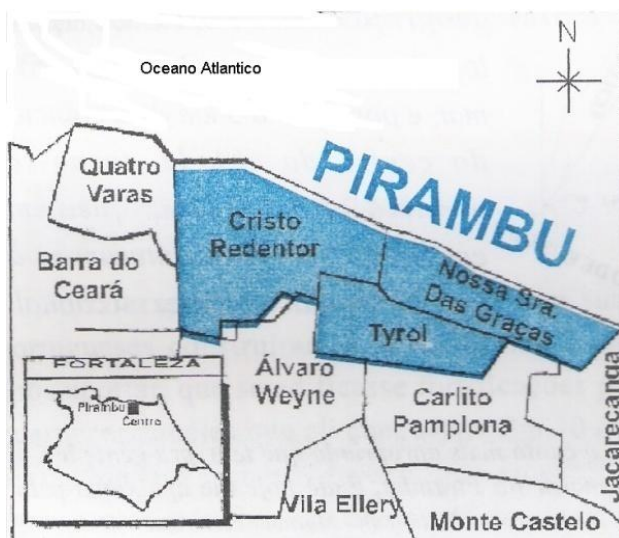


Figura 1 - Bairro Pirambu – Fortaleza

Fonte: (CPDOC, 1999)

O bairro Pirambu é um bairro composto por duas paróquias: Cristo Redentor e Bairro Nossa Senhora das Graças, sendo que o Cristo Redentor, por volta dos anos 1960, foi dividido em zonas (Colônia, João XXIII, Casas Novas, Arpoadores, Vila Santo Antônio, Japão e Jardim Petrópolis). Mais tarde tornou-se um bairro, porém as lideranças comunitárias reconhecem como o grande Pirambu: Cristo Redentor, Bairro Nossa Senhora das Graças, parte do Tyrol, e parte da Barra do Ceará.

¹⁴ Pesquisa realizada no Jornal OPOVO. **O povo nos Bairros**. Pirambu. 1999, p 03.

Conhecer as possibilidades e os limites do lócus onde habita o cidadão é uma necessidade para que as políticas públicas possam ser elaboradas com o objetivo de proporcionar o fortalecimento do poder local, pois a garantia dessas políticas é fato, uma vez que está no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 os direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a segurança, a previdência social, à proteção, a maternidade, à infância, a assistência social, que representa real contribuição para a retomada da democracia e da cidadania no País.

O Hino do Pirambu foi composto para ser entoado pela comunidade durante a marcha de 1962 pelo irmão (Gerardo Campos) do vigário e mentor da marcha Padre Hélio Campos.

Hino do Pirambu

Vem ver oh! Fortaleza
O Pirambu passar
Somos pessoas humanas
Temos direitos que ninguém pode tirar.

Somos cristãos que não temem
O Cristo é o nosso ideal
Por Ele todos faremos
A reforma social.

Pirambu marchar
Pirambu marchar
Por um mundo melhor
Vamos lutar.
Letra de Gerardo Campos

O Hino do Pirambu é uma celebração da luta e ainda nos dias atuais é entoado juntamente com a exibição das frases, cartazes e faixas abaixo mencionadas.

Segundo ressalta Monteiro (1999).

Não há reforma social, sem reforma pessoal; Nós cremos no amor; Somos parte de Fortaleza; O Estado é para o homem e não o homem para o Estado; Queremos transporte, luz e calçamento; Queremos escola para os nossos filhos; Cristo é o nosso ideal (MONTEIRO, 1999, p. 22).

A Marcha de 1962 foi um marco para o desenvolvimento e mobilização das pessoas que participaram. Assim sendo, houve uma organização do movimento popular para lutar pelos benefícios da comunidade, tendo como ponto primordial da luta a moradia e, o direito a terra para habitação.

Monteiro (1999) escreve sobre a importância da Marcha, pois a mesma mostrou que, através da organização o povo é capaz de vencer e conquistar seus objetivos. Esse movimento foi um marco na história do Bairro Pirambu e o projetou como pioneiro no cenário dos Movimentos Sociais Urbanos de Fortaleza.

O Entrevistado 1/CCCR, que foi vigário no período de 2001 a 2009, recorda, na entrevista concedida, à participação do Vigário Pe. Caetano em busca dos equipamentos socioeducacionais junto às autoridades constituídas, pelos meados dos anos 1960.

O Pirambu é uma das regiões que pelo menos eu conheço que tem mais escolas públicas. E esse é um dos motes do Padre Caetano, se for atrás da história de fundação dessas escolas nesses arquivos vamos perceber que foi ele que fez os ofícios pedindo a autoridade tal, então é uma riqueza que precisa ser reconhecida e valorizada, principalmente as escolas de ensino fundamental na raiz do projeto está o Padre Caetano fazendo o pedido, um dia eu estava no aniversário de uma dessas escolas Antônio Mendes quando a diretora foi fazer uma memória, e apareceu o nome dele, outra escola o Cristo Redentor também tem lá os ofícios ele mandando fazer junto a Secretaria de Educação um ofício justificando a necessidade de uma escola naquele bairro, prá mim foi uma coisa muito gratificante que eu não sabia desse processo, fiquei muito feliz, é uma maravilha. (Entrevista 1/CCCR - 2009)

O ABC Pirambu foi escolhido para o estudo de caso por estar inserido no bairro Pirambu, e o bairro, como se vê, tem um histórico de efervescência do movimento popular. A partir desse recorte empírico a pesquisa buscará as respostas para as interrogações feitas no desenvolvimento do presente texto.

3.2 Projeto ABC Pirambu

O Projeto ABC Pirambu está localizado na Regional I, no bairro Cristo Redentor – Fortaleza-Ce que é composta por todos os bairros abaixo discriminados: Alagadiço/São Gerardo; Álvaro Weyne; Barra do Ceará; Carlito Pamplona; Cristo Redentor; Farias Brito; Floresta; Jacarecanga; Jardim Guanabara; Jardim Iracema; Monte Castelo; Moura Brasil; Pirambu; Vila Ellery; Vila Velha.

O Programa Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação, que tem como objetivo promover a inclusão social e o desenvolvimento infanto-juvenil, na perspectiva do exercício concreto da cidadania, por meio de atividades pedagógicas, esportivas, artísticas e culturais, baseando-se no Programa da STDS de dezembro de 2008.

Quando entrevistada o Técnico nº1/STDS falou como foram implantados os Projeto ABCs: O mesmo observa que o projeto ABC iniciou a partir de uma experiência exitosa, sendo o modelo a gestão das creches comunitárias.

O modelo de gestão dos ABCs, começou a partir de uma experiência anterior que iniciou em 1988 com o Programa de Creche Comunitária. O Programa de Creche Comunitária ele foi concebido com a participação das comunidades e diante do resultado positivo na execução desse programa a gente implantou os Projetos ABCs em Fortaleza no ano de 1996, e também, tendo a parceria na questão da execução da gestão com entidades não governamentais (Entrevista Técnico nº1 - STDS, 2009).

O técnico nº 1/STDS que acompanhou por muitos anos os Projetos ABCs, fala de como começaram os ABCs, porém confundiu a data de implantação dos Projetos ABCs, por ocasião da entrevista, pois o primeiro ABC a ser lançado foi o ABC Mucuripe na data 16 de outubro de 1991, e o ABC Pirambu em novembro de 1993, e que inicialmente funcionavam com pessoas voluntárias:

O primeiro ABC a ser implantado aqui foi o ABC do Mucuripe, na gestão do governador Ciro Ferreira Gomes, em sistema de cogestão, na época era um projeto de cogestão comunitário que repassava apenas o recurso para a manutenção, não tinha pagamento de pessoal, não existia isso, eram apenas voluntários que estavam a frente com orientação da FEBENCE. Aí foi crescendo, crescendo, aí foi quando o governo do Tasso Jereissati, ele resolveu começar a gratificar, que não era justo, que a pessoa da comunidade passar oito horas lá dentro, dois expedientes sem ter nenhuma ajuda de custo ou coisa assim. Aí os outros começaram a ser implantados, inclusive no interior do estado está cheio de ABCs, eles não são tidos como ABCs, eles são pólos de atendimento (Técnico nº 2-STDS, 2009).

O Projeto ABC constitui-se de equipamentos estaduais gerenciados por associações de bairros. Existem 18 equipamentos na cidade de Fortaleza. O primeiro gerenciador do Projeto ABC Pirambu foi o Conselho Comunitário de Segurança do Pirambu, sendo que o Centro Comunitário Cristo Redentor assumiu o gerenciamento em 2005.



Foto1 – Fachada Projeto ABC



Foto 2 – Fachada Projeto ABC



Foto 3- Educador em roda de conversa Foto 4- Roda de conversa com os participantes de Esportes



Foto 5 – Aula de capoeira

Foto 6 – Participação dos alunos em festividades



Foto 7 – Aula de Ballet

Foto 8 – Desfile de 7 de Setembro

O ABC Pirambu atende a crianças e adolescentes em atividades socioeducativas, culturais e esportivas, com a meta de 500 atendimentos/ mês, mas sempre a meta é superior a mencionada. A equipe é composta por profissionais qualificados.

O Centro Comunitário Cristo Redentor, criado por Pe. Caetano Minete de

Tillesse e moradores da comunidade do Pirambu, na data de 14 de março de 1969, desenvolve várias ações como: pastoral da juventude, pastoral de música, pastoral da saúde, grupos de jovens, creches, Projeto ABC, sendo uma das primeiras associações do Pirambu.

3.3 Universo e Amostra

No Ceará existem 3.296 entidades privadas sem fins lucrativos, oficialmente registrados no Fichário Central de Obras Sociais do Estado do Ceará (FCOSC). Destas entidades, 218 participaram do Concurso de Projetos Sociais da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), 2008 nas modalidades de: Contribuições Correntes; Subvenções Sociais e Auxílios. Destas, 117 entidades foram selecionadas e credenciadas.

A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semi-estruturadas com (01) presidente, (01) coordenador, 01 coordenador pedagógico, 01 (diretor geral), perfazendo um total de 04 representantes da organização privada sem fins lucrativos e 05 técnicos da STDS. Foram aplicados questionários com perguntas fechadas e abertas num total de 220, sendo 50 para membros das famílias e 170 para alunos, foi usada uma amostra percentual dos alunos por faixa etária nos intervalos (6-10, 11-14, 15-17, e maiores de 18 anos) e 10 monitores.

A coleta de informação foi realizada sobre a unidade de análise acima apontada, portanto, foram estabelecidas formas idôneas para que a avaliação seja de boa qualidade e confiável.

3.4 Organização e análise dos dados

Para Coehn (1993), a legitimidade da avaliação deve cumprir certos requisitos metodológicos, especialmente os relativos à validade e a confiabilidade de suas medições. A confiabilidade é a estabilidade e a exatidão da medição. Uma medição é confiável se um instrumento aplicado repetidamente sobre o mesmo objeto da análise fornece os mesmos ou semelhantes resultados para Kerlinger (1980). Por

outro lado, a exatidão na medição implica em uma relativa ausência de erros em um determinado instrumento.

Análise descritiva: método que envolve a apresentação e caracterização de um conjunto de dados de modo a descrever apropriadamente as várias características deste conjunto (LEVINE, BERENSON e STEPHAN, 1998). O material pesquisado foi sistematizado e as informações foram analisadas, e o texto compôs o corpo da dissertação.

A pesquisa de campo realizada no Projeto ABC Pirambu no mês de julho, agosto e setembro de 2009, na cidade de Fortaleza, foi composta uma equipe de pesquisadores, quatro pessoas com nível superior dado o tamanho da mostra da pesquisa 170 (Cento e setenta) questionários alunos, 50 (Cinquenta) questionários famílias, 10 monitores e cinco entrevistas com técnicos da STDS e quatro participantes do Centro Comunitário Cristo Redentor.

Uma meta do item educação no ABC tem como objetivo: preparar os alunos para serem cidadãos ativos e críticos, membros solidários e democráticos para uma sociedade similar, quanto ao trabalho é a capacitação para o mercado de trabalho, mercado formal ou informal. Em relação à família o ABC tem como propósito provocar mudança de comportamento e percepções que produza efeitos positivos na dinâmica das relações do grupo familiar. Cultura e esporte são oferecidos para ocupação do tempo livre e o desenvolvimento saudável.

3.5 Pesquisa com os usuários do Projeto ABC/Famílias/ Representantes do CCCR e STDS

Por ocasião da pesquisa foram aplicados questionários para compor o perfil socioeconômico dos alunos, famílias e monitores. Na aplicação dos questionários deu-se oportunidade para que alunos e famílias ficassem à vontade e se expressassem com liberdade, e no diário de campo foi-se registrando alguns relatos e situações pontuais durante a coleta de dados, dados que não estivessem no corpo do questionário ou entrevista. Houve a realização da técnica de entrevista com representantes do CCCR e da STDS, por entender que existe uma maior liberdade de expressão, que oportuniza aprofundar determinadas temáticas que surgem no diálogo.

Elaborou-se um 'tópico guia'¹⁵ para orientar de uma forma discreta a entrevista, pois foram priorizados aspectos como: Política de Assistência Social, Cogestão, Financiamento do Projeto ABC, e intersectorialidade.

Solicitou-se sempre o consentimento dos participantes e utilizou-se o equipamento mp4 para gravar as entrevistas, e só houve o caso onde a secretária da STDS manifestou-se por escrito e assim foi feito. O conteúdo das entrevistas foi cuidadosamente transcrito, um trabalho árduo, porém gratificante.

Em um dos módulos do curso de mestrado, foi previamente testado o roteiro da entrevista e isto serviu para que fossem realizadas as alterações necessárias e treinasse a pesquisadora na arte de entrevistar.

3.5.1 Pesquisa com crianças, adolescentes e jovens

A pesquisa foi realizada com 170 alunos entre seis e 24 anos (Tabela 1), escolhidos aleatoriamente, enquanto o censo do IBGE de 2000 encontrou no Brasil, 61 milhões de crianças e adolescentes. Segundo a faixa etária, 23,1% tinham de 0 a 6 anos; 27, 2% tinham de 7 a 14 anos e 10,7% tinham de 15 a 17 anos. Essa população mostra acentuadas diferenças regionais, étnicas e sociais. Do total, 29 milhões são negras e pardas, 287 mil (0,5) são indígenas; 181 mil de origem asiática e 31 milhões são brancas. Há maior concentração de crianças e adolescentes nas regiões mais pobres e nas faixas populacionais com menor instrução e menor renda, sendo que 45% destas vivem em famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Entre as crianças e adolescentes negras e indígenas, o percentual de pobreza é ainda maior, respectivamente, 58% e 71%.

A faixa etária de atendimento no Projeto ABC é de 6-17 anos, porém a coordenadora pedagógica explicou que o atendimento começa mais cedo, aos 6 anos de idade, se deu porque a creche vizinha fechou deixando as famílias sem opção para os filhos, pois as creches que antes eram financiadas pelo Estado foram repassadas para o município, sendo que o mesmo assumiu apenas algumas creches.

¹⁵ Tópico guia – É um dispositivo que toma forma como um conjunto de tópicos que funciona como subsídio para o/a entrevistador/a (BAUER ;GASKEL, 2002).

A partir do fechamento das creches circunvizinhas é que o projeto passou a receber crianças a partir de 6(seis) anos como uma forma de contribuir com a educação das crianças e possibilitar que a família possa trabalhar deixando assim as crianças protegidas. Em relação aos maiores de 18 anos, a coordenadora afirmou que existe uma cota de 10 (dez) vagas para este público, para ex-alunos do Projeto, devido a escassez de clubes para esportes no bairro. No horário noturno o coordenador de esportes presta serviço voluntario como monitor de futsal para jovens maiores de 18 (dezoito) anos.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO A IDADE, SEXO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

IDADE	Nº.	%
06 – 10	81	48
11 – 14	58	34
15 – 17	29	17
18 – 24	2	1
TOTAL	170	100
SEXO		
Masculino	122	72
Feminino	48	28
Total	170	100

A maior quantidade de participantes do Projeto ABC PIRAMBU é composta por crianças e adolescentes do sexo masculino que optaram pelas atividades esportivas, enquanto crianças na faixa etária de seis a 10 anos optaram pela atividade de incentivo a escolaridade. Na tabela um vê-se que 72% do público pesquisado no ABC é do sexo masculino.

Dentre os participantes da pesquisa 98,23% moram no bairro Pirambu. Somente 01 participante mora no Bairro Jardim Guanabara e 02 participantes moram no Bairro Carlito Pamplona, dois bairros vizinhos do Pirambu. (tabela 2).

Segundo Relatório da SETAS (2002), duas hipótese parecem razoáveis para esses números: a) o homem é mais atraído pelo espaço da rua e, por isso, há uma preocupação mais intensa das mães em colocá-los no ABC; b) a oferta de cursos de iniciação profissional exerce mais atração sobre os homens do que sobre as mulheres.

A totalidade dos participantes está na condição de solteiros, o que certamente facilita a participação nas atividades escolares e ABC, enquanto em 2002, 1% estava na condição de casado/junto.

Existe entre os participantes do Projeto ABC a presença de trabalho infantil, embora eles tenham tido dificuldade em responder em qual atividade estão trabalhando.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO A IDADE E TRABALHO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

TRABALHA	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº.	%
Sim	5	5	5	1	16	8,9
Não	76	53	24	1	154	91,1
PROFISSÃO						
Atendente	0	0	1	0	1	0,6
Atleta	0	0	0	1	1	0,6
Auxiliar de Administração	0	0	0	1	1	0,6
Decorador de roupas	0	0	1	0	1	0,6
Estudantes	81	58	24	0	163	95,9
Lavador de carros	0	0	1	0	1	0,6
Repositor	0	0	1	0	1	0,6
Não Respondeu	0	0	1	0	1	0,6

Mesmo existindo crianças, adolescentes e jovens fora da faixa etária estabelecida pelo programa, 95,9% dos participantes estão frequentando a escola.

Quanto à cor, 55% dos participantes se consideram pardos, 20% pretos e 22% brancos. Se somados os percentuais para as cores parda e negra, tem-se o percentual de 75% do total, superando os dados do IBGE (2000), por se tratar de um estudo na periferia de um Estado pobre, da região nordeste.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO AUTOCLASSIFICAÇÃO QUANTO A COR, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

AUTOCLASSIFICAÇÃO DOS PESQUISADOS QUANTO A COR	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº.	%
Branco (a)	22	8	8	0	38	22
Preto (a)	19	10	4	1	34	20
Pardo (a) / mulato (a)	36	40	17	1	94	55
Amarelo (a) (de origem oriental)	3	0	0	0	3	2
Indígena ou de origem indígena	1	0	0	0	1	1
Total	81	58	29	2	170	100

Há uma presença de 3% de crianças e adolescentes com deficiência física e/ou mental (Tabela 4), sendo que no Censo Demográfico-IBGE, em 2000, o Brasil tinha 24,6 milhões de pessoas portadoras de alguma deficiência, o que correspondia a 14,5% da população brasileira.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº.	%
Sim	2	1	2	0	5	3
Não	79	57	27	2	165	97
Total	81	58	29	2	170	100

O Ceará tem um total de 1.288.000 pessoas com deficiência, segundo dados do IBGE- Censo 2000, porém a estrutura urbana dificulta o traslado dessas pessoas o que acaba levando-as, muitas vezes, a perda do direito de ir e vir e ter uma melhor qualidade de vida¹⁶. A situação de pobreza em que vivem impacta diretamente na participação das crianças e adolescentes no Projeto ABC, pois não possuem os recursos financeiros e motores necessários para o deslocamento até a Organização.

Assim sendo, faz-se necessário criar políticas públicas favoráveis ao atendimento das pessoas com deficiência, pois a população pobre não tem como melhorar suas vidas e incluir seus filhos nas escolas e no mundo do trabalho, tendo em vista que muitas vezes falta o essencial que é a alimentação.

Levando em consideração a Teoria das Necessidades de Maslow¹⁷ que é

¹⁶ Sobre acessibilidade na cidade de Fortaleza para deficientes físicos, veja a dissertação defendida junto ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas - MAPP/UFC, intitulada: Política Pública de Saúde e Pessoas com Deficiência: A Cidadania como Possibilidade, Fortaleza-2005 de autoria de Antonia Félix de Sousa. A autora diz que “O conceito de acessibilidade tem se ampliado e um dos primeiros passos certamente está relacionado com a eliminação morosa, de algumas barreiras arquitetônicas. Mas a acessibilidade tem também outras dimensões entre as quais se incluem a comunicacional e atitudinal, esta a mais significativa porque tende a determinar as mudanças no modo como a sociedade se relaciona com todas as pessoas, sem processo discriminatórios” (SOUSA, 2005, p.79).

¹⁷ Abraham Harold Maslow nasceu no Brooklin, Nova Iorque em Primeiro de Abril de 1908. Maslow iniciou a produção de diversos artigos sobre o tema motivação humana que culminaram com a sua mais conhecida obra: a Teoria a respeito da Hierarquia das Necessidades Humanas).

conhecida como uma das mais importantes teorias de motivação, pois para ele as necessidades dos seres humanos obedecem a uma hierarquia, ou seja, uma escala de valores a serem transpostos. Isto significa que no momento em que o indivíduo realiza uma necessidade, surge outra em seu lugar, exigindo sempre que as pessoas busquem meios para satisfazê-la. Segundo Maslow, pouca ou nenhuma pessoa procurará reconhecimento pessoal e status se suas necessidades básicas não estiverem satisfeitas.

O questionário aplicado buscou, também, verificar se as crianças e jovens participantes do projeto possuem certidão de nascimento, que é a porta de entrada para a conquista da cidadania. Constatou-se que 98,8% têm a certidão de nascimento e que 1,2% está com esta tramitando na justiça. A certidão de nascimento é o documento que dá origem a todos os outros documentos; constatou-se, também, que a partir do ingresso no Projeto ABC, existe o acompanhamento para que os participantes façam seus documentos, conforme a idade e a disponibilização destes, pelo critério da idade, como mostra a tabela 5.

TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO DOCUMENTAÇÃO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

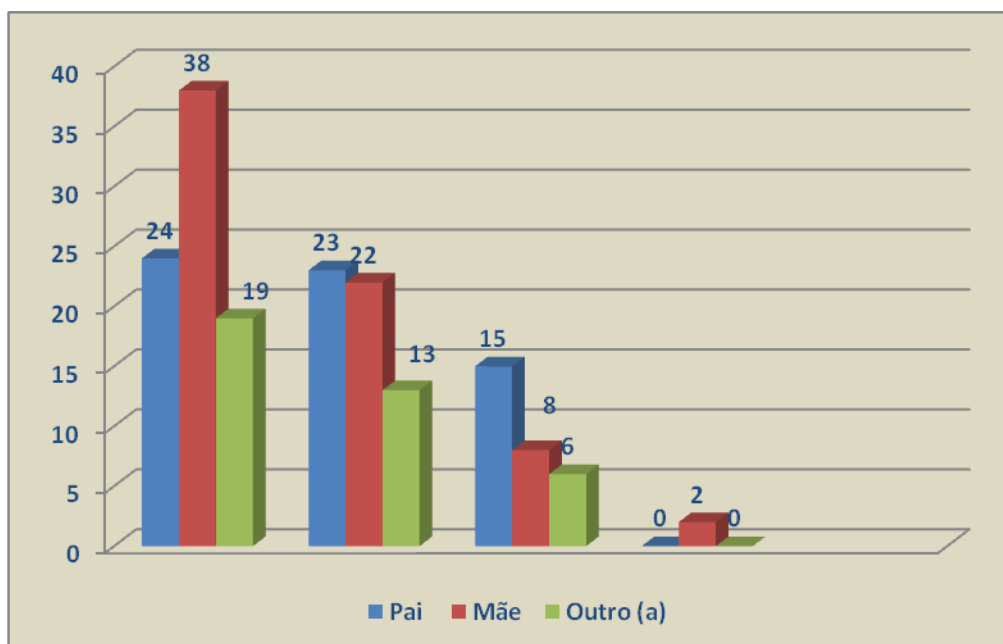
DOCUMENTAÇÃO DO ALUNO	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº.	%.
Cert. Nasc.	81	57	29	2	169	99
Cartão Vacina	79	54	26	2	161	95
CPF	3	11	16	2	32	19
RG	16	33	26	2	77	45
CTPS	0	0	4	2	6	4
Título de Eleitor	0	0	2	2	4	2
Reservista	0	0	0	2	2	1

Sobre a situação familiar, a pesquisa mostra que 40,5% das famílias dos participantes têm a mãe como chefe de família, em outros casos (22%) o avô, avó, padrasto, o que pode ser considerado um número bem elevado. O pai como chefe de família ocupa o segundo lugar com 36,9% (Tabela 6). Constata-se, assim, que existe uma maior divisão das responsabilidades com a família mais extensa, sendo que os avôs ficam muitas vezes com a responsabilidade por falta dos primeiros responsáveis, por motivos como: trabalho, envolvimento com drogas, ausência por viagem ou morte.

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO CHEFE DE FAMÍLIA, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

CHEFE DE FAMÍLIA	06 – 10	11 – 14	15 – 17	18 ou +	Nº.	%
Pai	24	23	15	0	62	37
Mãe	38	22	8	2	70	41
Outro (a)	19	13	6	0	38	22
TOTAL	81	58	29	02	170	100

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO CHEFE DE FAMÍLIA, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



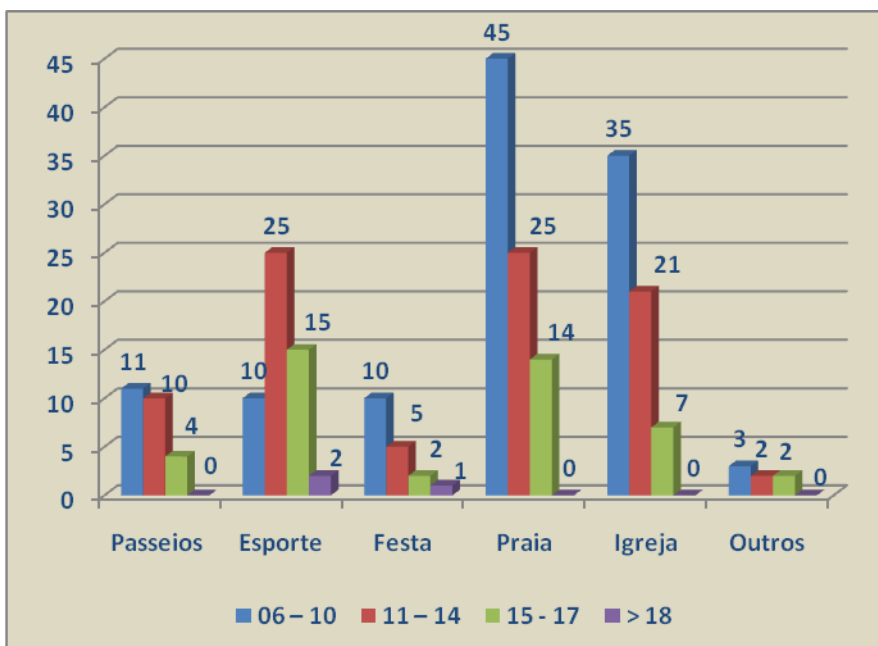
Como já apresentado, o Bairro Pirambu tem um histórico de participação da Igreja Católica, dada a participação do Pe. Hélio Campos com a marcha e os trabalhos missionários que desde então são ali realizados, o que poderia levar à suposição de uma presença majoritária de católicos, no item religião. Entretanto registrou-se uma grande quantidade de evangélicos. E nenhum participante se considerou como espírita ou afro-brasileira (Tabela 7).

TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO A RELIGIÃO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

RELIGIÃO	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº.	%
Católica	44	35	17	1	97	57
Evangélica	35	22	9	0	66	39
Sem crença	1	1	3	0	5	3
Cristão sem Igreja	0	0	0	1	1	1
Outros	1	0	0	0	1	1
Total	81	58	29	0	170	100

Por ser o bairro do Pirambu banhado ao norte por uma praia, atribui-se a esse fato, a prioridade no item praia para lazer, item referido por 49% dos participantes. Em segundo lugar vem o esporte e em terceiro lugar ficou a participação em atividades religiosas. Nas entrevistas/questionários as pessoas falam da alegria e terapia ao participar dos eventos da igreja. No item outros se encontram clubes e piscinas; entretanto a inexistência de clubes no bairro e piscinas dificulta a participação em esportes como a natação, xadrez e tênis (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO A OPÇÃO DE LAZER, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



Quando perguntados sobre quem os informou sobre o Projeto ABC, a família ocupou o primeiro lugar com 60% de respostas, ficando os vizinhos em segundo lugar com 18%.

TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO MEIOS DE INFORMAÇÃO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

INFORMAÇÃO	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº.	%
Escola	4	4	2	0	10	6
Vizinho	7	16	8	0	31	18
ABC	1	0	1	1	3	2
Família	65	26	11	0	102	60
Outros (especificar)	4	12	7	1	24	14
Total	81	58	29	2	170	100

Nas atividades oferecidas pelo Projeto ABC, a opção, incentivo à escolaridade, para a faixa etária de 6 a 10 anos atingiu um percentual de 66,7%, enquanto, no geral (para todas as faixas etárias) atingiu 42,2% (Tabela 9). Portanto, quanto menor a idade maior é a procura pelas atividades de suporte escolar. O incentivo a escolaridade é uma ação de complementaridade às atividades escolares com o objetivo de fortalecer o processo de formação e desenvolvimentos das potencialidades humanas.

TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

ATIVIDADES	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº.	%
Incentivo a escolaridade	54	15	2	0	71	42,2%
Karatê juvenil Espaço Cultural	5	2	1	0	8	4,8%
Ballet	21	6	0	0	27	16%
Capoeira	2	0	1	0	3	1,8%
Desenho	12	0	0	0	12	7,1%
Kung-Fu Infantojuvenil	2	0	0	0	2	1,2%
Vôlei Masculino	0	0	0	1	1	1,2%
Handebol feminino	0	2	0	0	2	1,2%
Futsal infantil	24	15	6	0	45	26,8%
Basquete	3	1	0	1	5	2,9%
Futsal juvenil	1	28	18	0	47	28,0%
Informática	0	0	3	0	3	1,8%

O Esporte mais procurado é o futsal infantil, contudo constatou-se por ocasião da pesquisa que não existem esportes como natação, pois não há piscina; nem mesmo tênis, pois não existe quadra de tênis, e não são desenvolvidos jogos de xadrez, como tantos outros itens. Conforme se observou, a quadra esportiva é

coberta, evitando o sol, porém em dias chuvosos fica inviável a prática de esportes, pois toda a quadra fica molhada, por falta de reforma na estrutura física.

Um representante do Centro Comunitário Cristo Redentor, por ocasião da entrevista, fez referência à necessidade de esporte como natação e tênis:

É dever dos projetos sociais escolher atividades para engajar as crianças como natação, tênis, algo a mais que chamasse a atenção da criança, que proporcionasse uma melhoria quanto as próprias atividades que existe aqui no ABC. E também que estes projetos desenvolvam as crianças mais pela inteligência, mas normalmente são políticas pobres para pobres. (Representante nº 3/CCCR, 2009).

O baixo volume de recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades faz com que a entidade gestora mantenha atividades que muitas vezes não despertam maior interesse nas crianças e adolescentes. Percebe-se, portanto, o baixo investimento de recursos públicos, destinados à manutenção de projetos sociais.

No tocante às ações que mais motivam a participação de crianças e adolescentes no projeto ABC, 49,4% dos participantes responderam serem as atividades esportivas; 31,5% se referiram ao tratamento por eles recebidos, pelos monitores, ainda que tenha sido presenciado, por ocasião da pesquisa, que muitos monitores ficam sentados, apáticos, até mesmo de óculos escuros dentro da sala. Para 22,6% a companhia dos colegas no projeto e a alimentação para 21,2% são reconhecidas como preponderantes (Tabela 10). Vale notar que quanto a esse questionário os pesquisados puderam assinalar mais de uma opção.

TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO ATIVIDADES MAIS APRECIADAS, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

IDENTIFICAÇÃO	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº.	%
Alimentação	20	13	2	1	36	21,2
Companhia dos colegas	18	14	6	0	38	22,6
Tratamento dos monitores	31	19	3	0	53	31,5
Cursos de informática	0	0	3	0	3	1,8
Atividades esportivas (jogos)	31	31	20	2	84	49,4
Atividades culturais (teatro, música, dança)	6	0	0	0	6	3,6
Desenhar, fazer trabalhos criativos, leitura de história	19	4	1	0	24	14,3
Passeio	7	0	1	0	8	4,8
Outras	0	1	0	0	1	0,6

Quanto à pergunta: o que você menos gosta do Projeto ABC? (Tabela 12) O percentual expressivo de 45% dos participantes elegeu o item violência, referindo-se, sobretudo às atitudes agressivas dos colegas. O cenário de violência começa, muitas vezes, na residência, passa por escolas, comunidades e outros espaços de convivência.

Este dado de pesquisa indica que a violência necessita ser estudada pelos programas e projetos desenvolvidos para crianças e adolescentes, uma vez que, como afirma o próprio governo do estado, a violência exige uma resposta mais contundente por parte do Estado, da sociedade e da família na prevenção da violência contra crianças e adolescentes (CEARÁ, 2009), devendo ser observada na construção de propostas, programas e projetos.

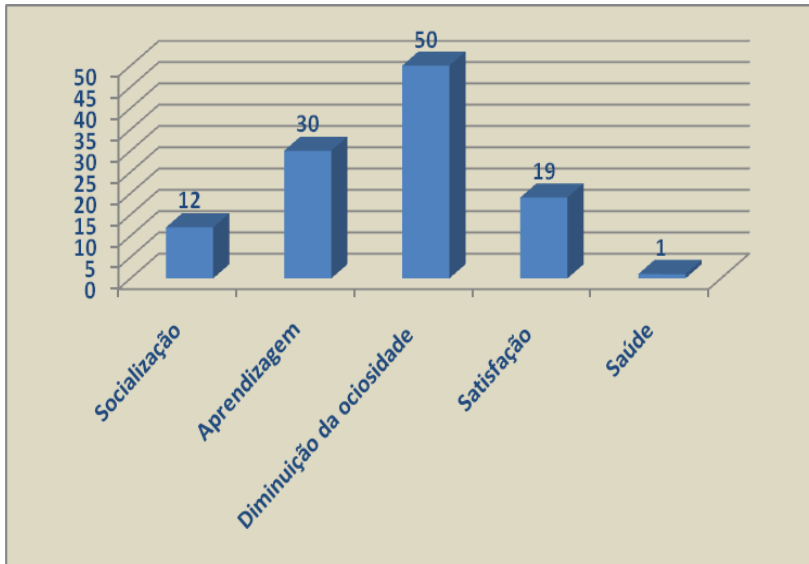
O próprio documento Plano Plurianual do Governo do Estado do Ceará reconhece que “a população não toma consciência de que nós não estamos criando suficientemente políticas públicas, serviços próprios para proteger” (CEARÁ, 2009, p. 08). Ressalta-se que, quanto a esse quesito, os pesquisados também podiam assinalar mais de uma opção no questionário a eles submetido.

TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO ATIVIDADES MENOS APRECIADAS, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

ATIVIDADE QUE MENOS SE IDENTIFICA	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº	%
Alimentação	3	3	1	0	7	4
Tratamento dos monitores	1	0	1	0	2	1
Instalações físicas	4	13	6	2	25	15
Atividades esportivas (jogos)	1	1	0	0	2	1
Atividades culturais (teatro, música, dança)	4	1	0	0	5	3
Desenhar, fazer trabalhos criativos, leitura de história	6	3	1	0	10	6
Passeio	0	1	0	0	1	1
Atitudes agressivas dos colegas	45	26	6	0	77	45
Período de tempo curto para as atividades	4	2	7	0	13	8
Outras	13	8	7	0	28	16
Total	81	58	29	2	170	100

Sobre as mudanças que o projeto trouxe as suas vidas, os entrevistados consideraram como itens mais relevantes os indicadores no gráfico abaixo:

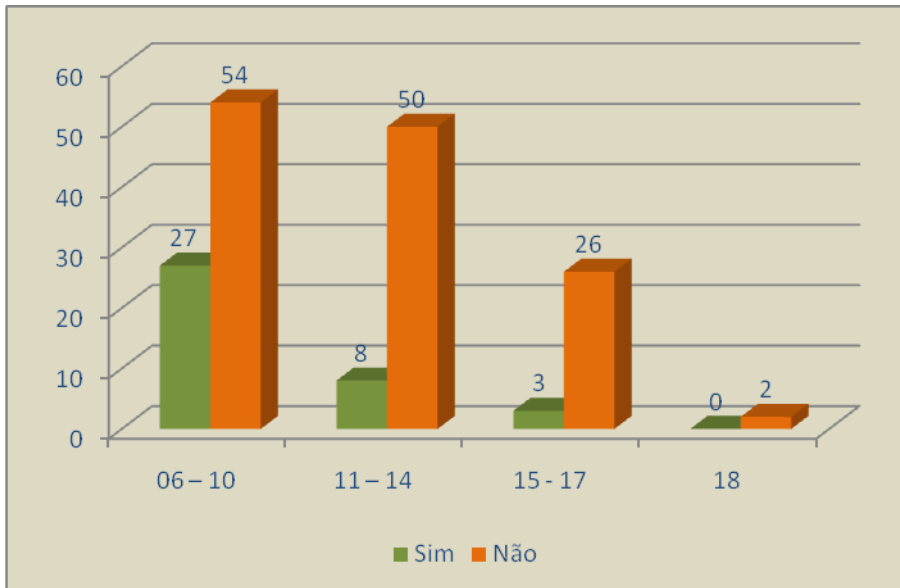
GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO MUDANÇAS NA VIDA APÓS PARTICIPAÇÃO NO PROJETO ABC, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



Quanto ao item socialização, os pesquisados se referiram ao número de amigos conquistados, pois segundo os mesmos, trata-se de uma necessidade das crianças e adolescentes se sentirem aceitos e ter pessoas a sua volta para partilhar a vida; em relação à aprendizagem, tanto se referiram à aprendizagem escolar como à aprendizagem na área de esportes; quanto a diminuir a ociosidade, os participantes da pesquisa falaram da importância do Projeto ABC, pois se tornaram menos ociosos, empregando agora o tempo livre em aprendizagem, esportes, cultura, ou como eles falam: “em coisas boas.”. Disseram ainda, que se sentem protegidos do ingresso na marginalidade e no mundo das drogas. Quanto ao item satisfação, ficou claro o sentimento de alegria e felicidade em estar crescendo como pessoa e cidadão. Quanto ao item saúde, um dos participantes fez alusão positiva ao fato de ter emagrecido a partir de sua participação no Projeto ABC, na área de esporte. Quanto ao item renda, um dos participantes disse: “Aqui é melhor que o PETI, pois aqui se recebe bolsa, mas participamos do esporte.”.

No item mudança de vida, 88% dos participantes consideraram que houve mudança de vida, contra 12% que não reconhece mudanças.

GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO ASSIDUIDADE, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



A maioria dos pesquisados dizem que se sentem bem no projeto, porém, ainda há uma incidência elevada de faltas (GRÁFICO 08). Do universo de 160 alunos pesquisados 22 alunos, justificaram suas faltas às atividades do Projeto, se constata que o item mais apontado como motivo das faltas é quando se encontram doentes, tendo um percentual de 40.90%.

GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO MOTIVOS QUE LEVAM OS PARTICIPANTES A FALTAREM, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



Dos participantes da pesquisa 8% dizem conhecer algum colega do Projeto ABC (Tabela 8) que é usuário de drogas, enquanto só se reconhecem como usuários de drogas apenas 3% do total dos entrevistados.

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO CONHECIMENTO DE ALGUM COLEGA USUÁRIO DE DROGA DENTRO DO PROJETO ABC, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

DROGAS	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº.	%
Sim	5	6	2	1	14	8
Não	76	52	27	1	156	92
Total	81	58	29	2	170	100

Existe uma falta de conhecimento dos alunos em relação aos recursos financeiros que viabilizam o projeto ABC, sendo que 78% acreditam que são suficientes. Entretanto, o técnico 3/ STDS entrevistado, responsável pela célula financeira, quando interrogado sobre as reais necessidades financeiras do Projeto ABC, afirmou que:

Suficientes nunca são, porque quem trabalha com a coisa pública existe uma grande demanda, mas o ABC tem um limite que é orçado no início do ano. Teoricamente é, pelo que as pessoas fazem, é um valor fechado, então ele é suficiente ou é suficiente, não sabemos da dificuldade, não sei dizer da alimentação se é boa, se é ótima, ou é excelente, mas é uma coisa razoável e o limite não é suficiente porque as pessoas vão trabalhar neste aspecto, mas dizer que os recursos públicos são suficientes, recursos públicos nunca são suficientes (Técnico 3/STDS. 2009).

Por ocasião da pesquisa observou-se, ainda, que faltam recursos para a manutenção de atividades na área de telefonia, informática, esportes aquáticos, manutenção da estrutura física e mesmo para uma alimentação de melhor qualidade, contudo 78% afirmaram que os recursos são satisfatórios.

TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO A SUFICIÊNCIA DOS RECURSOS DO PROJETO ABC, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

CONHECIMENTO FINANCEIRO	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº	%
Sim	70	47	15	0	132	78
Não	10	10	14	2	36	21
Não Sei	1	1	0	0	2	1
Total	81	58	29	2	170	100

Em relação ao estilo de gestão do Projeto ABC, 53,6% dos alunos pesquisados informou ter desconhecimento sobre o quesito perguntado. Além do mais, enquanto 20,2% dizem que o estilo de gestão é municipal, 17,3% afirmam ser estadual e 7,1% federal; apenas 1,8% tendo afirmado ser um sistema de cogestão. Enfim, os dados indicam total desinformação sobre este quesito.

Como visto, a falta de conhecimento é grande e algumas questões se colocam: Não há divulgação? Não existe informação por ocasião das reuniões? Nas rodas de conversa poderia ser abordado o assunto?

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS SEGUNDO O CONHECIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DO PROJETO ABC, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

GESTÃO	06 – 10	11 – 14	15 - 17	18 ou +	Nº.	%
Federal	9	3	0	0	12	7
Estadual	6	15	8	1	30	18
Municipal	19	11	4	0	34	20
Cogestão: Estado e Organização Não Governamental	1	2	0	1	4	2
Não sabe dizer	46	27	17	0	90	53
Total	81	58	29	2	170	100

Interessante notar que quando foram indagados sobre o nome da ONG que gerencia o Projeto ABC, ficou visível, mais uma vez, que 92% desconhecem o nome da ONG, sendo que algumas crianças e adolescentes disseram que conheciam, mas quando perguntado o nome fizeram referências diversas como: o nome dos monitores, da prefeita de Fortaleza e até de um dos grandes supermercados do bairro. Este é um ponto, portanto, ao qual a instituição deve ficar atenta, ficando ainda questões em aberto sobre se há ou não reuniões e se nestas reuniões poderiam ser passadas as informações sobre prestação de contas, sistema de gestão e outras. Constatou-se, ainda, uma baixíssima participação em grupos existentes na comunidade, sendo citado, apenas, o Shalon (01); Escolinha de Deus (01); Projeto Quatro Varas (01); Associação do Avanço (01).

No tocante à História do Pirambu, 92% dos pesquisados relataram que não conhecem nada sobre essa história. Houve referências a que o Pirambu é o nome de uma mulher. Outros disseram que Pirambu era o nome de um peixe e tinha muito

desse peixe na praia, versão esta que está no imaginário dos poetas, escritores, pescadores e parte da população como sendo a versão correta da origem do nome do bairro. Outros ainda falaram da grandeza do bairro e do estigma de violência e perigo, pois antigamente, dizem eles, que havia muito assalto, gangues e que as crianças muito cedo se tornavam usuárias de drogas. De forma diversa, outros relataram que o bairro é organizado, tem muitas escolas, é um bairro bom e que tem mudado muito, que com o Projeto ABC melhorou ainda mais, pois protege e capacita crianças e adolescentes.

3.5.2 Pesquisa com Monitores

Foram dez (10) os monitores que fizeram parte da amostra: um Coordenador esportivo, que também é monitor no horário noturno para participantes maiores de 18 anos, sete Educadores/Monitores, um Instrutor Infantil/Monitor, um Instrutor de Karatê. A maioria dos instrutores em número de sete são do sexo feminino. Cinco monitores estão na faixa etária entre 26 e 35 anos; nove são naturais de Fortaleza e apenas um é natural do município de Sobral (Tabela 15).

TABELA 15 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MONITORES SEGUNDO SEXO, ATIVIDADE, FAIXA ETÁRIA E LUGAR DE ORIGEM, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

Sexo	Nº.
Masculino	3
Feminino	7
ATIVIDADE	
Coordenador esportivo	1
Educadores/Monitores	7
Instrutor Infantil/Monitor	1
Instrutor de Karatê	1
FAIXA ETÁRIA	
19 a 25	2
26 a 35	5
36 a 54	3
Total	1
NATURALIDADE	
Fortaleza	9
Sobral	1

Quanto ao estado civil, três monitores são casados, um em vive em união estável, quatro são solteiros e dois separados. Quanto ao bairro em que residem, oito moram no Pirambu, enquanto dois residem em outros bairros circunvizinhos. Em relação ao nível de escolaridade, quatro têm o ensino médio concluído, dois têm o curso superior em andamento, dois têm o curso superior e dois o curso de especialização. (Tabela 16).

TABELA 16 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MONITORES SEGUNDO ESTADO CIVIL, BAIRRO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

ESTADO CIVIL	Nº.
Casado	3
União estável	1
Solteiro	4
Separado	2
BAIRRO EM QUE RESIDEM	%
Pirambu	8
Bairros circunvizinhos	2
NÍVEL DE INSTRUÇÃO	%
Ensino médio concluído	4
Superior em andamento	2
Superior concluído	2
Especialização	2

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MONITORES SEGUNDO CAPACITAÇÃO e TEMPO NO CARGO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

CAPACITAÇÃO	Nº.
Educação	18
Esporte e Lazer	4
Formação p/ Trabalho	3
TEMPO NO CARGO	Freq.
1 mês	2
1 a 2 anos	2
3 a 4 anos	3
10 a 12 anos	3

Os monitores entrevistados participaram de um total de 18 cursos na área de educação, em vários temas, incluindo cursos de especialização, quatro cursos na

área de esporte e lazer e três cursos de formação para o trabalho que não estão associados as necessidades do monitor do Projeto Abc e sim mais vinculados ao mercado de trabalho.

Quanto ao tempo em que o monitor está no cargo: dois monitores estavam vinculados ao projeto há apenas 01(um) mês, enquanto 05 no intervalo de 1a 4 anos estão cinco dos monitores e no intervalo de 10 a 12 anos encontram-se três dos monitores (Tabela 17). Tendo carteira profissional assinada 09 dos monitores e 01 não tem carteira profissional assinada.

Dentre os monitores pesquisados, três dizem não ter tido outras experiências na área de crianças e adolescentes, enquanto que sete dizem ter tido experiências em outros ABCs e em escolas. Quanto à jornada de trabalho diária, cinco dos monitores trabalham oito horas, quatro trabalham quatro horas e um trabalha nove horas. Em relação à orientação recebida para melhor desenvolver o trabalho seis deles dizem que recebem frequentemente, porém quatro dizem que somente às vezes (Tabela 18).

TABELA 18 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MONITORES SEGUNDO EXPERIÊNCIAS ANTERIORES, JORNADA DE TRABALHO E ORIENTAÇÕES RECEBIDAS, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

EXPERIÊNCIA ANTERIOR NESTE TRABALHO	Nº.
Sim	3
Não	7
JORNADA DE TRABALHO	
8 horas	5
4 horas	4
9 horas	1
ORIENTAÇÕES RECEBIDAS	
Frequentemente	6
Às vezes	4

Os monitores foram unânimes em dizer que recebem orientação pedagógica, entretanto, também foram unânimes em dizer que não recebem nenhuma orientação psicológica. Ressalta-se que houve monitores que assinalaram duas opções, por isso, o percentual extrapola 100%.

Quando perguntado sobre quem realiza a orientação, quatro monitores

relataram que é uma pessoa da equipe da STDS enquanto seis apontaram ser a coordenação do Projeto ABC. (Tabela 19). Percebe-se que a partir dos dados coletados necessário se faz que a STDS promova um maior número de orientação e com qualidade junto ao ABC Pirambu.

TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MONITORES SEGUNDO TIPO DE ORIENTAÇÃO E QUEM REALIZA AS ORIENTAÇÕES, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

TIPOS DE ORIENTAÇÕES	Nº.
Pedagógica	10
Administrativa	1
Outras	1
QUEM REALIZA AS ORIENTAÇÕES	
Pessoa da equipe da STDS	4
Coordenação do Projeto ABC	6

No tocante à orientação recebida pelos monitores, quase a totalidade dos entrevistados (nove) responderam ser a orientação muito boa, sendo que somente um reconhece ser pouco útil.

Quando questionados sobre o desenvolvimento dos alunos um dos monitores não respondeu, sete disseram ser um conhecimento afetivo social, dois disseram ser físico-motor, nenhum reconheceu o cognitivo-intelectual. Questiona-se ao Projeto ABC/STDS, qual o nível de orientação? Como desenvolver ações para o desenvolvimento cognitivo-intelectual?

O resultado esperado pelos monitores com seu trabalho de apoio pedagógico versa sobre a importância da aprendizagem como elemento propulsor para capacitação das crianças e adolescentes visando uma melhoria de vida, para que futuramente sejam adultos cidadãos, pois em cada monitor existe a preocupação com o grande número de jovens marginalizados, daí a importância do acompanhamento das crianças e adolescentes na busca de desenvolverem-se social e culturalmente.

Sobre as maiores dificuldades que os monitores encontram para realizar bem o seu trabalho, as respostas revelaram que a falta de apoio financeiro é um dos pontos relevantes, tanto para o desenvolvimento das atividades como em relação

aos baixos salários. Disse um dos monitores: “[...] sinto necessidade de fazer uma faculdade, queria uma bolsa, pois com o salário não dá para pagar uma faculdade”. Outros fatores apontados foram: a falta de participação e o apoio familiar; bem como o apoio maior do governo no que se refere ao assessoramento técnico.

De acordo com os dez monitores pesquisados, a frequência dos alunos é reconhecida por um como fraca; outro reconhece como regular, quatro como boa e quatro como muito boa.

Ainda segundo os monitores, o acompanhamento da aprendizagem se dá através de observação em sala de aula. Um dos monitores também acompanha, por meio de fichas de registros com anotações pedagógicas e socioculturais; outro monitor, visita os professores na escola para verificação do rendimento escolar e quatro monitores ouvem os pais dos alunos em busca de compreender a realidade familiar.

Quanto ao nível de satisfação dos monitores em relação ao trabalho, 06 disseram ser excelente, um diz ser muito bom, três dizem ser apenas bom. Na questão do salário ser compatível, quatro disseram que sim e seis disseram que não. Os recursos na percepção dos monitores afirmaram que os recursos são suficientes, enquanto cinco pensam ao contrário, afirmando que são insuficientes (Tabela 20).

TABELA 20 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MONITORES SEGUNDO NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM O TRABALHO E COM OS RECURSOS, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

TRABALHO	Nº.
Excelente	6
Muito bom	1
Bom	3
COM O SALÁRIO	
Compatível	4
Incompatível	6
RECURSOS	
Suficientes	5
Insuficientes	5

GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MONITORES SEGUNDO NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM O TRABALHO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

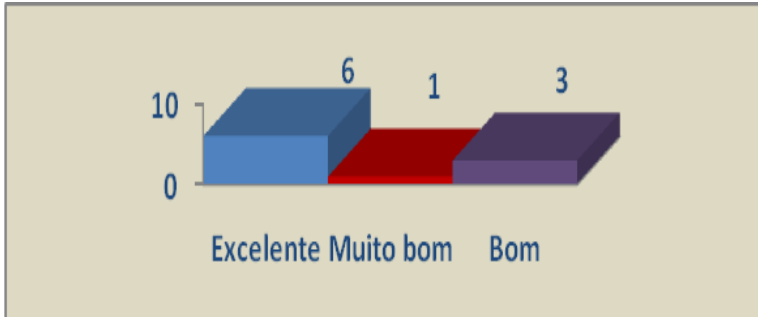


GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MONITORES SEGUNDO NÍVEL DE SATISFAÇÃO QUANTO AO SALÁRIO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

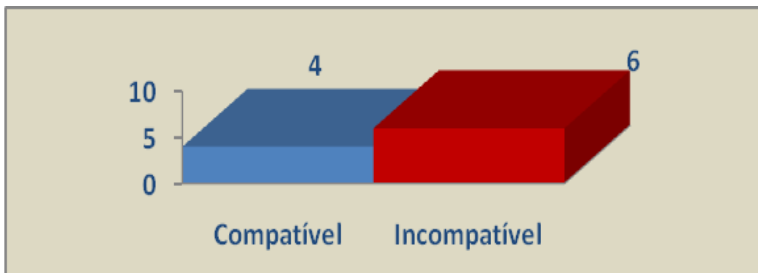
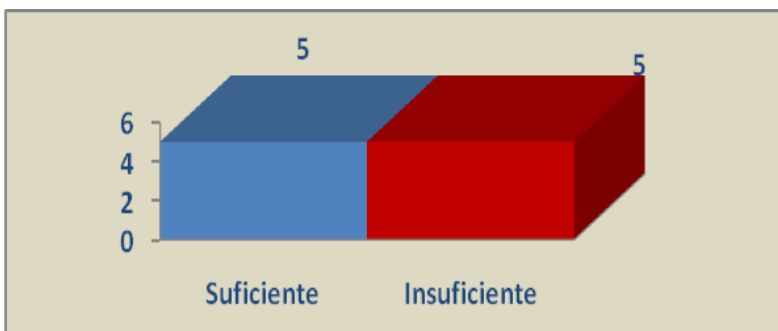


GRÁFICO 11 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MONITORES SEGUNDO NÍVEL DE SATISFAÇÃO QUANTO AOS RECURSOS, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



Quando questionados sobre os Recursos Financeiros, se estes são ou não suficientes, cinco monitores disseram que são suficientes, enquanto cinco disseram que não, argumentando que a demanda é muito alta e que é necessário muito

material, pois as atividades esportivas e culturais recebem um baixo percentual financeiro.

Focalizando o nível de participação dos monitores somente três se disseram participantes de grupos, associações, contudo sete não participam de qualquer forma associativa.

Os motivos alegados pelos monitores para a não participação de grupos e associações foram: três monitores argumentaram a falta de tempo; três monitores a falta de vontade; um monitor disse ser a falta de oportunidade; um se reportou à situação familiar, e um outro à ausência de grupos no bairro em que reside.

Ao procurar identificar os pontos relevantes da organização da ONG que gerencia o Projeto ABC, os monitores entendem que existe uma boa organização, além de saber superar desafios, uma das ferramentas necessárias para fazer uma boa administração. Os monitores reconhecem que são muitos os desafios que o Centro Comunitário Cristo Redentor enfrenta diariamente, mas avaliam que os mesmos são superados de forma tranquila. Na observação de campo constatou-se que alguns dos monitores afirmam a honestidade da atual direção que eles contrapõem à diretoria anterior, também afirmaram que o Diretor Geral é muito organizado e o consideram comprometido com o Projeto ABC.

Quanto à coordenação do Projeto ABC, dos 10 monitores entrevistados, sete têm conhecimento da política de cogestão que rege o Projeto ABC, enquanto um a considera estadual e outro disse desconhecer o sistema de gestão.

Solicitados a dar opinião sobre quem deve gerenciar o Projeto ABC houve unanimidade em salientar que deve ser gerenciado pela entidade atual. Necessário se faz relativizar a resposta, pois os monitores são empregados do Centro Comunitário Cristo Redentor e, evidentemente, a preocupação com a manutenção do emprego interfere na resposta.

Quando os monitores foram questionados sobre o que é uma política de cogestão, responderam: uma política de gestão compartilhada em parceria com um órgão não governamental que dirige de forma direta um programa; Uma gestão democrática, aberta a novas propostas, idéias, visando os interesses da comunidade

com o objetivo de melhorar e tem obrigações de trabalhistas; porém dois responderam que não sabem do que se trata.

Quando abordada a importância do Projeto ABC para o bairro Pirambu, os monitores mostraram-se conscientes de suas responsabilidades como educadores, pois informaram que o Projeto ABC é imprescindível para a formação das crianças e adolescentes, possibilitando sua inserção na sociedade.

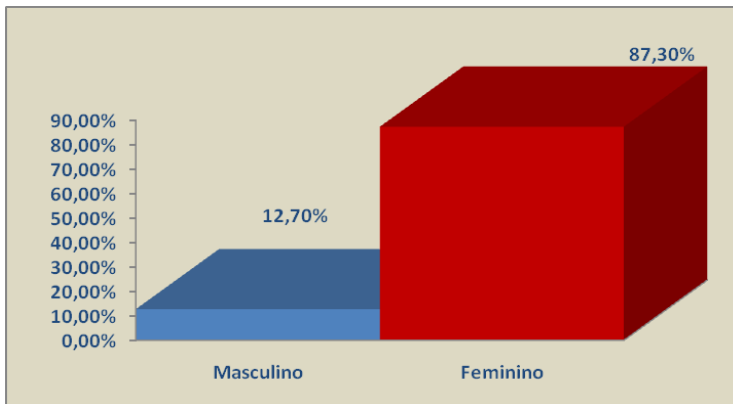
3.5.3 Pesquisa realizada com os familiares dos participantes do Projeto ABC

A pesquisadora solicitou à coordenação do Projeto ABC uma reunião para realizar a pesquisa, com a aplicação dos questionários junto às famílias. Primeiramente ofereceu uma cesta básica como atrativo, propondo um sorteio entre as famílias que participassem da pesquisa. Na primeira reunião só compareceram 20 (vinte) representantes de famílias, na segunda reunião compareceram mais seis representantes. Diante da dificuldade para atrair as famílias ao Projeto ABC, a pesquisadora decidiu aplicar os questionários a partir de visitas domiciliares. As visitas domiciliares foram realizadas, aos domingos pela manhã no horário de 9 às 11:30 horas, uma vez que era o dia e horário mais adequado para encontrar as famílias em casa, já que se ausentam de casa na semana devido ao trabalho. Dessa forma, no total participaram da pesquisa 55 famílias.

Tanto a legislação brasileira como a Constituição Federativa do Brasil, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA reconhece e preconiza a família como uma comunidade, como estrutura vital, que protege, forma, educa e garante seus direitos; lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos.

Dentre os familiares que participaram da pesquisa, 87,3% são do sexo feminino, sendo a participação masculina de 12,7% (gráfico 12).

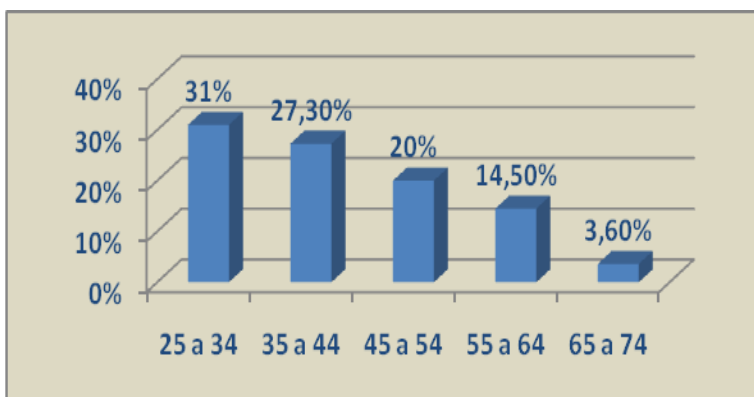
GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO SEXO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009 DOS ENTREVISTADOS.



A participação do público feminino foi bem mais expressiva que o público masculino e ficou evidenciado nas visitas domiciliares que mesmo os pais estando presentes, foram as mães que responderam os questionários. Constata-se, ainda, que 92,80% das famílias moram em casas e apenas 1,8%, em apartamentos.

Quanto à faixa etária dos familiares entrevistados, a maioria dos participantes com mais de 65 anos são os avós. Alguns motivos foram apresentados por serem os avós a participar da pesquisa: é que filhos e netos moram na mesma casa, os filhos trabalham fora e não se responsabilizam pelos netos. Há ainda casos de pais que são usuários de drogas.

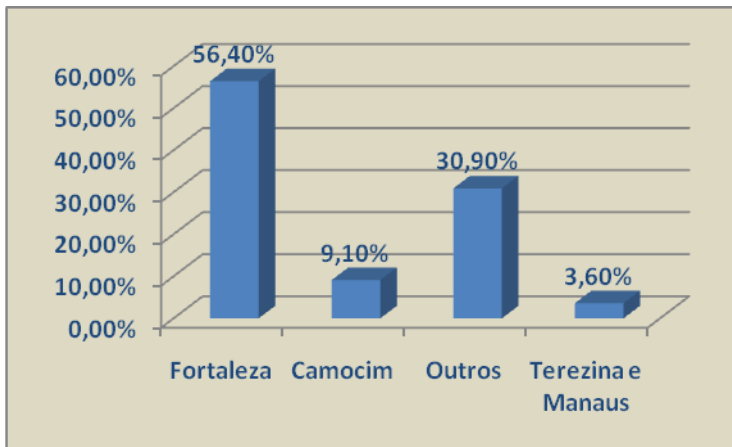
GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



Quanto à naturalidade dos representantes das famílias, a maioria é natural de Fortaleza (56,4%) e 30% de outros municípios, tendo Camocim figurado com maior

representatividade (9,1%) e apenas 3,6% são provenientes de outras cidades: Teresina e Manaus (Gráfico 14).

GRÁFICO 14 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO NATURALIDADE FAIXA ETÁRIA, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



Em relação à escolaridade, o percentual mais elevado foi de indivíduos com o Fundamental Incompleto (43,60%), vindo em seguida àqueles que completaram o Ensino Médio, com 23,6%. Não existe entre os participantes nenhum que esteja no ensino superior, em andamento ou concluído, constatando-se, portanto o baixo nível de escolaridade dos pesquisados (Tabela 21).

TABELA 21 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO ESCOLARIDADE, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

ESCOLARIDADE	Nº.	%
Analfabeto	3	5,50
Alfabetizado	1	1,81
Fundamental incompleto	24	43,60
Fundamental completo	7	12,70
Ensino Médio incompleto	7	12,70
Ensino Médio completo	13	23,60
TOTAL	55	100,00

Quanto à atividade profissional, o maior percentual (36,4%) se enquadrou em atividades domésticas, figurando em segundo lugar atividades de costureira (10,9%) (Tabela 22). Sobre o aspecto abordado, percebe-se que as profissões/ocupações

são de níveis elementares demandando ações de capacitação e qualificação para o mercado de trabalho.

TABELA 22 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO PROFISSÃO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

PROFISSÃO	Nº.	%
Do Lar	20	36,4
Operário	2	3,6
Vendedora	2	3,6
Costureira	6	10,9
Selecionadora de amêndoas em indústria	3	5,5
Auxiliar de produção	3	5,5
Serviços gerais	3	5,5
Outros (Polidor; Vigilante; Alimentador de fiação; Manicura; Artesã; Sapateiro; Atendente; Auxiliar de cozinha; Vendedora autônoma; Funcionária Pública; Artista Plástica; Camareira; Comerciante; Taxista; Agricultora; Auxiliar de costureira)	16	29,0
TOTAL	55	100,0

Dentre as famílias pesquisadas, 85,5% são portadoras do Número de Identificação Social (NIS), número este que é porta de entrada para o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família (PSF), bem como de outros programas a nível estadual, municipal e federal, enquanto 14,5% não estão inscritas. Os não inscritos têm como motivo: renda familiar que ultrapassa o teto exigido pelo cadastro, dificuldade de tempo para se inscrever, tentativas seguidas e infrutíferas de obtenção do NIS, entre outros fatores (Gráfico 15).

GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO CADASTRO NIS, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

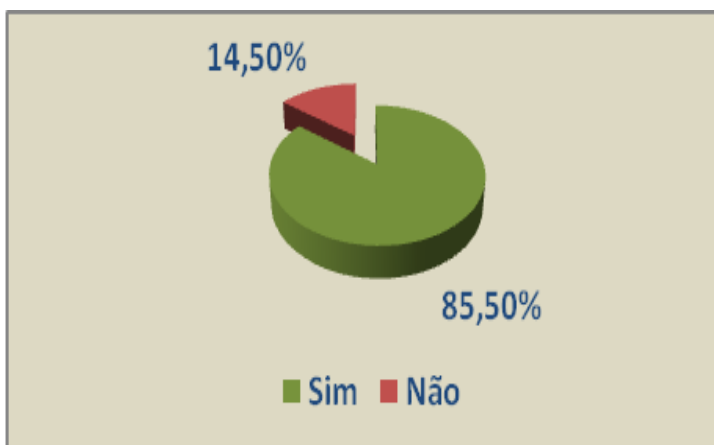
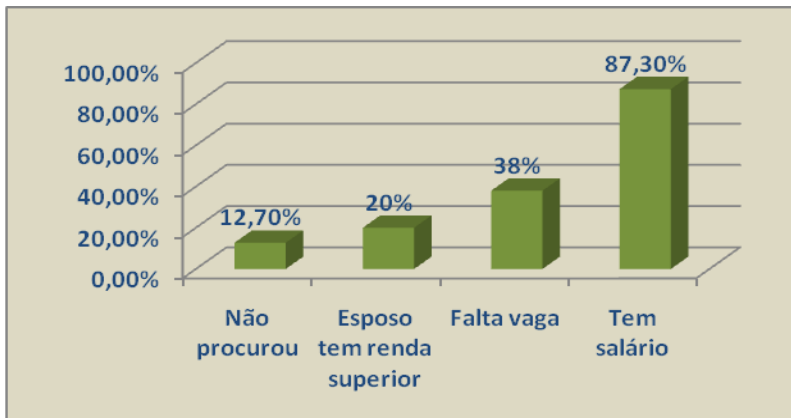


GRÁFICO 16 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO MOTIVOS DO NÃO CADASTRAMENTO ÚNICO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



Quanto ao local da moradia, 98% das famílias moram no bairro Cristo Redentor, pois Colônia é uma zona do Bairro Cristo Redentor e apenas uma família, mora em outro bairro: Álvaro Weyne, sendo que 94,5% moram no bairro há mais de cinco anos, 3,6% no intervalo de 1 a 2 anos e 1,8% há menos de um ano.

TABELA 23 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO BAIRRO, COR E ESTADO CIVIL, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

BAIRRO	Nº.	%
Cristo Redentor	41	74
Colônia	13	24
Álvaro Weyne	1	2
Total	55	100
COR	Nº	%
Branca	11	20,0
Preta	6	10,9
Parda	36	65,5
Amarela	1	1,8
Indígena	1	1,8
Total	55	100%
ESTADO CIVIL	Nº	%
Casado	19	34,5
União estável	17	30,9
Solteiro	10	18,2
Viúvo	9	16,4
TOTAL	55	100,0

Quanto à cor dos entrevistados¹⁸ o que predominou em relação à

¹⁸ Seguindo nomenclatura usada na Pesquisa do IBGE.

autoclassificação foi a cor parda (65,5%), em seguida a branca com 20%, preta com 10,9%, Amarelo com um e Indígena com um (Tabela 24). Quanto ao estado civil, a maioria (34,5%) são casados, enquanto 30,9% mantém união estável (Tabela 24).

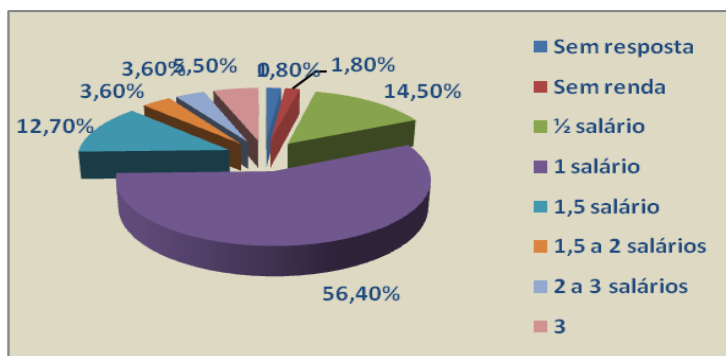
Quando questionados os representantes das famílias sobre quem é o chefe da família, mesmo a maioria sendo mulheres, 50,9% reconhecem o pai, enquanto 29,1% indicaram ser a mãe a ocupante desta posição, enquanto o restante de 20% incluem os avôs ou tios, mesmo sendo representados pela maioria feminina.

O nível de pobreza é retratado pelo nível de renda familiar, pois 74,5% das famílias declaram viver com menos ou igual a um salário mínimo/mês (Tabela 24, gráfico 17).

TABELA 24 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO RENDA FAMILIAR, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

RENDA	Nº.	%
Nenhum	1	1,8
½ salário	8	14,5
1 salário	31	56,4
1,5 salário	7	12,7
1,5 a 2 salários	2	3,6
2 a 3 salários	2	3,6
3	2	5,5
Sem resposta	1	1,8
TOTAL	55	100,0

GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO RENDA FAMILIAR, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



Santos (1979) considera que a pobreza é gerada pela opção que a sociedade determina para o desenvolvimento econômico e social. Por comportar idéias de

recursos, necessidades e escassez, jamais poderia ser compreendida como noção estática e de igual significado em toda a parte. A partir dessa compreensão sobre o conceito da pobreza, Santos (1979, p. 9–10)) sugere que:

[...] a medida de pobreza é dada, antes de mais nada, pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria. É inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões – agora e no futuro – são definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais e peculiares a cada país.

O Atlas da exclusão social no Brasil de 2000 mostra que dos 5.507 municípios brasileiros, apenas 200 apresentam padrão de vida adequado. “Com base nos dados coletados, o Atlas aponta que 42% dos municípios brasileiros (o equivalente a 21% da população brasileira) estão em situação de exclusão social” (UNIVERSIA, 2003). A pesquisa mostra os fatores da exclusão que se apresentam atualmente:

Após um período recente de melhora (1960 a 1980), a taxa de exclusão social no Brasil voltou a crescer entre 1980 e 2000. E, aliada à ‘velha’ exclusão, decorrente basicamente da falta de escolaridade e analfabetismo, que não foi sanada, pioraram os indicadores que leva à ‘nova’ exclusão¹⁶, em especial o desemprego e a violência (POCHMANN, 2003).

Salienta-se o conceito de exclusão social, trabalhado por Rolnik (1999, p. 101):

Este conceito – que relaciona a acumulação de deficiências de várias ordens à vulnerabilidade – tem sido progressivamente utilizado em políticas públicas e pode ser entendido como a negação (ou o desrespeito) dos direitos que garantem ao cidadão um padrão mínimo de vida, assim como a participação em redes de instituições sociais e profissionais.

A exclusão social está sempre presente quando os indivíduos e grupos não conseguem ter acesso ou beneficiar-se das possibilidades oferecidas pelas sociedades. A noção de exclusão considera não só a falta de acesso a bens e serviços, mas também a falta da garantia dos direitos sociais e os aspectos materiais. Portanto, significa a ausência da satisfação de necessidades básicas, como também a ausência de acesso à segurança, justiça, cidadania e representação política. A exclusão e pobreza caminham juntas, e hoje se verifica que há o empobrecimento de grande parte da população brasileira.

Em relação à renda 1,8% dos entrevistados vive sem nenhuma renda; 56,4% tem a renda de 01(um) salário mínimo; seguido de 14,5% que sobrevivem com ½ salário mínimo; 12,7% vivem com 1,5 salário; 3,6% vivem com 2 a 3 salários 5,5%

vivem com 3 a 4 salários e. Nenhuma das famílias pesquisadas recebe mais que o intervalo 4 a 5 salários (Gráfico 17).

Quando questionadas se recebiam o benefício da Bolsa Família, 55% dos familiares disseram que não recebem o benefício, 9% recebem no intervalo de R\$ 40,00 a R\$ 60,00 reais; 18% no intervalo de R\$ 70,00 a R\$ 106,00 e 18% recebe no intervalo de R\$ 112,00 a R\$142,00 reais (Tabela 25).

O benefício é para incrementar a renda familiar, para ter o poder de subsidiar e as necessidades e melhorando assim a qualidade de vida das famílias. Contudo se faz necessário criar/ampliar programas de capacitação profissional para emancipação das mesmas. O benefício é recebido diretamente em uma conta bancaria em nome da mãe e os dados indicam que muito tem contribuído para garantia da segurança alimentar.

TABELA 25 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE RECEBEM O BENEFÍCIO BOLSA FAMÍLIA, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

BENEFÍCIO	Nº	%
Não recebe	30	55
40,00 a 60,00	5	9
70,00 a 106,00	10	18
112,00 a 142,00	10	18

Quanto à quantidade de filhos por ocasião da pesquisa foi constatado que 14% tem apenas um filho; 33% para o item dois filhos; para a resposta três filhos ficou 22%; para o item quatro filhos 16%; cinco filhos, para 4%; seis filhos 7% e para sete filhos 4%. (Tabela 26).

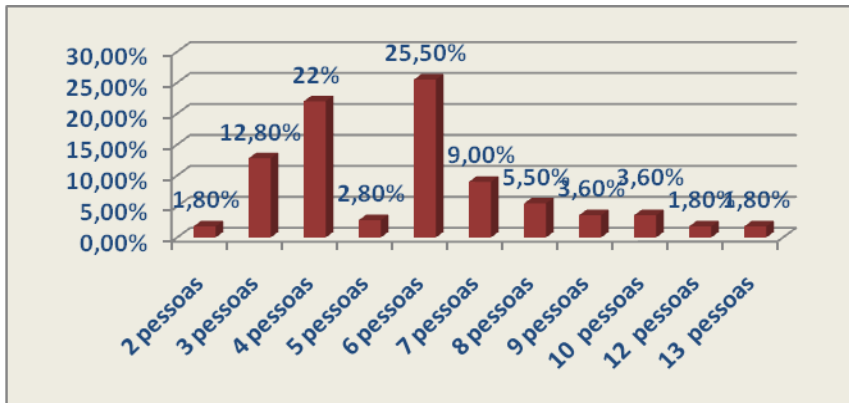
TABELA 26 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

NÚMERO DE FILHOS	Nº.	%
1	8	14
2	18	33
3	12	22
4	9	16
5	2	4
6	4	7
7	2	4
Total	55	100

Em relação à quantidade de pessoas que residem por domicílio o maior índice

ficou em 25,5% com seis pessoas, como mostra o gráfico 18:

GRÁFICO 18 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS QUE RESIDEM POR DOMICÍLIO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



O índice de vulnerabilidades nas famílias tem maior incidência nos itens: hipertensão com 29,1%; alcoolismo com 18,2%; depressão com 12,7%; conflito com a lei com 7,3%; drogadição com 7,3% e pessoas com deficiência 3,6%. Vê-se que a predominância está no índice de hipertensão, seguido do alcoolismo e depressão. É necessário, portanto, que se façam políticas públicas para melhor atender tais vulnerabilidades tão presentes nas populações mais pobres (Tabela 27).

TABELA 27 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO FATORES DE VULNERABILIDADE, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

VULNERABILIDADE	Nº.	%
Hipertensão	16	29,1
Alcoolismo	10	18,2
Depressão	7	12,7
Conflito com a Lei	4	7,3
Pessoas com deficiência	2	3,6
Drogadição	4	7,3
Violência Física	2	3,6
Em conflito com a lei	4	7,3
Cardíaco	3	5,5
Diabético	5	9,1
Uso de medicação	8	14,5
Alérgico	3	5,5
Nenhuma vulnerabilidade	17	30,8
Outros	7	12,6
Não respondeu	5	9,1

Quanto à religião, houve predomínio da religião católica para os

representantes das famílias 83,6%, enquanto que para os participantes do Projeto ABC foi de 57%. Porém a religião evangélica para os familiares apresenta-se com 10,9% enquanto para os participantes do Projeto ABC foi de 39%, havendo uma grande diferença entre familiares e participantes. Sem crença, os “ditos” ateus se apresentou com um percentual de 1,8%; Cristão sem igreja, 1,8%, e no item outros, 1,8%, dos participantes (Ver tabela 28).

TABELA 28 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO A RELIGIÃO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

RELIGIÃO	Nº.	%
Católica	46	83,6
Evangélica	6	10,9
Sem crença	1	1,8
Cristão sem Igreja	1	1,8
Outros	1	1,8
Total	55	100,0

Segundo os pesquisados, 98,2% as famílias residem em casas e apenas 1,8% em apartamentos. Quanto à situação da moradia 76,4% moram em casa própria, 14,5% em casa alugada e 9,1% em casa cedida. A água utilizada nos domicílios 98,2% é da rede pública de abastecimento de água: CAGECE e 3,6% de Poço profundo (Tabela 29).

TABELA 29– DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO A TIPO DE RESIDÊNCIA, CONDIÇÃO DE MORADIA, ORIGEM DA ÁGUA, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

TIPO DE RESIDÊNCIA	Nº.	%
Casa	54	98,2
Apartamento	1	1,8
CONDIÇÃO DE MORADIA		
Própria	42	76,4
Alugada	8	14,5
Cedida	5	9,1
ORIGEM DA ÁGUA		
CAGECE	54	98,2
Poço	2	1,8
BENS DE CONSUMO		
Televisão	54	98,2
Fogão a gás	53	96,4
Liquidificador	51	92,7
Geladeira	49	89,1
DVD	44	80,0
Celular	43	78,2
Microondas	1	1,8
Telefone	18	32,7

Quando questionados sobre os bens de consumo, televisão, fogão, geladeira e liquidificador foram os bens mais apontados; o uso do celular também alcança um percentual expressivo (78,2%), pois segundo os familiares o celular não tem taxa de assinatura e fica mais fácil administrar a conta (Tabela 29).

Sobre a informação de como a família tomou conhecimento do Projeto ABC, 40% falaram que foi através de vizinhos; 36,4% através de familiares; a escola representou apenas 10,9%; o próprio ABC com 7,3% e meios de comunicação com 5,5%.

Dentre as famílias pesquisadas, 63,6% têm apenas um filho participando das atividades do Projeto ABC; 27,3% têm dois filhos; 7,3% tem três filhos; 1,8% tem quatro filhos. A maioria das crianças ingressa no Projeto ABC na faixa etária de 6 a 11 anos (83,7%); e permanecem no projeto na média de um a dois anos (Tabela 30).

TABELA 30 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS SEGUNDO A QUANTIDADE DE FILHOS PARTICIPANTES DO PROJETO ABC, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

QUANTIDADE DE FILHOS	Nº.	%
1	35	63,6
2	15	27,3
3	4	7,3
4	1	1,8
FAIXA ETÁRIA		
6-8 anos	26	47,3
9-11 anos	20	36,4
12-14 anos	7	12,7
15-18 anos	2	3,6
TEMPO DE FREQUÊNCIA		
1-2 anos	31	56,4
3-4 anos	16	29,1
Outros	8	14,5

Os familiares entrevistados consideram como pontos negativos do Projeto ABC, entre outros, a violência na circunvizinhança dado a falta de iluminação pública e um prédio desativado, onde outrora funcionava uma creche, na entrada do Projeto ABC e que atualmente se encontra ocupado por famílias. Segundo os entrevistados, o terreno baldio é frequentado por vândalos e usuários de drogas dificultando a

passagem dos alunos, como também apontaram a violência dentro do próprio ABC, entre os próprios participantes. E percebem ainda que o tempo dispensado às atividades é limitado para um maior desenvolvimento dos filhos.

TABELA 31 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO OS PONTOS NEGATIVOS DO PROJETO ABC, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

Pontos negativos do Projeto ABC na visão das famílias	Nº.	%
Nenhum ponto Negativo	17	30,9
Monitores grosseiros	03	5,4
Recepção	01	1,8

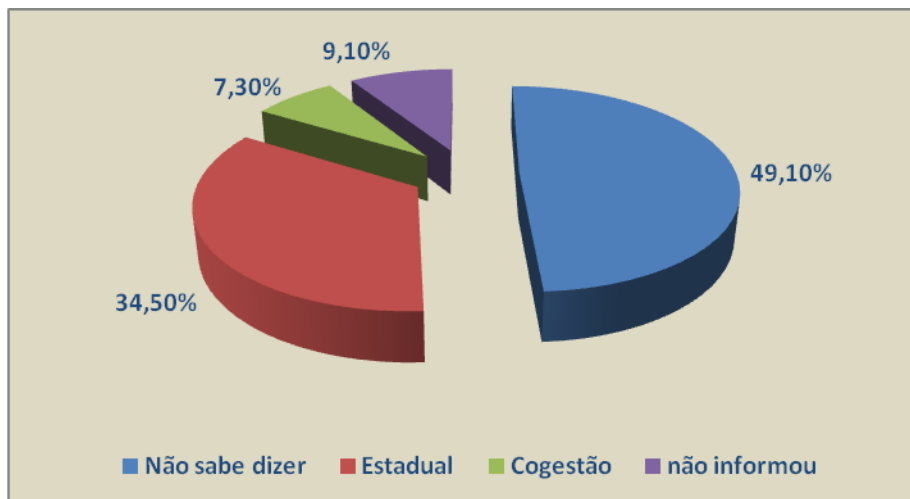
TABELA 31 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO OS PONTOS NEGATIVOS DO PROJETO ABC, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

Pontos negativos do Projeto ABC na visão das famílias	Nº.	%
Nenhum ponto Negativo	17	30,9
Monitores grosseiros	03	5,4
Recepção	01	1,8
Infraestrutura precária	04	7,3
Violência na circunvizinhança	06	10,9
Violência entre alunos	05	9,1
Poucos monitores para quantidade de alunos	03	5,4
Alimentação	03	5,4
Os jovens se acomodam	03	5,4
Poucas atividades e o tempo curto para atividades	07	12,7

Os pais precisam trabalhar para compor a renda, entretanto ressentem-se por falta de creches que funcionem na proximidade de suas residências visto que o Projeto ABC só recebe crianças a partir de seis anos de idade.

Sobre o conhecimento dos familiares quanto ao sistema de gestão do projeto ABC, a grande maioria, 49,1%, não soube responder e 34,50% afirmaram ser estadual o que evidencia um alto grau de desinformação a respeito deste item.

GRÁFICO 19 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO O SISTEMA DE GESTÃO DO PROJETO ABC, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



Constatou-se também a falta de informação em relação ao nome da ONG, pois 96,4%, afirmou não saber quem gerencia o Projeto ABC, apesar da existência do nome da organização na fachada do prédio.

A participação da família se efetiva com a presença de 76,4% em reuniões de pais e mestres; 41,8% em festas, 21,8% em palestras; 7,3% em cursos, no Projeto ABC e 16,4% declararam não participar de atividade alguma. Quanto à participação em associações, 80% afirmaram não participar de nenhuma forma associativista, enquanto 20% responderam afirmativamente.

Portanto, no tocante à participação em grupos, organizações e movimentos, pode-se ver que é muito baixa, dificultando assim a mobilização para melhorar a qualidade das atividades do projeto. Existe, portanto, conforme o depoimento à do Representante 1/CCCR existe a necessidade de um trabalho mais aprofundado com as famílias participantes do Projeto ABC.

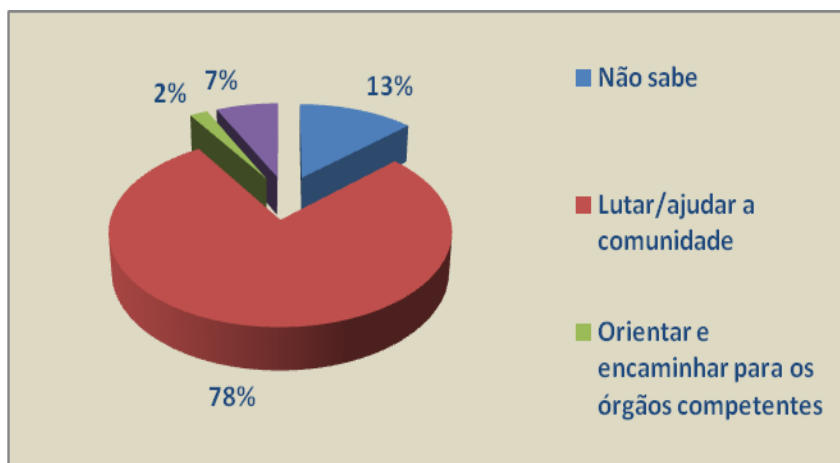
[...] o trabalho com as famílias se restringe a reuniões e ainda é ineficiente, ainda é muito falho, a reunião já é um passo, mais ainda deveria ser mais aprofundado, como por exemplo, passar algum filme que tematizasse essa questão da família depois fizesse uma reflexão, levasse as famílias a pensar nestas questões de relacionamento com os filhos, relacionamento conjugal, então isso infelizmente não tem (Entrevista Representante 1/CCCR, 2009).

TABELA 32 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO TIPOS DE CONTATO COM O PROJETO ABC, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.

COMO PARTICIPA	Nº.	%
Em reuniões	42	76,4
Em festas	23	41,80
Em palestras	12	21,80
Em cursos	4	7,30
Não participa	9	16,40
PARTICIPAÇÃO		
Participam de Associações	11	20,00
Não participam	44	80,00
Total	55	100,00

Constata-se que existe um conhecimento por parte dos representantes das famílias em relação ao papel de uma associação, contudo, quando questionados, não demonstram conhecimento da importância em relação a auto-participação, mas designam a outrem a responsabilidade pela melhoria de suas vidas, pois não se sentem protagonistas de suas histórias.

GRÁFICO 20 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMILIARES SEGUNDO CONHECIMENTO DO PAPEL DA ASSOCIAÇÃO, PIRAMBU – FORTALEZA – CE, JULHO/OUTUBRO/2009.



Em relação à indagação sobre quem contribuiu com a vinda do Projeto ABC para o bairro do Pirambu e se o mesmo contribuiu com alguma mudança para as famílias, os entrevistados responderam que reconhecem o trabalho desenvolvido pelo Padre Caetano, fundador do Centro Comunitário Cristo Redentor, entidade gestora do Projeto ABC, pois foi ativo e teve uma caminhada junto a população pobre, continuamente buscando melhoria para o bairro, implantando o Projeto ABC

para melhor atender crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Quanto à importância do Projeto ABC as famílias reconhecem-no como um equipamento essencial ao desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens, pois dizem que desta forma elas ficam ocupadas positivamente e contribuem para a melhoria das famílias, ao procurar capacitá-las.

3.5.4 Pesquisa com Representantes do Centro Comunitário Cristo Redentor

Com a chegada do Pe. Caetano Minette de Tillesse ao Pirambu, o mesmo organizou algumas lideranças e juntos criaram uma organização privada sem fins lucrativos que os representassem juridicamente, o Centro Comunitário Cristo Redentor criado em 14/03/1969.

Reza no estatuto do Centro Comunitário Cristo Redentor¹⁹ o objetivo geral: Organizar os moradores do bairro Pirambu e circunvizinhos com vista à defesa de seus interesses e reivindicação na execução de medidas que lhes assegure a satisfação de suas necessidades fundamentais de modo a garantir uma melhor qualidade de vida, com desenvolvimento integral da pessoa humana.

A Pesquisa foi realizada com quatro representantes do Centro Comunitário. Todos os participantes são moradores do bairro Pirambu. O Representante nº 2 do CCCR, por ocasião da entrevista faz uma retrospectiva do início dos trabalhos e de seu engajamento no trabalho comunitário:

Quando a esposa passou a frequentar grupos de renovação carismática, e começou a acompanhar e a coordenar um grupo de idosos, quando, eu já estava aposentado, a partir daí começou o meu engajamento, participando de reuniões. Daí partiu o convite do ex- diretor de zona Sr. Francisco de Colônia para participar do Conselho aí o pau troou (risos).

O Centro foi fundado em 1969. O Centro Comunitário por seus estatutos a finalidade é não discriminar nenhuma religião, raça e promover o homem para a sociedade. Nós temos duas creches com 150 crianças de 2 à 6 anos; Coordena os projetos jovens protagonistas, projetos com as grávidas coordenam os projetos com o nosso potencial com a estrutura do Centro, e a gente põem é quem e bota prá frente os projetos.

¹⁹ Encontra-se situado a Rua Grito de Alerta, 136, Cristo Redentor, Fortaleza-Ceará. CEP. 60.332.070.

Atualmente trabalhamos engajados diretamente com as pastorais. Todos os equipamentos são utilizados pelas pastorais juntamente com o presidente Padre Caetano Minette de Tillese que está com 84 anos e se encontra acamado estando respondendo pelo Centro o Padre José Edison Coelho dos Santos (Entrevista com o representante 2/CCCR, 2009).

O Centro Comunitário Cristo Redentor - CCCR é uma entidade atuante, pois desde os anos 1960 luta por construções de escolas, centros sociais, conjunto habitacional, entre outros benefícios.

Os representantes do CCCR entrevistados foram quatro, e estão na faixa etária entre 45 e 69 anos, tendo como formação: um representante com ensino fundamental incompleto e quatro representantes tendo concluído o curso de especialização.

O representante 1/CCCR, tem uma visão politizada dos direitos e deveres dos cidadãos, mostrando que existe a necessidade de uma atitude/participação junto aos órgãos públicos, para a conquista dos mesmos:

[...] às vezes ficamos reclamando, lamentando que falta oportunidade que não tem emprego, mas também a gente não toma uma atitude de ir até os órgãos públicos, que é mais difícil eles virem até nós, então nós temos que ir lá e mostrar as necessidades da comunidade através de um projeto e exigir, não é pedir não, é exigir, para ver se ajuda ao jovens se tornar um adulto tendo já um trabalho, uma profissão, daí, uma das importâncias que eu percebo no ABC como um projeto social, preparar o jovem para inserir no mercado de trabalho (Entrevista Representante 1/CCCR, 2009).

Os avanços hoje previstos nas leis, ainda estão no espaço do 'Dever Ser', porém se constata na prática conforme entrevista com o Representante 1/CCCR que necessário se faz buscar alternativas/soluções nos órgãos competentes para inclusão dos jovens no mundo do trabalho.

3.5.5 Pesquisa com Representantes da STDS

Por ocasião da pesquisa com os técnicos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) foi solicitada uma entrevista com a Sra. Secretária, porém foram frustradas todas as tentativas, tendo sido disponibilizado o roteiro de entrevista para a mesma, que respondeu de uma forma impessoal. Também não foi possível entrevistar a coordenadora da Coordenadoria de Proteção Social Básica, pois todas as vezes que a pesquisadora agendou a entrevista com a mesma,

chegando ao local não havia a disponibilidade de tempo. Contudo, com os demais técnicos foi possível realizar as entrevistas como o planejado.

A entrevista foi realizada com cinco técnicos da STDS, que se encontram na faixa etária de 45 a 55 anos e que residem em bairros como Dionísio Torres, Itaperi, Meireles e Parque Araxá, que são bairros possuidores de IDH maiores que o do Pirambu. Tais entrevistados tem o curso de especialização, um tem mestrado e outro está em fase de conclusão.

Constatou-se por ocasião da entrevista com o Técnico 4/STDS, que o Projeto ABC tem relevância social por atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, porém não existe um acompanhamento mais próximo por parte da coordenação do fundo financiador.

No caso do ABC ele foi aprovado sem nenhum problema porque ele está dentro dos critérios, ele se volta para os mais pobres, ele atende a uma clientela em situação de vulnerabilidade no caso crianças e adolescentes, mas na verdade o processo de cogestão nós não acompanhamos, isso se dá no âmbito das coordenações (Entrevista Técnico 4/STDS, 2009).

O Técnico 3/STDS quando entrevistado mostrou uma maior preocupação em economizar os recursos do Estado do que com os direitos dos trabalhadores do Projeto ABC, sem se preocupar com os direitos trabalhistas já garantidos em lei. É preocupante esta atitude bem como as alternativas encontradas pelos técnicos do Estado, principalmente em se tratando de uma Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, que tem como um dos seus maiores objetivos trabalhar a inclusão social e no mercado de trabalho.

Que na verdade como é um convênio não deveria existir vínculo deveria ser formalizado um contrato temporário de doze meses, e com doze meses e em janeiro se renovaria o que quer dizer isso? Por quê? O que significa isso? Uma economia de recurso para a secretaria, para o Estado, porque isso aconteceria? Por quê? Quando você faz um contrato temporário com um convênio que tem começo meio e fim, ele fica sem a obrigatoriedade de pagar a rescisão isso implica uma monta de dinheiro muito grande e esse detalhe aí esta sendo estudado que ai de repente as pessoas ficam gerando vínculo, vai passando um ano tem gente que já tem dez, quinze anos de ABC, na realidade não era para existir não, já que é um convênio, a pessoa só era para trabalhar naquele período de janeiro certo? (Entrevista - Técnico 3/STDS, 2009).

[...] o financiador do recurso do projeto ABC é o FECOP, aí sim vai ter uma lei específica que vai dizer o que é o FECOP que é o aumento de dois pontos percentuais como no cigarro, embarcações, água, energia elétrica,

telefonias, embarcações eu já falei, aeronaves, essas coisas assim, deu um acréscimo e todo esse acréscimo vai ser reinvestido em prol no combate a pobreza e que o término dele, será agora em dezembro de 2010, mas com certeza com a evolução dos valores o estado não tem condições de ficar sem esses recursos e ele será aprovado (Entrevista - Técnico 3/STDS, 2009).

Por ocasião da entrevista foi perguntado ao Técnico financeiro se existe uma discussão com as equipes: equipe financeira, a equipe técnica e a equipe de execução, ao que ele respondeu que:

Não, não, nós nunca sentamos não, nós nunca tivemos esta oportunidade não. Nós sabemos os valores financeiros e tal, essas coisas chegam para nós. Nós militamos mais na área financeira, então a gente se apropria mais das informações financeira do que desses documentos, até mesmo por falta de interesse da gente, não sei dizer. (Entrevista - Técnico 3/STDS, 2009).

Foi possível perceber que não existe um trabalho intersetorial, o que dificulta a dinâmica do trabalho de cogestão, pois não existe um termômetro de avaliação, cada setor trabalha isoladamente, possivelmente pelo acúmulo de trabalho, contudo as tomadas de decisões ficam fragilizadas por falta de conhecimento do todo.

Como se vê, os avanços previstos na legislação da Política de Assistência Social ainda precisam ser efetivados na execução, pois ficou perceptível como o sentimento e a lógica do Estado Mínimo estão presentes nas ações de quem trabalha com os recursos financeiros. Todavia pode-se perceber que participantes e sociedade reconhece o relevante serviço prestado a comunidade pelo Projeto ABC Pirambu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver esta dissertação 'Projeto ABC Pirambu em foco: avaliação da política de cogestão do governo do Estado do Ceará' foi muito prazeroso e desafiador. Tanto no que se refere ao fato de tratar com temas tão fortes e ao mesmo tempo tão frágeis, a necessidade de rigor conceitual, de aliar a teoria e a prática a partir da aplicação dos questionários e entrevistas. Em contrapartida, viu-se o sonho realizado, o ambiente acadêmico, um semeador de conhecimentos, a presença dos amigos mestrandos, a necessidade de descortinar o assunto em pauta, todos esses fatores foram motivos propulsores para a conclusão do mestrado.

A dissertação teve como objetivo geral avaliar a política de cogestão entre a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), do governo do Estado do Ceará e a Organização Privada Sem Fins Lucrativos Centro Comunitário Cristo Redentor, na execução do projeto: Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação, junto ao Projeto ABC, situado no bairro Pirambu, na cidade de Fortaleza-CE, no ano de 2009. Nesse sentido, foram definidos os objetivos específicos: 01 - Reconstruir em texto a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil. 02 - Investigar se o processo de cogestão STDS/ONGs estava observando as prerrogativas (Pertinência; Coerência Política/Técnica/Financeiro; Legitimidade Social) de uma Política Pública; 03 - Analisar como o Centro Comunitário Cristo Redentor, responsável pela gestão do ABC Pirambu, vem se estruturando para responder a parceria na execução da política de assistência social do governo do Estado do Ceará.

Tentou-se refletir sobre uma série de condicionantes que influenciam diretamente as instâncias, governo estadual e organização não governamental, especialmente para destacar articuladamente as formas de organização com as de mobilização. Buscou-se, ainda, mapear os principais obstáculos e dificuldades para o desenvolvimento da política de cogestão.

A política de cogestão com o Projeto ABC se deu a partir da experiência exitosa de coordenação participativa desenvolvida com o programa de Creches Comunitárias em 1988, experiência esta entre a LBA e as entidades privadas sem

fins lucrativos.

Sobre o percurso metodológico, salienta-se que muito mais do que apresentar um estudo de caso aprofundado da política de cogestão se quis trabalhar com algumas técnicas de levantamento de dados e de pesquisa voltadas para a temática em apreço. A opção metodológica valeu-se de uma pesquisa quantitativa/qualitativa e participativa, que se mostrou, mais do que necessária, fundamental. É uma opção que, como se pode observar, baseados em outros trabalhos cujos objetos de pesquisa são semelhantes, vem ganhando em amplitude e significação. Para esta experiência, sobretudo, elas se mostraram muito eficazes.

Em relação ao processo de pertinência, a política de cogestão entre STDS e Centro Comunitário Cristo Redentor atende a este item, pois a mesma está focada na defesa dos direitos e a universalização dos acessos, articulando a proteção social para as crianças e adolescentes, apoio a família no cumprimento de suas funções de cuidado e socialização dos filhos, buscando promover a inclusão social e a superação das vulnerabilidades, e a mesma está balizada pela política de assistência social.

Quanto ao aspecto da coerência política, teve-se como principal questão a compreensão do processo da política de cogestão, que se dá por meio de concurso público, processo esse democrático, pois possibilita a participação de todas as entidades privadas sem fins lucrativos. O concurso passa por duas etapas: primeiro a aprovação da legalidade (documentos atualizados) e a legitimidade que é observada nas atividades, relatórios e se a comunidade a reconhece como legítima, segundo a aprovação do projeto social.

Em vista ao processo técnico/financeiro, pode-se detectar nas entrevistas realizadas com os representantes do Centro Comunitário Cristo Redentor, que as visitas técnicas para assessoramento são poucas. Ante o exposto, a capacitação para o gerenciamento que deveria ser uma atividade contínua torna-se uma atividade pontual. No tocante a coerência financeira, tanto alunos, famílias, quanto monitores disseram ser suficiente. Acredita-se que são tantas as suas carências que o pouco que lhes é oferecido é motivo de agradecimento. Mas no entendimento dos representantes da STDS e do Centro Comunitário Cristo Redentor esses recursos

são insuficientes devido ao atendimento dos objetivos a que o Projeto ABC se propõe. Como a dissertação apontou, o repasse dos recursos financeiros para o ano de 2009, se deu por meio de cinco aditivos ao convênio número 17/2008, sendo que o edital reza que a duração do convênio tem o prazo de um ano.

Constatou-se, segundo seus representantes, por ocasião das entrevistas, que a entidade Centro Comunitário Cristo Redentor que executa o Projeto ABC Pirambu, passou por um concurso de projetos sociais junto a STDS, na categoria de contribuição corrente. A entidade vem se estruturando a partir da capacitação da equipe para desenvolvimento das atividades junto às crianças e adolescentes e elaboração de projetos sociais, para que a mesma garanta a sustentabilidade dos projetos já implantados e de novos projetos a serem implantados. Ademais busca atender aos objetivos do projeto: firmar parcerias que garantam a execução financeira e também com entidades e clubes para torneios esportivos e culturais; além de providenciar sistematicamente a manutenção da estrutura física.

As políticas públicas têm um grande aparato legal como: a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente de 1990, a Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, A Política Nacional de Assistência Social de 2004, sendo que em 2005 a STDS iniciou o concurso público de projetos sociais; contudo, a democratização das ações é um aprendizado constante por parte dos diversos atores sociais.

O Centro Comunitário Cristo Redentor, fundado em 14/03/1969, tem se estabelecido no bairro do Pirambu como uma entidade que tem a documentação completa (Princípio da legalidade) para realizar convênios e contratos junto aos entes federal, estadual e municipal. É reconhecido pela comunidade como atuante (Princípio da legitimidade), tem tido grandes conquistas, avanços, possibilidades e recuos, na percepção dos seus representantes, e é reconhecido pelas famílias, alunos e monitores, na execução do Projeto ABC, como uma entidade competente.

A proteção social básica (Atividades desenvolvidas no Projeto ABC) é dever do município, conforme está preconizado na LOAS, portanto o Estado está em fase de repasse das atividades para o Município e/ou transformando a vocação dos ABCs. É importante que seja percebido o real papel do ABC, pois a pesquisa

constatou que do ponto de vista da relação custo/benefícios é vantajoso para o Estado, pois inclui socialmente as crianças e adolescentes na família, na comunidade e no mercado de trabalho. Sendo o objetivo da cogestão CCCR/Estado a divisão de responsabilidades o CCCR busca parcerias, minimizando assim os custos para o Estado.

Como primeiro resultado da pesquisa, tem-se que 88% dos participantes afirmaram que o projeto foi o propulsor de suas existências, gerando uma melhor qualidade de vida, promovendo a capacitação para o mundo do trabalho e uma melhor convivência na família, na comunidade e na sociedade.

Das conversas informais com o coordenador pedagógico do CCCR soube-se que a entidade considera que existe no bairro Pirambu uma grande quantidade de crianças fora da faixa etária na escola e com dificuldade na escrita e na leitura, assim sendo o Projeto ABC Pirambu intensificou as atividades nas salas de incentivo a escolaridade e acrescentou duas salas de alfabetização.

Constatou-se um quadro geral de pobreza entre os participantes do projeto em foco que é retratado pelo nível de renda familiar baixo para sustentação da família. Há famílias numerosas, sendo que 74,5 % das famílias da amostra vivem com renda igual ou inferior a um salário mínimo, deixando em situação de vulnerabilidade crianças e adolescentes que estão expostos aos apelos, de um consumo desenfreado veiculado pela mídia.

Segundo os depoimentos colhidos durante a pesquisa com os representantes do CCCR, com os familiares, mesmo no momento de observação da pesquisadora e por ocasião da mobilização para aplicação do questionário, percebeu-se que as ações desenvolvidas com as famílias são fragilizadas, pois um aspecto relevante detectado foi a falta de contratação de profissionais para desenvolver um trabalho junto às famílias.

Constatou-se, por ocasião da pesquisa, que existem algumas parcerias do Projeto ABC Pirambu com as escolas vizinhas, com o SESC com o projeto Amigo do Prato, com o comércio local e em especial com o supermercado O Zenão, a Prefeitura de Fortaleza e o Estado.

Durante visita ao Projeto ABC foram detectados vários problemas na sua infra-estrutura, como a falta de uma parede ou colocação de toldos na quadra de esportes, para que a mesma possa ser utilizada nos dias chuvosos. Adentram-se determinadas salas passando por dentro de outras; os banheiros existentes são pequenos e a quantidade é insuficiente para o número de alunos; a cozinha é muito pequena para o volume de refeições/dia; e não há armários para acondicionar material e alimentação. Contudo foi percebido que o prédio está pintado e relativamente limpo.

Os recursos financeiros para a manutenção e reforma do prédio, de cem reais mensais, são insuficientes (ver planilha financeira em anexo) e sabe-se que quem realmente sai prejudicado no atendimento é a população atendida pelo projeto.

No processo de observação presenciou-se o sentimento de poder dos representantes da STDS, enquanto observou-se o sentimento de dependência dos representantes do CCCR.

A percepção dos recursos financeiros por parte dos alunos ficou comprometida dada a faixa etária dos mesmos, pois possivelmente não detém o conhecimento/ entendimento econômico embasado no custo/benefício. Ainda têm no Projeto ABC uma estrutura física, material e de recursos humanos superior ao que têm em suas residências e, assim sendo, ficam sem parâmetros para avaliação no que se refere a recursos.

Constatou-se a falta de conhecimento sobre quem coordena o projeto. Foi baixíssimo o índice de conhecimento do nome da ONG que gerencia o Projeto ABC, mesmo encontrando-se o mesmo estampado na fachada do prédio, sendo que 49,1% dos alunos e 53% dos familiares desconhecem o nome da ONG. Para haver articulação, mobilização e reivindicação, as famílias necessitam do conhecimento básico, no entanto não sabem nem mesmo o nome da ONG que gerencia o Projeto, que é dito e reconhecido como muito bom.

À guisa de conclusão, salienta-se que dentre as constatações a que se chegou uma é sobre a importância da ONG e seus representantes encontrarem-se no mesmo bairro do Projeto ABC, pois vivenciam as mesmas dificuldades e os mesmos anseios, facilitando assim o conhecimento das necessidades das crianças

e adolescentes, podendo assim adequar a programação das atividades para realização de um melhor atendimento.

Percebe-se que não existe 'um sentar a mesa' dos representantes da STDS e representantes da ONG para tomadas de decisão, para o planejamento financeiro e não somente o planejamento pedagógico, para que o CCCR não seja somente executor do projeto. Pois mesmo ciente da cultura do patrimonialismo, coronelismo, assistencialismo, se faz necessário constituir mecanismos que tornem a política de cogestão cada vez mais eficaz e condizente com as demandas do público a que se destina. Todavia, essa sempre sofrerá a influência da diferença de posições, motivações e intenções dos atores envolvidos.

Finalmente, conclui-se que o desafio da cogestão está posto, porém necessário se faz descobrir novos caminhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, Maria José; Ander-Egg, Ezequiel; tradução de Jaime A. Ccasen e Lúcia Mathilde E. Orth. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ALA-HARJA, Marjukka. HELGASON, Sigurdur. Revista do Serviço público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública. *In: Em direção às melhores práticas de avaliação* v.1.n.1(Nov.1937) – Ano 51. n.4(out-Dez/2000): Brasília. 2000.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber, 2008.
- ANGELIM. Cláudio Fontenelle. Assistência Social: uma questão de cidadania. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 22-30, jan./jul. 2002.
- BANDEIRA, Robson Torres. SILVA NETA, Maria Enésia da. **Virgílio x Tasso: o mudancismo no Ceará**. 2008.
- BAUER, Martin W. & GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOBBIO, Nobert. **O futuro da democracia, uma defesa das regras do jogo**. 6.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOULMETIS, John e Phyllis Dutwin. **The ABCs of evaluation: timeless techniques for program and project managers**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- BRASIL. **Constituição Federativa**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social** n.º 8.742 de 7/12/1993. Brasília: Senado, 1996.
- BRASIL. **Emenda Constitucional Nº.31**.Brasília: Senado Federal,14 dez.2001.
- BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: um sistema em construção**. Brasília: MDS, 2003.
- BRASIL. Caderno de Texto. **Assistência social como política de inclusão: uma nova agenda para cidadania**. IV Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2003.
- BRASIL. **Norma operacional básica**. Brasília: MDS, 2005.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Rede SUAS. **Gestão do Sistema de Informações para o SUAS**. Brasília: MDS, 2007.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Economic Reforms and the Cycles of the State: World Development. **Revista de Economia Política**, São Paulo: 1989.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMARGO, José Márcio. **Política Social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos**. São Paulo em perspectiva, 18(2), 2004. Consulta on-line em 03/03/2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2007.

CAVALCANTE, Ligia Eugenia. Dissertação do grau de Mestrado: **Para onde sopram os ventos. Pirambu: memória e identidade social**. UFRJ/UFC, Rio de Janeiro, 2000.

CEARÁ. Secretaria da Ação Social/Controladoria Interna. **Inspeção nas unidades do Projeto Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação: 18 ABC's e 02 Circos Escola**. Março/2005.

CEARÁ. Secretaria da Ação Social. **Estudo de Avaliação do Programa ABC: Relatório Final**. Fortaleza: 2002.

CEARÁ. **Plano Plurianual**. 2009-2011. SEPLAG, 2009.

CEARÁ. **Lei Nº 13.553**. Autoriza a destinação de Recursos Públicos para entidades do Setor Privado, sem fins lucrativos, a Título de Subvenções Sociais, Contribuições Correntes e Auxílios. De 29.12.04 (D.O. de 29.12.04).

CEARÁ. **Decreto Lei 27.953** de 13/10/2005. Regulamenta a Lei nº 13.553, de 29 de dezembro de 2004, publicada no DOE de 29 de dezembro de 2004, que autoriza a destinação de recursos públicos para entidades do Setor Privado, sem fins lucrativos.

CEARÁ. **Instrução Normativa conjunta SECON/SEFAZ/SEPLAN Nº 01** . Disciplina a celebração de convênios. 27/01/2005. Atende aos arts. 25 e 26 da Lei Complementar Federal nº 101.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

COHEN, Ernesto, Ronaldo Franco. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis. 2. ed. Vozes, 1998.

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. SOUZA, Eduardo Neto Moreira de. Responsabilidade Social: A Contribuição do Terceiro Setor. *In: Responsabilidade Social e sustentabilidade para um mundo melhor*. Volume XI. Universidade Aberta do Nordeste. Fundação Demócrito Rocha. Fortaleza, 2008.

CUNHA, Vanda A. da. SANTOS, Levi A. N. dos. **Sociedade do Conhecimento, Políticas Públicas de Informação e as Bibliotecas Públicas Municipais de Salvador**. Anais: 2005.

DAGNINO, Evelina. Confluência Perversa, Deslocamentos de Sentido, Crise Discursiva. *In*: GRIMSON, Alejandro. **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. São Paulo: Autores Associados, 2006.

DEMO, Pedro. **Política social nas décadas de 60 e 70**. Fortaleza: UFC, 1981.

DEMO, Pedro. **Santo estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitas**. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 451-476, 2005.

DIAS, Maiso. O Terceiro Setor e o desafio da Sustentabilidade. *In*: **Compendio Responsabilidade Social**: a contribuição do Terceiro Setor. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste/Fundação Demócrito Rocha, 2008.

DRAIBE, Sônia Miriam; ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Descentralização das Políticas de Combate a Pobreza**: Observações sobre o Caso Brasileiro. Santiago/Chile: CIEP, 1995.

ESCORSIM, Silvana Maria. A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social *in* **Revista de Espaço Acadêmico**, nº 86, julho de 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 2000.

FREIRE, Roberto de Barros. **Participação política como exercício da cidadania**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

FUCS, José. Por dentro do universo das ONGs. **Revista Época**, nº. 534, Brasil: Globo, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Ana Lúcia. A nova regulamentação da filantropia e o marco legal do terceiro setor. *In*: **Serviço Social & Sociedade**. Nº 61. Ano XX. São Paulo: Cortez, 1999.

HAGUETTE, André. As múltiplas faces do Terceiro Setor *in* Compendio Responsabilidade Social: A contribuição do Terceiro Setor. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste/Fundação Demócrito Rocha, 2008.

HOLANDA, Nilson. **Avaliação de Programas**: Conceitos básicos sobre a avaliação *Ex-post* de programas e projetos. (cf. CRONBACH, 1980 apud ROSSI. 1982, p.4). Ed. ABC. 2006.

HOORNAERT, Eduardo. **A memória do povo cristão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HUERTAS, Franco. **O método PES**: entrevista com Mattus. Tradução Giselda Barroso Sauveur. São Paulo: FUNDAP, 1996.

IBGE. **Mapa de Pobreza e Desigualdade 2003**. Disponível em:< www.ibge.gov.br/lojavirtual/fichatecnica.php?codigoproduto=9073>. Acesso em 21 maio.2009.

IBGE. **Censo 2000**. Disponível em: < www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em 31 ago.2009.

IBGE. **Percentual de entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos nas grandes regiões brasileira, 2006**.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

MAGALHÃES, Rosana. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. *In: Caderno Saúde Pública* vol.18. Rio de Janeiro, 2002.

MARANHÃO, J. **Instituto de Cultura**: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [`<http://www.avozdocidadao.com.br>](http://www.avozdocidadao.com.br). Acesso em: 17 abr.2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MATTOS, Carlos. **Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização alternativa de sobrevivência ou nova utopia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

MAXIMIANO, Aça C.A. **Teoria geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. S. Paulo: Atlas, 2000.

MCLAGAN, Patrícia; NEL, Christo. **A nova era da participação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MONTEIRO, Angela Maria Ferreira *et al.* **Historiando o Pirambu**. Fortaleza: Seriartes, 1999.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; SCHERER, André Luís Forti. Mercados emergentes e novas formas da dependência na América Latina. *In Indicadores econômicos FEE*. Heuser, Emanuel. - v.30, n.1, p.49-73, Porto Alegre: FEE, 2002.

MOTA NETO; BRENNAND, Jorgiana Melo. **Empresas socialmente responsáveis: o novo desafio da gestão moderna**. Rio de janeiro: Qualymart. 2004.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de. **Externalidades espaciais e o crescimento econômico das cidades do estado do Ceará**. Passo Fundo: [s.e], 2005.

PAES-SOUSA, Rômulo *et al.* **Integração de políticas de assistência social nos municípios brasileiros**. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília: 2005 (mimeo).

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Percepção dos direitos e participação social**. <http://comunidadessegura.org.br/files/percepcaodedireitoseparticipacaosocialdulce.pdf>. Acesso em 04 fev.2010.

PAULA, Luiz Antônio Maciel de. **Marco teórico sobre avaliação e monitoramento**, VI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado Y de la Administración Pública, Buenos Aires: 5-9 Nov.2001.

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 2. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 2. São Paulo: Hucitec, 1979.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. YAZBEK, Maria Carmelita. GIOVANNÍ, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de renda**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Marisa Miralva da. Dez Anos de LOAS: descentralizar é o caminho 'pra ninguém ficar de fora'. **Revista Inscrita: Conselho Regional de Serviço Social**. Brasília: CRSS, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **Carta tema: assistência social no Brasil, 1983 – 1990**. São Paulo: Cortez, 1991.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC** n. 10 – jul./dez. 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

SOUSA, Antonia Félix de. **Política Pública de Saúde e pessoas com deficiência: a cidadania como possibilidade**. Dissertação do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas/UFC: Fortaleza, 2005.

SOUZA SANTOS, Boaventura. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

UGÁ, Vivian Dominguez. A categoria 'pobreza' nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 23, Nov. 2004.

VASCONCELOS, Rejane Batista. **A Política de Assistência à Criança e ao Adolescente Desenvolvida pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará: passaporte para a cidadania ou dispositivo disciplinar?** Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UECE, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Efeitos do Espaço sobre o social na Metrópole brasileira**. Apresentado no VII Encontro Nacional da ANPUR. São Paulo: ANPUR, 1997.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

ZALUAR, Alba. (org.) **Violência e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

APÊNDICE

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO - ALUNOS

Nº _____

Data: _____

ABC: _____ Fone: _____

IDENTIFICAÇÃO

1. Nome do Entrevistado

2. Apelido

3. Bairro que mora:

II. CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS DO BENEFICIÁRIO

4. Sexo:

1. Masculino 2. Feminino

5. Mãe:

6. Naturalidade:

7. Estado Civil:

1. Casado (a) 2. União estável
 3. Solteiro (a) 4. Separado (a)
 5. Divorciado (a) 6. Relação Homo
 7. Viúvo (a)

8. Escolaridade:

1. Analfabeto
 2. Alfabetizado
 3. Fundamental incompleto (1ª a 4ª série)
 4. Fundamental (4ª série concluída)
 5. Fundamental Incompleto (5ª a 8ª série)
 6. Fundamental (8ª série concluída)
 7. Médio/incompleto
 8. Médio concluído
 9. Superior em andamento

9. Profissão:

10. Trabalha e tem renda:

1. Sim 2. Não

11. Raça: como você se considera?

1. Branco(a)
 2. Negro(a)
 3. Pardo(a) / mulato(a)
 4. Amarelo(a) (de origem oriental)
 5. Indígena ou de origem indígena

12. Pessoa com deficiência:

1. Sim 2. Não

13. Documentação do aluno:

1. Cert. Nasc. 2. Cert. Casam. 3. Cartão Vacina
 4. CPF 5. RG 6. ???
 7. CTPS 8. Título Eleitor 9. Reservista

14. Chefe da família:

1. Pai
 2. Mãe
 3. Outro _____

15. Religião:

1. Católica 2. Evangélica
 3. Espírita 4. A Iro-brasileira
 5. Sem crença 6. Cristão sem Igreja
 7. Outros

16. Lazer:

1. Passeios
 2. Esporte
 3. Festas
 4. Praia
 5. Igreja
 6. Outros _____

III. PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO ABC

17. Como tomou conhecimento do programa ABC's:

- 1. Escola
- 2. Vizinho
- 3. Igreja
- 4. ABC
- 5. Família
- 6. Meios de comunicação
- 7. Cartazes
- 8. Folders
- 9. Outro (especificar): _____

18. De quais atividades você participa no Projeto ABC?

- 1. Incentivo à Escolaridade
- 2. Teatro
- 3. Karatê juvenil Espaço cultural
- 4. Ballet
- 5. Capocira
- 6. Brinquedoteca
- 7. Dança Moderna
- 8. Ginástica
- 9. Desenho
- 10. Dança Contemporânea
- 11. Kung-Fu Infante juvenil
- 12. Social I
- 13. Dança Regional
- 14. Vôlei feminino
- 15. Social II
- 16. Dança Folclórica
- 17. Vôlei masculino
- 18. Social III
- 19. Dança de Rua
- 20. Handbol feminino
- 21. Social IV
- 22. Futsal infantil
- 23. ???
- 24. Basquete
- 25. Coral
- 26. Futsal juvenil
- 27. Atletismo
- 28. Jazz
- 29. Futsal feminino
- 30. Futsal Pré-mirim

19. Considerando tudo o que faz no ABC, de que você mais gosta?

- 1. Alimentação
- 2. Companhia dos colegas
- 3. Tratamento dos monitores
- 4. Cursos de informática
- 5. Atividades esportivas (jogos)
- 6. Atividades culturais (teatro, música dança)
- 7. Desenhar, fazer trabalhos criativos, leitura de história
- 8. Passeio
- 9. Outra: _____

20. O que você menos gosta no ABC?

- 1. Alimentação
- 2. Tratamento dos monitores
- 3. Instalações físicas
- 4. Cursos de informática
- 5. Atividades esportivas (jogos)
- 6. Atividades culturais (teatro, música dança)
- 7. Desenhar, fazer trabalhos criativos, leitura de história
- 8. Passeio
- 9. Atitudes agressivas dos colegas
- 10. Período de tempo curto para as atividades
- 11. Outra: _____

21. Houve alguma mudança em sua vida depois que passou a frequentar o ABC?

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. Qual: _____

22. Você falta as atividades no ABC?

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. Por quê: _____

23. Conhece algum colega usuário de droga que participa do ABC?

- 1. Sim 2. Não

24. Você já experimentou algum tipo de droga?

- 1. Sim 2. Não

25. Na sua opinião os recursos financeiros do ABC são suficientes para desenvolver as atividades:

- 1. Sim 2. Não 3. Não Sei

26. A coordenação do Projeto ABC é:

- 1. Federal
- 2. Estadual
- 3. Municipal
- 4. Co-Gestão: Estado e Organização Não Governamental
- 5. Não sabe dizer

27. Sabe o nome da ONG que gerencia o Projeto ABC?

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. Qual: _____

28. Participa de Alguma ONG, Grupo, Movimento

- 1. Sim 2. Não

29. O que você conhece da história do Pirambu?

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO - FAMÍLIA

Nº _____

Data: _____

ABC: _____

Telefone: _____

QUESTIONÁRIO - FAMÍLIA

1. Nome do Entrevistado:

2. Apelido:

3. Sexo:

1. Masculino 2. Feminino

4. Idade:

5. Naturalidade:

6. Escolaridade:

1. Analfabeto
 2. Alfabetizado
 3. Fundamental incompleto (1ª a 4ª série)
 4. Fundamental (4ª série concluída)
 5. Fundamental Incompleto (5ª a 8ª série)
 6. Fundamental (8ª série concluída)
 7. Médio/incompleto
 8. Médio concluído
 9. Superior em andamento
 10. Superior completo
 11. Outros: _____

7. Profissão:

8. Número de Identificação Social-NIS:

1. Sim 2. Não

9. Por que não é cadastrada?

10. Bairro que mora:

11. Há quanto tempo mora no bairro:

1. Menos de 1 ano 2. 1 a 2 anos 3. 3 a 5 anos
 4. Mais de 5 anos

12. Raça: como você se considera?

1. Branco(a)
 2. Negro(a)
 3. Pardo(a) / mulato(a)
 4. Amarelo(a) (de origem oriental)
 5. Indígena ou de origem indígena

13. Documentação:

1. 1. Certidão de nascimento 2. Certidão de casamento
 3. CPF 4. RG
 5. CTPS 6. Título de Eleitor
 7. Reservista

14. Estado Civil:

1. Casado (a) 2. União estável
 3. Solteiro (a) 4. Separado (a)
 5. Divorciado (a) 6. Relação Homo
 7. Viúvo (a)

II - Situação Familiar

15. Chefe da família:

1. Pai 2. Mãe 3. Outro _____

16. Renda Familiar:

1. Sem Renda 2. 1/2 salário Mínimo
 3. 1 salário 4. 1,5 salário
 5. 1,5 a 2 salários 6. 2 a 3 salários
 7. 3 a 4 salários 8. 4 a 5 salários

17. Bolsa família

1. Não recebe 2. 40,00 3. 52,00 4. 60,00
 5. 70,00 6. 82,00 7. 102,00 8. 106,00
 9. 112,00 10. 120,00 11. 122,00 12. 142,00

18. Número de filhos:

19. Quantas pessoas moram na mesma casa:

20. Documento dos filhos:

1. Cert. Nasc 2. Cert. Casam. 3. Cartão Vacina
 4. CPF 5. RG 6. CTPS
 7. Título Eleitor 8. Reservista

21. Vulnerabilidades na família:

1. Pessoas c/ deficiência
 2. Abandono
 3. Exploração
 4. Violência doméstica: física
 5. Violência doméstica: psicológica
 6. Violência doméstica: negligência
 7. Violência doméstica sexual
 8. Conflito com a Lei
 9. Situação de rua
 10. Trabalho Infantil
 11. Abuso sexual
 12. Alcoolismo
 13. Drogadição
 14. Transtorno mental
 15. Cardíaco
 16. Depressão
 17. Hipertensão
 18. Diabético
 19. Uso medicação
 20. Alérgico
 21. Nenhum
 22. Outro

22. Religião:

1. Católica 2. Evangélica
 3. Espírita 4. Afro-brasileira
 5. Sem crença 6. Cristão sem Igreja
 7. Outros

III - Tipo de Domicílio e Bens**23. Tipo de Domicílio:**

1. Casa
 2. Cômodo
 3. Apartamento
 4. Outros _____
 5. N° de cômodos _____

24. Situação:

1. Própria
 2. Alugada
 3. Arrendada
 4. Cedida
 5. Ocupada
 6. Financiada
 7. Casa parente / amigos
 8. Outro _____

25. Abastecimento de Água:

1. CA GECB
 2. Poço profundo
 3. Carro pipa
 4. Caximba
 5. Bomba
 6. Outro _____

26. Bens de consumo:

1. Televisão
 2. Geladeira
 3. Fogão
 4. Bicicleta
 5. Som
 6. Telefone
 7. Celular
 8. DVD
 9. Computador
 10. Moto
 11. Carro
 12. Máquina de costura
 13. Liquidificador
 14. Rádio
 15. Outros _____

IV - Participação

27. Como ficou sabendo do programa ABC's:

- 1. Escola
- 2. Vizinho
- 3. Igreja
- 4. ABC
- 5. Família
- 6. Meios de comunicação
- 7. Cartazes
- 8. Outros: _____

28. Quantos filhos participam do Projeto ABC?

- 1. 1
- 2. 2
- 3. 3
- 4. 4
- 5. 5
- 6. 6

29. Com quantos anos seu filho ingressou no Projeto ABC?

- 1. 6 a 8
- 2. 9 a 11
- 3. 12 a 14
- 4. 15 a 18
- 5. mais de 18

30. Há quanto tempo seu(s) filho frequenta o Projeto ABC?

- 1. 01 a 02 anos
- 2. 03 a 04 anos
- 3. 05 a 06 anos
- 4. Outro: _____

31. Quais os pontos positivos do Projeto ABC?

32. Quais os pontos negativos do Projeto ABC?

33. A coordenação do Projeto ABC é:

- 1. Federal
- 2. Estadual
- 3. Municipal
- 4. Co-Gestão: Estado e Organização Não Governamental
- 5. Não sabe dizer

34. Sabe o nome da ONG que gerencia o Projeto ABC?

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. Qual: _____

35. Quais as ações do Projeto ABC: que a família participa:

- 1. Reuniões
- 2. Palestra
- 3. Cursos
- 4. Festas
- 5. Nenhuma
- 6. Outros: _____

36. Você participa de alguma forma de associação: (associação, entidade, conselho, pastoral, etc)

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. Qual: _____

37. Qual o papel de uma associação?

38. Em que contribuiu o Projeto ABC para o bairro do Pirambu? Você vê alguma mudança?

APÊNDICE 3

QUESTIONÁRIO - MONITOR

Nº _____ Data _____
 ABC _____ Telefone: _____

I - Dados Pessoais

1. Nome do entrevistado:

2. Sexo

1. Masculino 2. Feminino

3. Idade:

4. Naturalidade:

5. Estado Civil:

1. Casado (a) 2. União estável
 3. Solteiro (a) 4. Separado (a)
 5. Divorciado (a) 6. Relação Homo
 7. Viúvo (a)

6. Bairro que reside é o mesmo do ABC:

1. Sim 2. Não

7. Nível de Escolaridade:

1. Fundamental
 2. Médio concluído
 3. Superior em andamento
 4. Superior completo
 5. Especialização
 6. Mestrado
 7. Outros: _____

8. Cursos:

9. Outras atividades:

10. Tempo está no cargo?

11. Carteira Profissional é assinada

1. Sim 2. Não

12. Profissão:

II - Participação

13. Há quanto tempo que você trabalha no ABC:

14. Você tem experiência anterior nesse tipo de trabalho? Se sim, onde:

15. Quantas horas por dia você trabalha no ABC:

16. Você recebe alguma orientação para o seu trabalho:

1. Frequentemente 2. Às vezes 3. Não

17. Qual tipo de orientação você recebe?

1. Pedagógica
 2. Administrativa
 3. Psicológica
 4. Outra _____

18. Quem dá esta orientação:

1. Uma pessoa da equipe da STDS
 2. A coordenação do ABC
 3. Uma pessoa da Associação
 4. Outros: _____

19. Você acha que as atividades que os alunos(as) fazem no ABC ajudam: Mais o seu desenvolvimento:

1. Afetivo Social 2. Cognitivo-intelectual
 3. Físico-Motor

20. Em termos de seu trabalho, como você considera essa orientação:

1. Muito útil
 2. Pouco útil
 3. Difícil de ser aplicada
 4. Não sabe dizer
 5. Outros _____

21. Como você considera a frequência dos alunos (as) no ABC:

1. Fraca 2. Regular 3. Boa 4. Muito Boa

22. Qual o principal resultado que você espera alcançar no seu trabalho de apóio Pedagógico:

23. Quais as maiores dificuldades que você encontrou para realizar bem o seu trabalho:

24. Como você acompanha os resultados dos seus alunos(as):

1. Através de fichas
 2. Observando as reações dos alunos
 3. Visitado os professores na escola
 4. Ouvindo os pais dos alunos
 5. Outros _____

25. Qual o seu nível de satisfação com o trabalho que faz no ABC:

1. Excelente 2. Muito bom
 3. Apenas bom 4. Regular
 5. Não está satisfeito (a)

26. O salário é compatível com seu cargo?

1. Sim 2. Não

27. Na sua opinião os recursos financeiros do ABC são suficientes para desenvolver as atividades:

1. Sim 2. Não 3. Por quê

28. Por quê?

29. Participa de algum movimento organizado? (Associação, entidade, grupo da igreja, etc)

1. Sim. Por quê:

2. Não. Por quê:

30. Por quê?

31. Como você vê a organização da associação que gerencia o ABC?

32. A coordenação do Projeto ABC é:

1. Federal
 2. Estadual
 3. Municipal
 4. Co-Gestão: Estado e Organização Não Governamental
 5. Não sabe dizer

33. Você acharia melhor que o ABC fosse gerenciado por:

1. Pela entidade que gerencia atualmente
 2. Por outra entidade
 3. Pelo Estado
 4. Pelo Município

34. O que é uma política de Co-Gestão?

35. Qual a importância do Projeto ABC Pirambu para o bairro?

APÊNDICE 4

Entrevista-Presidente/Diretor/Coordenador

Nº _____ Data _____
 Nome: _____ Telefone _____

I - Dados Pessoais

1. Nome do entrevistado:

2. Sexo

 1. Masculino 2. Feminino

3. Idade:

4. Naturalidade:

5. Bairro que reside:

6. Nível de Escolaridade:

1. Fundamental
 2. Médio/incompleto
 3. Médio concluído
 4. Superior em andamento
 5. Superior completo
 6. Especialização
 7. Mestrado

7. Outros cursos:

8. Profissão:

9. Outras atividades:

10. Cargo que ocupa:

11. Tempo está no cargo?

12. Carteira Profissional é assinada:

 1. Sim 2. Não

II - Trajetória do representante:

13. Fale-me sobre sua trajetória no movimento popular.

14. Participa de algum movimento organizado? (Associação, entidade, grupo da igreja, etc)

1. Sim, Por quê:

2. Não, Por quê:

III - ONG

15. Quando foi fundada a ONG, e por quê?

17. Existem alguns parceiros:

1. Sim 2. Não

18. Quais os parceiros:

16. Quais os outros projetos, programas e ações desenvolvidos pela ONG?

IV- Projeto ABC

19. Como começou o projeto ABC? Fale um pouco sobre o projeto.

V- Família

20. Fale-me um pouco sobre a participação das famílias no ABC.

VI - Financiamento

21. Os recursos são:

1. Suficientes 2. Insuficientes

22. Faça um comentário sobre os recursos financeiros:

23. Chegam em tempo hábil?

1. Sim 2. Não 3. As vezes 4. Não sei

VII - Co-Gestão

24. Como se dá o processo de Co-Gestão:

25. Como se dá o processo seletivo das ONG's para executar o projeto ABC:

26. Quem elabora os projetos:

27. Existe autonomia (financeira, administrativa e técnica) da entidade que executa o projeto em relação à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS:

28. Faça suas considerações finais:

APÊNDICE 5

ENTREVISTA – TÉCNICO DA STDS

Nº _____

Data da Entrevista: _____

Cargo: _____

Setor: _____

Preâmbulo:

Meu nome é Angela Maria Ferreira Moreira, estou cursando o Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará e conforme contato anterior faremos hoje a entrevista que subsidiará o trabalho de dissertação que terá como tema: Avaliação da cogestão entre a STDS e ONGs: ABCs em foco.

Solicito que, por favor, verbalize que autoriza a gravação desta entrevista e se apresente.

I - Dados Pessoais

01- Nome do entrevistado: _____

03- Idade: _____

04- Naturalidade: _____

05- Bairro que reside: _____

06- Nível de Escolaridade: _____

07- Capacitação: _____

08- Outras atividades: _____

09- Cargo que ocupa: _____

10- Tempo está no cargo? _____

11- Servidor público: Sim () Não ()

12- Profissão: _____

13- Participa de algum movimento organizado? (Conselho, associação, entidade, grupo da igreja, etc)

1. Sim ()

Porquê: _____

2. Não ()

Porquê: _____

II - Projeto ABC

14- Qual seu vínculo com o projeto:

15- Como estar/esteve envolvido no Projeto ABC

16- O que é o projeto ABC:

17- A execução do projeto em sua proposta inicial atendia aos objetivos previstos?

18- E atualmente:

19- Conhece algum documento de avaliação dos ABC's?

20- Houve algum encontro para publicizar os resultados da avaliação?

21- A equipe técnica responsável pela pesquisa repassou para você e equipe o resultado da pesquisa?

22- O que fizeram com os resultados?

III—Financiamento

23- Qual a fonte do recurso que é transferido para a ONG?

24- É suficiente?

25- Existem prestação de Contas?

26- Como a STDS faz o acompanhamento da prestação de contas e o controle?

27- A seu ver, existe improbidade administrativo/financeiro:

IV – Cogestão

28- Como se dá o processo de Cogestão:

29- Quais as atribuições da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e das ONG's:

30- Quais os documentos que balizam a Cogestão:

31- Como você analisa a qualidade dos serviços executados em cogestão:

32- Como se dá o processo seletivo das ONGs para executar o projeto ABC:

33- A seu ver quem elabora os projetos:

34- As ONGs aprovadas para executar o projeto estão capacitadas para executar o projeto:

35- Existe autonomia (financeira, administrativa e técnica) da entidade que executa o projeto em relação à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS):

36- Quais suas sugestões:

37- Faça suas considerações finais:

APÊNDICE 6

Fortaleza, 18 de junho de 2009

Ao COMEPE,

Eu, Angela Maria Ferreira Moreira portadora do RG. 99002384050 SSP-Ce, residente a Rua das Hortas, 102, CEP 60.332.480, Bairro Barra do Ceará, cursando o Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará, sendo o tema da dissertação: Avaliação da Política de Co-Gestão do Governo do Estado do Ceará: ABC Pirambu: em Foco, com o objetivo geral: Avaliar a política de co-gestão entre a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, do governo do estado do Ceará e a Organização Privada Sem Fins Lucrativos Centro Comunitário Cristo Redentor, na execução do projeto: Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação, junto ao Projeto ABC, situado no bairro Pirambu, na cidade de Fortaleza-CE.

Venho solicitar apreciação do projeto da dissertação de mestrado ao COMEPE.

Angela Maria Ferreira Moreira

Lea Carvalho Rodrigues
Profª Lea Carvalho Rodrigues
Coord. do Mast. Profs. Em Aval. de Políticas Públicas

APÊNDICE 7

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Conselho Nacional de Saúde
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (versão outubro/99)

1. Projeto de Pesquisa: <i>Avaliação da Política de Co-gestão do governo do F. de Ceará ABC Piracuruca em F.</i>			
2. Área do Conhecimento (Ver relação no verso) <i>Educação</i>		3. Código: <i>7.06</i>	4. Nível: (50 áreas do conhecimento 4)
5. Área(s) Temática(s) Especial: (s) (Ver fluxograma no verso)		6. Código(s):	7. Fase: (Só área temática 3) I () II () III () IV ()
8. Limitações: (3 opções) <i>Políticas Públicas, Políticas Responsabilidade Social</i>			
SUJEITOS DA PESQUISA			
9. Número de sujeitos () No Centro: Total: <i>231</i>		10. Grupos Especiais: <18 anos () Portador de Deficiência Mental () Embrião/Feto () Refugiado de Dependência (Estudantes, Militares, Presidiários, etc) () Outros () Não se aplica ()	
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
11. Nome: <i>Angela Maria Ferreira Mourão</i>			
12. Identidade: <i>94002314050</i>	13. CPF: <i>03381905353</i>	19. Endereço (Rua, nº): <i>Rua dos Heróis 102</i>	
14. Nacionalidade: <i>Brasileira</i>	15. Profissão: <i>Tec. em Educação</i>	20. CUP: <i>60333400</i>	21. Cidade: <i>Taquara</i>
16. Mês: <i>Jan</i>	17. Cargo: <i>Gerente</i>	23. Fone: <i>31017750</i>	22. U.F.: <i>CE</i>
18. Instituição a que pertence: <i>Soc. de Hab. e Desenv. Social SCS</i>		24. Fax: <i>31017750</i>	
		25. E-mail: <i>br.angel@scs.org.br</i>	
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas Complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Assino as responsabilidades pela conclusão científica do projeto acima. Data: _____ Assinatura: <i>Angela Maria Ferreira Mourão</i>			
INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ REALIZADO			
26. Nome: <i>Centro Comunitário Cristo Redentor</i>		29. Endereço (Rua, nº):	
27. Unidade/Orgão: <i>Projeto ABC Piracuruca</i>	30. CEP:	31. Cidade: <i>F. de Ceará</i>	32. U.F.: <i>CE</i>
28. Participação estrangeira: Sim () Não (X)		33. Fone:	
35. Projeto Multicêntrico: Sim () Não (X) Nacional () Internacional () (Anexar a lista de todos os Centros Participantes no Brasil)			
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução. Nome: <i>JOÃO FRANCISCO A. Lobo</i> Data: _____ Assinatura: <i>João Francisco A. Lobo</i>			
PATROCINADOR Não se aplica ()			
36. Nome:		39. Endereço:	
37. Responsável:		40. CEP:	41. Cidade:
38. Cargo/Função:		43. Fone:	42. UF:
		44. Fax:	
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP			
45. Data de Entrada:	46. Registro no CEP:	47. Conclusão: Aprovado () Data: / /	48. Não Aprovado () Data: / /
49. Relatório(s) do Pesquisador responsável previsto(s) para: _____ Data: / /			
Encaminhado à CONEP: 50. Os dados acima para registro () 51. O projeto para apreciação () 52. Data: / /		53. Coordenador/Nome: Assinatura: _____ Assinar o parecer consultado	
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP			
54. Nº Expediente:	56. Data Recebimento:	57. Registro na CONEP:	
55. Processo:			
58. Observações:			

FLUXOGRAMA PARA PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS (JAN/99)

ANEXOS

ANEXO 1



Universidade Federal do Ceará
Comitê de Ética em Pesquisa

Of. Nº 203/09

Fortaleza, 17 de julho de 2009

Protocolo COMEPE nº 208/ 09

Pesquisador responsável: Ângela Maria Ferreira Moreira

Deptº./Serviço: Centro Comunitário Cristo Redentor

Título do Projeto: "Avaliação da política de co-gestão do governo do Estado do Ceará: ABC Pirambu em foco"

Levamos ao conhecimento de V.Sª. que o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará – COMEPE, dentro das normas que regulamentam a pesquisa em seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde, Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 e complementares, aprovou o projeto supracitado na reunião do dia 16 de julho de 2009.

Outrossim, informamos, que o pesquisador deverá se comprometer a enviar o relatório final do referido projeto.

Atenciosamente,

Dra. Miriam Parente Monteiro
Coordenadora Adjunta do Comitê
de Ética em Pesquisa
COMEPE/UFC

ANEXO 2



CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR
 CNPJ: 07342330/0001-04 - Rua Grito de Alerta, 136 – Cristo Redentor – Fortaleza - Ceará
 E-mail: ccristoredentor@yahoo.com.br
 Tel.: 3286 71 42 - CEP: 60332 - 070

AUTORIZAÇÃO

O Centro Comunitário Cristo Redentor autoriza à senhora Ângela Maria Ferreira Moreira a realizar a pesquisa para coleta de dados do projeto de pesquisa: Avaliação de políticas de Cogestão do Governo do Estado do Ceará: ABC do Pirambu em foco. Do mestrado de avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará.

Fortaleza, 16 de Junho de 2009.

Atenciosamente,



CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR - ABC DO PIRAMBU
MARIA SOLANGE ANDRADE DO NASCIMENTO
 Maria Solange Andrade do Nascimento
 Coordenadora do ABC do Pirambu



CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR
JOÃO FRANCISCO FILHO
 João Francisco Filho
 Presidente do C.C.C. Redentor

ANEXO 3

PLANILHA DETALHADA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS: 2009

<i>ITENS DE DESPESAS</i>						<i>TOTAIS</i>	
						<i>MÊS</i>	<i>PROJETO</i>
1. DESPESA DE PESSOAL							
1.1. Folha de Pagamento							
1.1. Cargo/Função	Turno	Qd e.	<i>Vr. Unitário por cargo/função</i>			MÊS	<i>PROJETO</i>
			<i>sal. Bas e</i>	<i>adc. Not .</i>	<i>vr./funçã o</i>		
Coordenadora Geral	Diurno	1	920,43	0,00	920,43	920,43	11.045,16
Coordenadora Pedagógica	Diurno	2	417,61	0,00	417,61	835,22	10.022,64
Educador Pedagógico	Diurno	6	393,34	0,00	393,34	2.360,04	28.320,48
Ag. Administrativo	Diurno	1	417,61	0,00	417,61	417,61	5.011,32
Auxiliar de Serviços Gerais	Diurno	2	350,00	0,00	350,00	700,00	8.400,00
Cozinheiro(a)	Diurno	1	350,00	0,00	350,00	350,00	4.200,00
Auxiliar de Cozinha	Diurno	2	350,00	0,00	350,00	700,00	8.400,00
Vigia	Diurno	1	350,00	0,00	350,00	350,00	4.200,00
Vigia	Noturno	3	350,00	70,00	420,00	1260,00	15.120,00
Instrutor de Arte/Esporte/Cultura	Diurno	14	245,07	0,00	245,07	3.430,98	41.171,76
1.1. Sub total		33	-	-	-	11.324,28	135.891,36
1.2. Encargos Sociais							
A- INSS (20%+1+5,8%=26,80%) S/Vr Folha						3.034,91	36.418,88
B- FGTS (8,5% s/ Vr Folha)						962,56	11.550,77
C- PIS (1% s/Vr Folha) e S/ 1/12 de 13 e 1/3 Férias						125,83	1.509,90

D- 13º Salário 01/12 (folha/12)					943,69	11.324,28
E- Férias 1/3 (33,33% s/folha/12)					314,56	3.774,76
F- INSS (1/12 13º e 1/3 Férias/26,80%)					337,21	4.046,54
G- FGTS S/1/3 de Férias (8,5% E)					26,74	320,85
H- FGTS 139S/13º Salário (8,5% D)					80,21	962,56
I- VT (Vr VT x NVT x NP) 6% Desc Emp (p/mês)					0,00	0,00
1.2. Sub total					5.825,71	69.908,56
1.3. TOTAL (1.1 + 1.2)					17.149,99	205.799,92
2. PREVISÃO RESCISÃO					MÊS	PROJETO
Férias vencidas					943,69	11.324,28
Multas rescisórias					503,30	6.039,62
Atestado Médico ADM					27,50	330,00
Atestado Médico DEM					27,50	330,00
2.1. TOTAL					1.501,99	18.023,90
3.DESPESAS COM MANUTENÇÃO					MÊS	PROJETO
				<i>Vr.Unitário</i>		
Alimentação				2.670,94	2.670,94	32.051,28
Material de Consumo				80,00	80,00	960,00
Material de Limpeza				100,00	100,00	1.200,00
CAGECE					0,00	0,00
COELCE				529,00	529,00	6.348,00
Reparos e Consertos Material				100,00	100,00	1.200,00
Material de Esporte				230,00	230,00	2.760,00

Material de Arte				150,00	150,00	1.800,00
Jogos e Livros S3cio Pedag3gicos				150,00	150,00	1.800,00
G3s de cozinha				261,00	261,00	3.132,00
Diversos				70,00	70,00	840,00
3.1. TOTAL				4.340,94	4.340,94	52.091,28
4. OUTROS CUSTOS					M3S	PROJETO
Fundo para capacita33o (5% sobre 1.3 + 2.1)					1.149,65	13.795,75
Taxa de manuten33o (2% sobre 1.3 + 2.1 + 3.1)					459,86	5.518,30
CPMF (0,38% sobre o valor do Projeto)					93,49	1.121,87
4.1. TOTAL					1.702,99	20.435,93
<i>Valor Total do Projeto</i>					M3S	PROJETO
					24.695,92	296.351,02
Rela33o custo – benef3cio (assistido/m3s e assistido/ano)						
Meta de atendimento/dia						500
Custo assistido/m3s						49,39
Custo assistido/ano						592,70

ANEXO 4

17. PLANILHA DE APLICAÇÃO: 2009


ITENS DE DESPESAS						TOTAIS	
						Mês	PROJETO
1. DESPESA DE PESSOAL							
1.1. Folha de Pagamento							
1.1. Cargo/função	turno		vr. Unitário por cargo/função			Mês	Ano
			sal. Base	adc. Not. *	vr./função		
Coordenador Geral	Diurno	1	1.135,00	0,00	1.135,00	1.135,00	5.675,00
Agente Administrativo	Diurno	1	514,95	0,00	514,95	514,95	2.574,75
Educador Pedagógico	Diurno	6	485,03	0,00	485,03	2.910,18	14.550,90
Aux. De Coordenação	Diurno	2	514,95	0,00	514,95	1.029,90	5.149,50
Cozinheira	Diurno	1	465,00	0,00	465,00	465,00	2.325,00
Aux. De Cozinha	Diurno	2	465,00	0,00	465,00	930,00	4.650,00
Aux. De Serv. Gerais	Diurno	2	465,00	0,00	465,00	930,00	4.650,00
Vigia	Noturno	3	465,00	93,00	558,00	1.674,00	8.370,00
Vigia	Diurno	1	465,00	0,00	465,00	465,00	2.325,00
Instrutor de Arte/ Esporte/Cultura	Diurno	8	691,17	0,00	691,17	4.147,02	20.735,10
1.1. Subtotal		27				14.201,05	71.005,25
1.2. Encargos sociais							
A - INSS (20% + 1% + 5,8% = 26,80%) S/ Vr Folha						3.805,88	19.029,41
B - FGTS (8,0% s/ Vr Folha)						1.136,08	5.680,42
C - PIS (1% s/ Vr Folha) e S/ 1/12 de 13 e 1/3 Férias			1.136,08			157,79	788,95
D - 13o. Salário 01/12 (folha/12)						1.183,42	5.917,10
E - Ferias 1/3 (33,33% s/folha /12)						394,47	1.972,37

F - INSS (1/12 13o e 1/3 Férias /26,80%)						422,88	2.114,38
G - FGTS S/ 1/3 de Férias(8,0% E)				31,56		31,56	157,79
H - FGTS S/13o. Salário(8,0% D)				94,67		94,67	473,37
1.2. Sub total						7.226,76	36.133,78
1.3.TOTAL (1.1 + 1.2)						21.427,81	107.139,03
2. PREVISAO RESCISAO						Mês	PROJETO
Férias vencidas	1/12					1.183,42	5.917,10
Multa rescisórias	1/12					631,16	3.155,80
Atestado médico ADM						21,18	105,91
Atestado médico DEM						21,18	105,90
2.1. TOTAL						1.856,94	9.284,71
3. DESPESAS COM MANUTENÇÃO				quantidade	vr. Unitário	Mês	PROJETO
Alimentação				0,00	0,00	2.670,24	13.351,20
Material de Consumo				0,00	0,00	80,00	400,00
Material de Limpeza						100,00	500,00
Reparos e consertos						100,00	500,00
Material de Esporte						230,00	1.150,00
Material de arte						150,00	750,00
Jogos e Livros sócio pedagógicos						150,00	750,00
Gás de cozinha				0,00	0,00	261,00	1.305,00
Torneios Esportivos				0,00	0,00	1.200,00	6.000,00
Serviço de Capacitação Continuada				0,00	0,00	550,00	2.750,00
3.1. TOTAL				0,00	0,00	5.491,24	27.456,20

4. OUTROS CUSTOS	Mês	PROJETO
4.1.TOTAL	0,00	0,00
Valor Total do Projeto	Mês	PROJETO
	28.775,99	143.879,95
relação custo - benefício (assistido/mês e assistido/ano)		
Meta de atendimento/dia		500
Custo assistido/mês		28.775,99
Custo assistido/ano		143.879,95

ANEXO 5

JAN A MAR/09

 **GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº
017/2008, FIRMADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL-STDS, E O CENTRO
COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR, PARA O FIM
NELE INDICADO.**

O ESTADO DO CEARÁ, através da **SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS**, sob o CNPJ n.º 08.675.169/0001-53, com sede nesta Capital, na rua Soriano Albuquerque, 230, Joaquim Távora, neste ato representada por sua Secretária em exercício, **Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade**, identidade nº 442587 - SSP/CE, CPF sob nº 061.793.713-34, denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e o **CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR**, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.342.330/0001-04, com sede na Rua Grito de Alerta nº 136 - Bairro Cristo Redentor, denominada simplesmente **CONVENENTE**, neste ato representado pelo Sr. **João Francisco Filho**, inscrito no RG nº 99010348963 - SSP/CE, CPF n.º 036.564.973-20, resolvem firmar o presente Termo Aditivo Convênio nº 017/2008, nos termos da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, acordando com o processo nº 08390297-0, parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMIRA – DO OBJETO
O presente termo aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio nº 017/2008, o qual tem como objeto favorecer o desenvolvimento das competências cognitivas, artísticas e esportivas, bem como, a inclusão social de 500 crianças e adolescentes carentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 17 anos, de acordo com o Projeto ABC PIRAMBU, residentes no grande Pirambu e adjacências, em integração com suas famílias e comunidade, conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.


CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 03 (três) meses, com início em **01 de janeiro de 2009** e término em **31 de março de 2009**.


CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Para a execução do presente aditamento, o valor global do convênio será acrescido de R\$ 87.199,77 (oitenta e sete mil cento e noventa e nove reais e setenta e sete centavos) a ser repassado em 03 (três) parcelas, duas no valor de R\$ 28.353,09 (vinte e oito mil trezentos e cinquenta e três reais e nove centavos) nos meses de janeiro e fevereiro de 2009 e uma no valor de R\$ 30.493,59 (trinta mil quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta e nove centavos) no mês de março de 2009.



CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, ante as testemunhas abaixo assinadas, com publicação no Diário Oficial do Estado para seus efeitos legais e esperados.

Fortaleza, 28 de ~~dez~~ ~~maio~~ de 2008.



Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade
Secretária em exercício/STDS
CONCEDENTE


João Francisco Filho
CONVENENTE

TESTEMUNHAS:
1.  _____ CPF _____
2.  _____ CPF _____

ANEXO 6

ABR A JUN/09.

 **GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 017/2008, FIRMADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-STDS, E O CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR, PARA O FIM NELE INDICADO.

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, sob o CNPJ n. 08.675.169/0001-53, com sede nesta Capital, na rua Soriano Albuquerque, 230, Joaquim Távora, neste ato representada por sua Secretária em exercício, **Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade**, identidade nº 442587 - SSP/CE, CPF sob nº 061.793.713-34, denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e o **CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR**, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.342.330/0001-04, com sede na Rua Grito de Alerta nº 136 - Bairro Cristo Redentor, Fortaleza-CE, denominada simplesmente **CONVENENTE**, neste ato representada pelo Sr. João Francisco Filho, inscrito no RG nº 99010348963 - SSP/CE, CPF nº 036.564.973-20, resolvem firmar o presente Termo Aditivo Convênio nº 017/2008, nos termos da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, acordando com o processo nº 09066284-9, parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio nº 041/2008, o qual tem como objeto favorecer o desenvolvimento das competências cognitivas, artísticas e esportivas, bem como, a inclusão social de 500 crianças e adolescentes carentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 17 anos, de acordo com o Projeto ABC PIRAMBU, residentes no grande Pirambu e adjacências, em integração com suas famílias e comunidade, conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.


CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 03 (três) meses, com início em 01 de ABRIL de 2009 e término em 30 de JUNHO de 2009.

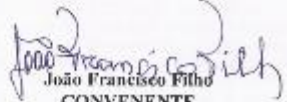
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Para a execução do presente aditamento, o valor global do convênio será acrescido de R\$ 86.327,97 (oitenta e seis mil trezentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos), a ser repassado em 03 (três) parcelas no valor de R\$ 28.775,99 (vinte e oito mil setecentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos).


CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, ante as testemunhas abaixo assinadas, com publicação no Diário Oficial do Estado para seus efeitos legais e esperados.

Fortaleza, 30 de maio de 2009.


Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade
Secretária em exercício/STDS
CONCEDENTE


João Francisco Filho
CONVENENTE

TESTEMUNHAS: 
1. Angélica M. Ribeiro Marquês CPF 262.344.303-34
2. Antônia Vândia Costa da Costa CPF 036.470.793-45

CP/Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Centro Comunitário Cristo Redentor

ANEXO 7

JULHO / 2009

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria de Trabalho e
Desenvolvimento Social

- O TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE Nº 017/2008, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, E O CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR, PARA O FIM NELE INDICADO.

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, CONCEDENTE, sob o CNPJ n. 08.675.169/0001-53, com sede nesta Capital, na rua Soriano Albuquerque, 230, Joaquim Távora, neste ato representada por sua Secretária, Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade, CPF sob nº 061.793.713-34, e o CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR, CONVENIENTE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.342.330/0001-04, com sede na Rua Grito de Alerte, nº 136, Cristo Redentor, Fortaleza-CE, representada pelo Sr. João Francisco Filho, RG nº 99010348963 - SSPCE, CPF nº 036.564.973-20, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Convênio acima referido, nos termos da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, acordando com o processo nº 09128938-6, parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições a seguir:


CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo visa a alteração no valor do Convênio 017/2008, o qual tem como objeto favorecer o desenvolvimento das competências cognitivas, artísticas e esportivas, bem como a inclusão social de 500 (quinhentas) crianças e adolescentes carentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 17 anos, de acordo com o Projeto ABC PIRAMBU, residentes no grande Pirambu e adjacências, em integração com suas famílias e comunidade, conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.


CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 01 (um) mês, com início em 01 de julho de 2009 e término em 31 de julho de 2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Para a execução do presente aditamento, o valor global do contrato será acrescido de R\$ 28.775,99 (vinte e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais, e noventa e nove centavos), a ser repassado em 01 (uma) parcela mensal no mês de julho.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas.
E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, ante as testemunhas abaixo assinadas, com publicação no Diário Oficial do Estado para seus efeitos legais e esperados.

Fortaleza, 01 de Junho de 2009.


 Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade
 Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social


 João Francisco Filho
 Centro Comunitário Cristo Redentor

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF _____

2. _____ CPF _____

ASSESSORIA JURÍDICA - STDS

6/2009

G:\Secretaria\Jardano\3º TA convenio 017.08 - ADC Pirambu.edf

ANEXO 9



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social

NOV. A DEZ/09

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE Nº 017/2008, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, E O CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR, PARA O FIM NELE INDICADO.

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, CONCEDENTE, sob o CNPJ n. 08.675.169/0001-53, com sede nesta Capital, na rua Soriano Albuquerque, 230, Joaquim Távora, neste ato representada por sua Secretária, **Pátima Catunda Rocha Moreira de Andrade**, CPF sob nº 061.793.713-34, e o CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR, CONVENIENTE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.342.330/0001-04, com sede na Rua Grito de Alerta, nº 136, Cristo Redentor, Fortaleza-CE, representada pelo Sr. **João Francisco Filho**, RG nº 99010348963 - SSP/CE, CPF nº 036.564.973-20, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Convênio acima referido, nos termos da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, acordando com o processo nº 09419204-9, parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa a prorrogação do Convênio 017/2008, o qual tem como objeto favorecer o desenvolvimento das competências cognitivas, artísticas e esportivas, bem como a inclusão social de 500 (quinhentas) crianças e adolescentes carentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 17 anos, de acordo com o Projeto ABC PIRAMBU, residentes no grande Pirambu e adjacências, em integração com suas famílias e comunidade, conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 02 (dois) meses, com início em 01 de novembro de 2009 e término em 31 de dezembro de 2009.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Para a execução do presente aditamento, o valor global do convênio será acrescido de R\$ 57.551,98 (cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos), a ser repassado conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas.


E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, ante as testemunhas abaixo assinadas, com publicação no Diário Oficial do Estado para seus efeitos legais e esperados.

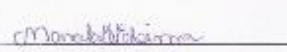
Fortaleza, 05 de outubro de 2009.


Pátima Catunda Rocha Moreira de Andrade
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social


João Francisco Filho
Centro Comunitário Cristo Redentor

TESTEMUNHAS:

1. 
CPF 027.000.393-27

2. 
CPF 027.000.393-27


Mary Anne Libanio de Fátima Ribeiro
Coordenadora de Projetos Sociais
Básica e Segurança Alimentar


Visto

ANEXO 10

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SÉRIE 3 ANO I Nº 149 FORTALEZA, 12 DE AGOSTO DE 2009

EXTRATO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº017/2008 IG Nº290683
 1 - ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE Nº017/2008, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, E O CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR. II - OBJETO: O presente Termo Aditivo visa a alteração no valor do Convênio 017/2008, o qual tem como objeto favorecer o desenvolvimento das competências cognitivas, artísticas e esportivas, bem como a inclusão social de 500 (quinhentas) crianças e adolescentes carentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 17 anos de acordo com o Projeto ABC PIRAMBU, residentes no grande Pombal e adjacências, em integração com suas famílias e comunidade, conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 03 (três) meses, com início em 01 de agosto de 2009 e término em 31 de outubro de 2009. Para a execução do presente aditamento, o valor global do contrato será acrescido de R\$66.327,97 (sessenta e seis mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos), a ser representado conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho. III - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. IV - DATA E ASSINANTES: 29 de julho de 2009; Fátima Catarina Rocha Moreira de Andrade - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social e José Alberto da Silva Peixoto - Convênio: Teresa Cristina Brito da Rocha

Teresa Cristina Brito da Rocha
 ACESSORIA JURÍDICA

*** **

EXTRATO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº019/2008 IG Nº290743
 1 - ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº019/2008, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL MANOEL JACINTO COELHO. II - OBJETO: O presente Termo Aditivo visa por objeto a prorrogação da vigência do Convênio original nº19/2008, o qual tem como objetivo o serviço sênio educativo para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos no projeto CIP Paqueta Herói, conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 03 (três) meses, com início em 01 de agosto de 2009 e término em 31 de outubro de 2009. Para a execução do presente aditamento, o valor global do contrato será acrescido de R\$64.635,63 (sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos) conforme cronograma de desembolso, constante do plano de trabalho. III - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. IV - DATA E ASSINANTES: 29 de julho de 2009; Fátima Catarina Rocha Moreira de Andrade - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social e Maria Francisca de Castro Oliveira - Associação Cultural Beneficente Manoel Jacinto Coelho.

Teresa Cristina Brito da Rocha
 ACESSORIA JURÍDICA

*** **

EXTRATO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº021/2008 IG Nº250624
 1 - ESPÉCIE: QUARTO TERMO; SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, sob o CNPJ nº06.675.166/0001-53, com sede nesta Capital, na rua Soriano A.buquerque, 230, Joaquim Távora e a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE MARLOWBER, inscrita no CNPJ sob o nº06.506.641/0001-12, com sede na Rua Florêncio Matias, nº181 - Parque Madalena, Coqueirão-CE. II - OBJETO: O presente termo aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio nº021/2008, o qual tem como objeto, favorecer o desenvolvimento das competências cognitivas, artísticas e esportivas, bem como a inclusão social de 250 (duzentas e cinquenta) crianças e adolescentes carentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 06 a 17 anos, em integração com suas famílias e comunidade, considerando seus direitos, suas necessidades físicas, psicológicas, intelectuais, sociais e emocionais, de acordo com o Projeto ABC NOVO SÃO MIGUEL, conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 03 (três) meses, com início em 01 de agosto de 2009 e término em 31 de outubro de 2009. Para a execução do presente aditamento, o valor global do contrato será acrescido de R\$66.327,97 (sessenta e seis mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos) a ser representado conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho,

parte integrante deste instrumento. III - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. IV - DATA E ASSINANTES: 29 de julho de 2009; Fátima Catarina Rocha Moreira de Andrade - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social e José Alberto da Silva Peixoto - Convênio: Teresa Cristina Brito da Rocha

ACESSORIA JURÍDICA

*** **

EXTRATO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº032/2008 IG Nº290904
 1 - ESPÉCIE: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº032/2008, FIRMADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-STDS, E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO CENTRINHO DA UVA. II - OBJETO: O presente termo aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio nº032/2008, o qual tem como objeto o atendimento a 450 (quatrocentos e cinquenta) crianças e adolescentes carentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 06 a 17 anos, desenvolvendo suas competências cognitivas, artísticas e esportivas em integração com suas famílias e comunidade, considerando suas direitos e suas necessidades físicas, psicológicas, intelectuais, e socio-emocionais no Projeto ABC São Bernardo, conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 03 (três) meses, com início em 01 de agosto de 2009 e término em 31 de outubro de 2009. Para a execução do presente aditamento, o valor global do convênio será acrescido de R\$78.680,01 (setenta e oito mil, seiscentos e oitenta reais e um centavo) a ser representado conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento. III - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. IV - DATA E ASSINANTES: 29 de julho de 2009; Fátima Catarina Rocha Moreira de Andrade - Secretária em exercício/STDS e Maria do Socorro Pereira Fátima - Convênio: Teresa Cristina Brito da Rocha

ACESSORIA JURÍDICA

*** **

EXTRATO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº40/2008 IG Nº389504
 1 - ESPÉCIE: QUARTO TERMO; SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, simplesmente denominada CONCEDENTE, sob o CNPJ nº 68.675.166/0001-53, com sede nesta Capital, na rua Soriano A.buquerque, 230, Joaquim Távora e o CONSELHO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO SÃO FRANCISCO, simplesmente denominada CONVENIENTE, inscrita no CNPJ sob o nº00.086.613/9001-71, com sede na Rua Beira do Mogue, nº3071 - Conjunto São Francisco - Arraial Bezerra, Fortaleza-CE. II - OBJETO: O presente Termo Aditivo visa a alteração no valor e prorrogação do prazo do Convênio 40/2008, o qual tem como objeto a prestação de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos, de acordo com o Projeto ABC São Francisco, conforme plano de trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. A vigência do Convênio original será prorrogada por mais 03 (três) meses, com início em 01 de agosto de 2009 e término em 31 de outubro de 2009. Para a execução do presente aditamento, o valor global do contrato será acrescido de R\$66.327,97 (sessenta e seis mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos), de acordo com o cronograma de desembolso, constante do plano de trabalho, parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. III - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. IV - DATA E ASSINANTES: 29 de julho de 2009; Fátima Catarina Rocha Moreira de Andrade - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social e Rita Barbosa de Lima - Conselho Comunitário do Conjunto São Francisco.

Teresa Cristina Brito da Rocha
 ACESSORIA JURÍDICA

*** **

EXTRATO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº047/2008 IG Nº290903
 1 - ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº47/2008, FIRMADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-STDS, E O CONSELHO DAS ENTIDADES DE MORADORES DA BARRA DO CEARÁ. II - OBJETO: O presente termo aditivo visa a alteração na vigência e no valor do Convênio nº47/2008, o qual tem como objeto o atendimento a crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 17 anos de idade, de acordo com o Projeto ABC GUAIBERAS - Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação, conforme o Plano de Trabalho

ANEXO 11



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS

CONVÊNIO Nº 17 /2008
(IG nº 072062000)

7 JAN A DEZ/08

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA
DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL –
STDS E O CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO
REDEDOR, PARA O FIM NELE INDICADO.**

O ESTADO DO CEARÁ, através da **SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, CNPJ n.º 08.675.169/0001-53, no âmbito do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, CNPJ n.º 08.675.169/0003-15, **CONCEDENTE**, com sede nesta Capital, na Rua Soriano Albuquerque n.º 230 – Joaquim Távora, representada por sua Secretária, em exercício, Sra. Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade, RG n.º 442587 – SSP/CE, CPF n.º 061.793.713-34 e o **CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDEDOR**, CNPJ n.º 07.342.330/0001-04, **CONVENIENTE**, com sede na Rua Grito de Alerta, n.º 136, Bairro Cristo Redentor, por seu Representante, Sr. João Francisco Filho, RG n.º 99010348963 – SSP/CE e CPF n.º 036.564.973-20, configurado nas normas contidas na Constituição Federal, na Lei n.º 8.666/93 alterada e consolidada, na Instrução Normativa n.º 01, de 27 de janeiro de 2005, no Edital de Credenciamento e Seleção Pública de Entidades de Natureza Privada Sem Fins Econômicos/Lucrativos para o ano de 2008 e no Processo n.º 07392228-5, partes integrantes do presente instrumento independente de transcrição, **RESOLVEM** celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

O presente Convênio é celebrado com base no Processo n.º 07392228-5, configurado na Lei n.º 8.666/93, consolidada pela Lei n.º 8.883/94, e alterações subsequentes, na Lei Estadual n.º 13.553, de 29 de dezembro de 2004, no Decreto Estadual n.º 27.953/2005, na Instrução Normativa conjunta SECON/SEFAZ/SEPLAN n.º 01/2005, de 27 de janeiro de 2005, no Edital de Credenciamento e Seleção Pública de Entidades de Natureza Privada Sem Fins Lucrativos para o ano de 2008 e no mais que conste da legislação pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio favorecer o desenvolvimento das competências cognitivas, artísticas e esportivas, bem como, a inclusão social de 500 crianças e adolescentes carentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 17 anos, do Projeto ABC PIRAMBU, residentes no grande Pirambu e adjacências, em integração com suas famílias e comunidade, conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – METAS DE ATENDIMENTO

O(A) CONVENIENTE se obriga a cumprir as metas de atendimento indicadas no Cronograma de Execução constante do Plano de Trabalho, parte integrante do presente instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA